



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAULA LAZZARI

**A POLÍTICA NORUEGUESA PARA O ÁRTICO E A BUSCA DE STATUS
INTERNACIONAL**

BRASÍLIA
2020

PAULA LAZZARI

**A POLÍTICA NORUEGUESA PARA O ÁRTICO E A BUSCA DE STATUS
INTERNACIONAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho-Pinto.

BRASÍLIA
2020

PAULA LAZZARI

**A POLÍTICA NORUEGUESA PARA O ÁRTICO E A BUSCA DE STATUS
INTERNACIONAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Dissertação de Mestrado _____ em 04/12/2020, pela seguinte comissão examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Carvalho-Pinto
Universidade de Brasília IREL/UnB
Orientadora

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa
IREL-UnB

Prof. Niels Soendergaard
IREL-UnB

Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia Barros (Suplente)
IREL-UnB

Brasília
2020

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço o auxílio outorgado entre os meses de abril e julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que contribuíram para que esta dissertação fosse concluída, agradeço verdadeiramente. Neste pequeno grupo, incluo amigos, professores, um médico, um advogado, uma psicanalista, um político, familiares e entidades de mais de um credo. A meus pais, Dalva e Paulo, a gratidão é ainda maior. À minha Poeta, dizer “muito obrigada” seria pouco, afinal, uma artista de alma merece ler versos – e estes não cabem nestas páginas.

Este trabalho é resultado de um longo processo de luto e de cura. O caminho foi árduo. Não esperávamos que o ano de 2020 fosse tão trágico. Não estávamos preparados para ver vidas se transformarem em números, e para que esses números se convertessem em mortes, diariamente. Este ano será lembrado como o ano da pandemia, das máscaras, dos sanitizantes, do distanciamento social. Será também o ano de pequenas vitórias pessoais, vividas entre períodos alternados de completa descrença, e dias de celebrações íntimas.

RESUMO

Esta dissertação versa sobre o tema da busca de status nas Relações Internacionais, apresentando como estudo de caso a política da Noruega para o Ártico. O objetivo é examinar a busca de status como possível motivação para o comportamento deste país em uma região que tem atraído crescente interesse no plano internacional, o Ártico. A “busca de status” é entendida como uma reivindicação efetiva de estima social, que se traduz em termos de privilégios. Serão utilizadas contribuições adaptadas da Teoria da Identidade Social, segundo a qual os países dispõem de três diferentes tipos de estratégias para melhorar sua posição internacional: mobilidade social, competição social e criatividade social. A partir da caracterização da Noruega como um Estado em constante busca por melhorar sua posição na hierarquia de prestígio internacional, desenvolver-se-á o argumento de que o pequeno reino nórdico tem utilizado suas políticas oficiais para o Ártico como plataforma para obter benefícios em termos de status. O foco deste estudo são as estratégias que se enquadram na categoria de criatividade social. O estudo de caso foi escolhido como desenho de pesquisa devido à possibilidade que este meio oferece para se atingir uma compreensão mais aprofundada sobre aspectos particulares de um determinado fenômeno. O método será a análise de conteúdo das Estratégias Oficiais da Noruega para o Ártico (2006, 2009, 2014, 2017), além de “Livros Brancos” (*White Papers*) e relatórios ao Parlamento (*Reports to the Storting*) que contêm explicitamente referências ao Ártico, publicados pelo governo norueguês em língua inglesa, entre 2006 e 2020. Por meio da análise de conteúdo, pretende-se extrair sentido dos símbolos e códigos presentes (ou ausentes) nos textos; em seguida, será verificada a hipótese de que a Noruega vem buscando status por meio do exercício de liderança em áreas temáticas específicas, para, por fim, avaliar a recepção das sinalizações de status da Noruega por diferentes países.

Palavras-Chave: Status. Noruega. Estratégias oficiais. Ártico. Criatividade social.

ABSTRACT

This dissertation tackles the quest for status in International Relations (IR), presenting the Arctic policy of Norway as an empirical case study. The main objective of this research is to examine the pursuit of status as a possible motivation for the behavior of a small country the Arctic region. Status is understood as an effective claim to social esteem, particularly in terms of privileges. According to contributions adapted from Social Identity Theory to the field of IR, countries may pursue three different types of strategies to improve their international standing: social mobility, social competition, and social creativity. The general objective is to understand how these strategies develop. From the characterization of Norway as an obsessive-status-seeker, the argument that will be developed is that the small Nordic Kingdom has used its official policies for the Arctic as a platform to obtain benefits in terms of international prestige. Through the method of content analysis, a series of documents published by the Norwegian Government between 2006 and 2020 will be examined, so as to demonstrate that Norway is signaling for status through its Arctic policies. Those documents include four Arctic Strategies (2006, 2009, 2014, 2017), as well as a variety of “White Papers” and “Reports to the Storting”, which contain explicit references to the Arctic and the High North. The goal is to extract the meaning from codes which are either present or absent in those texts, in order to better understand the Norwegian policy for the Arctic. Then, the hypothesis that Norway has been seeking status through the exercise of leadership in theme-specific areas will be verified. In the final chapter, different indicators will be tested in order to assess the reception of Norway's status signaling strategies by different countries.

Keywords: Norway. The Arctic. High North Strategies. Status. Social Creativity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Definições de status existentes na literatura: síntese	22
Quadro 2: Gastos militares da Noruega (% dos gastos totais do governo)	43
Quadro 3: Gastos em P&D dos países árticos (% do PIB).....	53
Quadro 4: Valores investidos e número de projetos financiados pela Noruega no âmbito do Programa de Pesquisa Polar	53
Quadro 5: Sinalizações de busca de status do governo norueguês no Ártico.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência de referências à Rússia nas Estratégias Oficiais para o Ártico.....	49
Gráfico 2: Frequência das menções à Rússia nos Relatórios ao Parlamento e nos Livros Branco.....	50
Gráfico 3: Valores investidos (em milhões de Coroas Norueguesas)	54
Gráfico 4: Número de projetos	54
Gráfico 5: Investimento (em milhões de NOK)	55
Gráfico 6: Número de projetos	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Códigos mais frequentes nos documentos oficiais	42
Figura 2: Áreas temáticas em que a Noruega se apresenta como líder	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A BUSCA DE STATUS COMO ESTRATÉGIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
2.1 DEFINIÇÕES EXISTENTES NA LITERATURA	17
2.2 STATUS NA TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL: A TIPOLOGIA DE LARSON E SHEVCHENKO	23
2.3 VANTAGENS E LIMITAÇÕES DO MARCO TEÓRICO	26
2.4 OPERACIONALIZAÇÃO DO MARCO TEÓRICO	29
3 A POLÍTICA ÁRTICA DA NORUEGA.....	30
3.1 A IMPORTÂNCIA DO ÁRTICO NA POLÍTICA NORUEGUESA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	31
3.2 A NORUEGA E POSSIBILIDADE DE GANHOS DE STATUS NO ÁRTICO EM UM CONTEXTO DE HIERARQUIAS TRANSACIONAIS	36
4 CRIATIVIDADE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE BUSCA DE STATUS DA NORUEGA NO ÁRTICO: ANÁLISE DOCUMENTAL	40
4.1 POLÍTICA AMBIENTAL	45
4.2 PONTE ENTRE OCIDENTE E RÚSSIA.....	49
4.3 LIDERANÇA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	51
4.4 PROMOTOR DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS	56
5 A RECEPÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NORUEGUESAS: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	60
5.1 A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E O IMPACTO NAS RELAÇÕES BILATERAIS: A COOPERAÇÃO SINO-NORUEGUESA	61
5.2 A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA E AS RELAÇÕES COM A RÚSSIA.....	66
5.3 TRANSFORMANDO O NEGATIVO EM POSITIVO: A CRIATIVIDADE SOCIAL COMO ALTERNATIVA À DISSONÂNCIA COGNITIVA.....	70

5.4 SÍNTESE	73
6 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICE A	93
APÊNDICE B.....	96

1 INTRODUÇÃO

O Ártico está cada vez mais sujeito às dinâmicas geoeconômicas e político-estratégicas internacionais, e a forma como os países se relacionam na região tem impactos sobre a política global como um todo (HEININEN, SOUTHCOTT, 2010, p. 23). Assim, à medida que as mudanças climáticas alteram o ambiente do Ártico, novas oportunidades e novos desafios são apresentados ao mundo e, em particular, aos oito Estados Árticos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Islândia, Rússia, Canadá e Estados Unidos). Enquanto, por um lado, existe um reconhecimento bem estabelecido da necessidade de cautela e cooperação nesta região particularmente frágil, há, por outro lado, numerosos interesses materiais que alimentam a concorrência internacional. Consequentemente, os Estados árticos enfrentam um novo ímpeto, tanto para estabelecer suas reivindicações na região, quanto para alocar para si novas responsabilidades.

Nas Relações Internacionais contemporâneas, a forma como os Estados interagem permite que eles ocupem posições de maior ou de menor destaque em diferentes áreas de atuação. Por essa razão, liderar, estar à frente, ser um *front-runner*¹, ou fazer parte do grupo dos que lideram, importa. Isso porque, de modo geral, quem está à frente interfere na definição das regras e normas que orientam a política internacional, e determina a participação ou a exclusão de potenciais membros a clubes de elite e de tomada de decisão (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 16). Por essa razão, a política externa dos países pode ser influenciada pelo objetivo de ascender na hierarquia de prestígio internacional, ou seja, ela pode ser motivada pela busca de status². Esta é a premissa central do presente trabalho.

Como a hierarquia de prestígio não é dada ou estática, nem se resume à dicotomia entre pequenos países e grandes potências, abre-se um interessante campo de estudo sobre como os países podem buscar um status diferenciado em áreas temáticas específicas, contribuindo, assim, para a definição de regras e padrões de comportamento. Esta dissertação apresenta um estudo de caso de como a política externa norueguesa em relação ao Ártico está intimamente ligada à busca de status internacional. As preocupações com status exercem, historicamente, grande influência na política externa da Noruega; na literatura, o país é caracterizado como um “*obsessive status seeker*” (DE CARVALHO, NEUMANN, 2015).

¹ A expressão faz referência ao artigo “*How to be a ‘front-runner’: Norway and international climate politics*”, de Bård Lahn and Elana Wilson Rowe (2015).

² Status, aqui, é compreendido como uma reivindicação efetiva de estima social, que se traduz em termos de privilégios (DUQUE, 2018, p. 3).

Ademais, Oslo elenca o Ártico como uma das mais altas prioridades na política externa do país (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006, p. 17). Há razões objetivas para isso: o Ártico norueguês é rico em recursos naturais e humanos que necessitam ser preservados – quase quatrocentas mil pessoas habitam acima da linha polar em terras norueguesas, o que torna esta uma das regiões árticas mais povoadas do mundo. Ademais, o engajamento ativo deste país contribui para a imagem internacional da Noruega como diversa, e que enfatiza a gestão de recursos e o desenvolvimento das comunidades nativas. Para além disso, a Noruega tem um histórico de pacifismo nas Relações Internacionais. Ao engajar-se em ações humanitárias e dispende esforços para a promoção da paz, a Noruega alcançou um status privilegiado como um interlocutor confiável, um fomentador da cooperação e um facilitador da cooperação entre os povos (GRAEGER, 2014, p. 135).

O argumento que será explorado é o de que, diante desse cenário, a Noruega vem utilizando um conjunto de estratégias para o Ártico com o objetivo melhorar ainda mais sua posição na hierarquia de prestígio internacional e, com isso, ter voz ativa na definição de políticas para a região polar. Parte-se do pressuposto de que status não é um fim em si mesmo, mas uma forma de converter o prestígio de que um país desfruta em ganhos reais. Em outras palavras, a busca de status é uma reivindicação efetiva de estima social, que se traduz em termos de privilégios (DUQUE, 2018, p. 3).

As estratégias norueguesas para o Ártico podem ser enquadradas como um exercício de criatividade social. Essa nomenclatura deriva de uma adaptação da Teoria da Identidade Social para o campo das Relações Internacionais, que será apresentada no capítulo inicial, no contexto de uma discussão mais ampla sobre status e Relações internacionais na literatura. A hipótese é a de que a política ártica norueguesa não é necessariamente baseada em medidas tradicionais de poder (*hard power*). Ela é exercida, sobretudo, pela busca de liderança em assuntos relativos ao Ártico.

Para verificar essa hipótese, será realizada a análise de conteúdo de dados qualitativos, extraídos fontes documentais oficiais e não-oficiais. A análise de conteúdo é uma ferramenta útil para reinterpretar as mensagens e códigos e, assim, extrair uma melhor compreensão de seus significados. Para proceder à análise de conteúdo, foram seguidas as seguintes etapas: coleta de dados e preparação das informações; separação do conteúdo em unidades; elaboração de códigos e sistematização dos mesmos; descrição e interpretação.

Para a coleta das informações, recorreu-se ao sítio eletrônico do Ministério de Relações Exteriores da Noruega, que fornece uma ampla base de dados com conteúdos afetos ao Ártico, como Estratégias Oficiais, Livros Brancos e Relatórios ao Parlamento. Ao todo,

foram analisadas trinta e sete fontes documentais oficiais de cunho primário, além de fontes não oficiais e secundárias, que foram incluídas com o objetivo de sanar um possível viés oficialista da pesquisa.

A separação das políticas oficiais em unidades facilitou a análise documental. Elas foram agrupadas de acordo com sua fonte de origem, por Ministérios. Esse processo permitiu mapear em quais áreas temáticas específicas a Noruega sinaliza o objetivo de obter ganhos de status por meio da liderança. Isso foi possível por meio da codificação em ciclos (pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação), recorrendo-se a um *software* de análise de dados (*Atlas.ti*) para chegar a resultados que pudessem ser interpretados.

Esta dissertação foi estruturada de modo a responder a perguntas que dão sentido ao argumento. No primeiro capítulo, partindo-se da premissa de que status importa, buscou-se responder como esse tema é trabalhado na literatura de Relações Internacionais. O capítulo apresenta diferentes definições sobre status, e teorias relacionadas a essas concepções. A discussão é importante por oferecer a justificativa para o marco teórico escolhido, que se baseia na Teoria da Identidade Social, adaptada às RI.

No segundo capítulo, buscou-se responder como as sinalizações de status são acomodadas no contexto da existência de diferentes hierarquias no sistema internacional. Trabalhar-se-á com a ideia de que existem múltiplas hierarquias no sistema internacional, e que estas são permeáveis. É essa característica que permite a acomodação de aspirações por um status mais elevado possa ocorrer de forma pacífica. Nessas hierarquias, os pequenos países encontram possibilidade de ascensão, quando conseguem ser reconhecidos como lideranças dotadas de legitimidade em áreas temáticas específicas.

No terceiro capítulo, procede-se à análise de conteúdo *per se*, para avaliar como a Noruega tem utilizado suas políticas para o Ártico para obter status. A análise de conteúdo é complementada pela verificação de ações e políticas empíricas, com o objetivo de verificar se há compatibilidade entre o que o governo anuncia como suas intenções no campo da liderança, e o que realiza de fato para este fim.

No capítulo final, pretende-se avaliar como as sinalizações de que a Noruega almeja um status privilegiado no Ártico são recebidas por diferentes atores. O objetivo é averiguar em que medida o discurso norueguês de liderança no Ártico encontrou (ou não) ressonância na prática. Como o marco teórico não oferece nenhuma medida ou métrica pela qual se possa medir o status de um Estado, abre-se espaço para uma leitura multifacetada de como as sinalizações de status de um país podem ser percebidas. Neste estudo, optou-se por avaliar

como as estratégias árticas da Noruega influenciam (ou não) as relações com outros atores que têm interesses sobre a região. Foram utilizadas as seguintes variáveis: as políticas para o Ártico como variável independente (A); a cooperação com a China (B), a Rússia (C) e a União Europeia (D) como variáveis dependentes; e a política energética norueguesa como variável interveniente. A hipótese que se pretende testar é se ‘A’ conduziu efetivamente a uma elevação nas relações com ‘B’, ‘C’ e ‘D’. A antecipação dos resultados é a de que a hipótese principal é apenas parcialmente verdadeira, pois há um fator complicador que ora melhora, ora piora a forma como a Noruega é percebida: trata-se de sua política energética, especificamente, no que diz respeito à exploração de petróleo e gás na plataforma continental, na região do Mar de Barents. Enquanto alguns países da Europa rechaçam a concessão de novas licenças para a extração de hidrocarbonetos no Ártico, outros acabam por se aproximar da Noruega, justamente, para ter parte nos lucros oriundos dessa atividade. É o caso da Rússia, que não tem tecnologias tão avançadas quanto as da Noruega para extrair petróleo offshore, e da China, que se autoproclama um país Ártico, embora não o seja.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A BUSCA DE STATUS COMO ESTRATÉGIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O debate sobre status e Relações Internacionais (RI) ganhou impulso após o final da Guerra Fria. Durante o conflito bipolar, as políticas dos Estados não eram pautadas pela busca de status, devido à rigidez que caracterizava o sistema internacional. Assim, até a década de 1990, os estudos relativos ao tema eram esparsos, concentrados na atuação das grandes potências e focados, sobretudo, na ocorrência de conflitos internacionais (RENSHON, 2017, p. 27). Não havia um esforço sistemático para incluir o conceito na agenda de pesquisa de RI.

Com o fim da bipolaridade, no entanto, a comunidade acadêmica passou a discutir assuntos como a multipolaridade, a globalização e a ascensão de países emergentes. Nesse contexto, a busca de status passou a ser compreendida como uma estratégia de política externa, válida para explicar o comportamento tanto das grandes potências, como de pequenos países insatisfeitos com sua posição no sistema internacional (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 21), sem que isso conduzisse, necessariamente, ao conflito (RENSHON, 2017 p. 30).

Ao se observar o fenômeno da ascensão pacífica dos países emergentes, percebe-se que nem sempre os Estados insatisfeitos desejam revolucionar a estrutura do sistema internacional como um todo (LARSON; SHEVCHENKO, 2014, p. 34). A partir dessa constatação, alguns analistas passaram a estudar as formas pelas quais os Estados podem manifestar a intenção de aumentar seu status ou prestígio internacional.

A literatura sobre o tema tem buscado responder a algumas questões centrais: (i) o que é status; (ii) por que os países em ascensão buscam status e reconhecimento; (iii) quais são os mecanismos de acomodação e ajuste das aspirações por status; (iv) como os Estados sinalizam o desejo de aumentar seu status; e, por fim, (vi) como a busca de status afeta as políticas dos Estados (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 19).

A primeira pergunta (o que é status?) pode ser respondida de diferentes formas, a depender da matriz teórica utilizada. De forma simplificada, a corrente interpretativa associada à tradição realista tende a perceber a posição que um país ocupa na hierarquia internacional (status) como resultado dos atributos materiais de que ele dispõe, sejam eles de caráter econômico, militar, político ou tecnológico³. Uma visão distinta é oferecida pela

³ Alguns autores priorizam a grandeza econômica e militar como fator determinante na definição do status de que um país desfruta internacionalmente (GILPIN, 1981; SCHWELLER, 1999; LARSON, SHEVCHENKO, 2003, 2010; WOHLFORTH, 2009; NEUMANN, 2008, 2015; THOMPSON, 2014). Também são apontados como marcadores de status o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de dissuasão nuclear (LUARD, 1976; ART, 1980; SCHWELLER, 1999; O'NEILL 2006; WOHLFORTH, 2009). Esses marcadores integram

tradição liberal, que atribui ênfase aos componentes culturais e ideacionais do status. Há, ainda, a abordagem construtivista, que enfatiza o caráter perceptual e relacional do status (DUQUE, 2018, p. 5). Além disso, uma onda de estudos recentes tem sido informada por uma adaptação do campo da Psicologia Social, a Teoria da Identidade Social (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, 79). De acordo com essa visão, status se assemelha a prestígio, com o componente adicional de classificação em uma hierarquia. Assim, a estatura internacional de um Estado depende de sua classificação em termos de atributos valorizados pela sociedade, como poder militar, desenvolvimento econômico, conquistas culturais, diplomacia, habilidade diplomática e inovação tecnológica. O que há em comum entre os diferentes paradigmas teóricos em RI é o consenso de que status importa (RENSHON, 2017, p. 5) – essa é a premissa que dá sentido a esta pesquisa.

Este estudo trabalha com o conceito de status associado às ideias de influência, de hierarquias e de prestígio, levando em consideração tanto as capacidades materiais estatais, quanto sua autoridade moral, em conjunto com os fatores culturais/ideológicos que dão suporte a essa autoridade. Acredita-se ser esta a forma mais completa para se compreender o status nas Relações Internacionais, pois ela incorpora conceitos interdependentes, que se reforçam mutuamente para chegar a uma definição abrangente sobre o tema.

2.1 DEFINIÇÕES EXISTENTES NA LITERATURA

Quando se estuda status em Relações Internacionais, é praticamente inevitável não se deparar com a afirmação de que:

“o prestígio, e não poder, é a moeda corrente das Relações Internacionais, assim como a autoridade é a característica central da organização da sociedade doméstica (...) [O] prestígio tem uma importância enorme, pois se sua força for reconhecida, um país pode geralmente atingir seus objetivos, sem ter de empregá-la” (GILPIN, 1981, p. 45)⁴.

De acordo com essa visão, o status internacional de um país tem relação direta com o prestígio que lhe é atribuído, pois ele é entendido como fator decisivo no processo que determina quem tem acesso a que, quando e como nas Relações Internacionais (DUQUE, 2018, p. 1). Ou seja, na hierarquia internacional, status, prestígio e poder servem para

a tradição realista de concepção de status e poder.

⁴ Do original: “*Prestige, rather than power, is the everyday currency of International Relations, much as authority is the central ordering feature of domestic society (...) it is ‘enormously important’ because ‘if your strength is recognized, you can generally achieve your aims without having to use it.’*” (GILPIN, 1981, p. 45)

assegurar que os Estados menores obedecerão aos comandos de Estado(s) dominante(s)⁵. Em suma, quem está no topo da hierarquia de prestígio é capaz de traduzir seu poder nos resultados políticos que deseja, com resistência mínima e flexibilidade máxima (KHONG, 2019, p. 120). Assim, a busca por um status mais elevado na hierarquia de prestígio não constitui um fim em si mesmo, mas uma forma de alcançar objetivos próprios ou de definir agendas de interesse nacional.

Quando os Estados competem por recursos de poder, eles buscam converter suas vantagens relativas em ganhos em áreas que julgam mais relevantes para sua projeção internacional, podendo o acesso a clubes privilegiados ser uma destas estratégias. Para fazer parte desses clubes, muitas vezes, líderes e representantes estatais estão dispostos a gastar “sangue e dinheiro”⁶ (WANG, 2018, p. 35) para além do que seria compatível com as capacidades de seus Estados. Ao proceder dessa forma, eles atuam como potências *per se* ou potências reconhecidas, embora não sejam potências *de facto* do sistema internacional, assumindo parte das responsabilidades tipicamente reservadas aos países maiores, como a manutenção da paz e da segurança internacionais (WOHLFORTH; DE CARVALHO; LEIRA; NEUMANN, 2017, p. 536).

Essa estratégia não é novidade. Nos anos 1990, o envio de ajuda humanitária e de forças militares para as operações de paz das Nações Unidas se tornou uma ferramenta de política externa amplamente utilizada por países pequenos e médios, que, atuando ao lado das grandes potências, colocaram-se lado a lado com os protagonistas da cena internacional. Na literatura sobre o tema, o envio de tropas e de ajuda humanitária ficou conhecido como uma ferramenta para a busca de status, tendo o envio de “tropas para o bem” (“*forces for good*”) se convertido em “tropas para status” (“*forces for status*”) (GRAEGER, 2014, p. 86). A Noruega foi um dos países que se beneficiaram amplamente com a adoção dessa política. Apesar de os custos para o país terem sido elevados (não apenas em termos de investimentos militares, mas também com relação à opinião pública nacional), a recompensa foi generosa: a Noruega conseguiu o duplo feito de elevar o nível das relações com os Estados Unidos e de reforçar sua posição no seio da OTAN (GRAEGER, 2014, p. 87).

⁵ A discussão sobre status e prestígio também informou a obra de realistas neoclássicos como Hans Morgenthau, que descreveu a política de prestígio como uma forma de “demonstrar o poder que uma nação tem ou pensa ter, ou quer que outras nações acreditem que ela tem” (MORGENTHAU, 1948, p. 52). Além das práticas da diplomacia, a política de prestígio utiliza as demonstrações militares como um meio para atingir seu objetivo. Como a força militar é uma medida objetiva do poder de uma nação, sua demonstração serve para impressionar e intimidar os demais. Na obra de Morgenthau, o prestígio pertence ao mesmo campo semântico de reputação e poder, e é empregado tanto como instrumento de dissuasão, quanto como forma de preparação para a guerra.

⁶ Do original, “*blood and money*” (WANG, 2018, p. 35).

Ao atuar como potência, pequenos países podem ser reconhecidos como tal. Mas acumular capacidades materiais ou ampliar recursos de poder com esta finalidade não é garantia de que um Estado desfrutará de maiores privilégios na hierarquia de prestígio internacional. Em outras palavras, não há correspondência automática entre a posse de recursos materiais de poder e status de grande potência⁷ (DUQUE, 2018, p. 2). Complementando esse pensamento, cabe ressaltar que o prestígio não é uma medida do poder material; é uma potencialidade e uma questão de posicionamento na comunidade internacional. Um Estado que atinge uma quantidade significativa de prestígio está em posição de exercer seu poder quando necessário, e pode, portanto, converter o prestígio (uma “ilusão”) em benefícios materiais (WIGHT, 2002, p. 87)⁸. Assim, Estados que desfrutam de altos níveis de prestígio desempenham um papel ativo na comunidade internacional e servem como interlocutores valiosos em negociações multilaterais; são respeitados por seus aliados, muitas vezes, independentemente de suas capacidades materiais. Por essa razão, são frequentemente convidados para negociações de alto nível, nas quais conseguem avançar objetivos e interesses próprios (CLUNAN, 2014, p. 275).

Para fugir às interpretações caracterizadas pelo reducionismo material (DUQUE, 2018, p. 2), excessivamente focadas em recursos tradicionais de poder, alguns autores agregam um componente ideacional ao estudo do status. Assim, o termo também pode ser compreendido por meio da relação que guarda com valores fundamentais, ligados a sistemas políticos ou ideológicos, ou, ainda, a padrões culturais e civilizacionais. Essa interpretação é adaptada da abordagem sociológica clássica de Durkheim, aplicada às Relações Internacionais, que enfoca o recurso simbólico do comportamento exemplar, definido de acordo com algum padrão civilizacional específico. Durkheim baseia-se no conceito de orgulho, que se aproxima da ideia de prestígio. Ele argumenta que:

“Enquanto existirem Estados, existirá o orgulho nacional, e nada pode ser mais justificável. Mas as sociedades, mesmo não sendo as mais ricas ou poderosas,

⁷ Um exemplo ilustrativo é o caso da Coreia do Norte. Apesar de ter desenvolvido armamentos nucleares (considerado pelos realistas como um dos indicadores do status de grande potência), a aquisição dessas armas, na verdade, conferiu à Coreia do Norte o status de “Estado pária” (DUQUE, 2018, p. 1). Isso se deve ao fato de que a Coreia do Norte simplesmente não é reconhecida pela comunidade internacional como uma grande potência. O país não desfruta de prestígio internacional, pois não reúne os elementos ideológicos necessários para ser admitido ao grupo de status superior.

⁸ Nas palavras de M. Wight, é “(...) difícil descrever com precisão o que é o prestígio. É possível que não seja nada de mais concreto do que um simples efeito produzido sobre a imaginação internacional - em outras palavras: uma ilusão. Ele é, contudo, muito diferente de uma simples vaidade, pois a nação que possui grande prestígio está, dessa forma, capacitada a atingir novos objetivos e conseguir o que nunca teria chance de obter por suas próprias forças. O prestígio traz consigo, misteriosamente, benefícios materiais” (WIGHT, 2002, p. 87).

podem orgulhar-se por serem as mais justas, organizadas e detentoras da constituição moral mais elevada” (DURKHEIM, 1950 *apud* DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 90)⁹.

A noção de superioridade moral se baseia simbolicamente no exercício de condutas adequadas (*proper conduct*) e da adoção de valores fundamentais (padrões civilizacionais) por parte dos Estados. Essa ideia deve ser compreendida como parte de um universo discursivo específico. Assim, por exemplo, a “conduta exemplar” foi útil para examinar o comportamento das grandes potências no contexto da Cristandade, do Liberalismo ocidental e de outras narrativas tradicionais, nas quais as grandes potências determinavam os padrões de conduta que deveriam ser seguidos pelos demais (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 87). Foram as grandes potências que criaram as normas e os códigos que, por muito tempo, foram considerados sinônimos de civilização (como padrões religiosos, tipos de regimes políticos, entre outros). Esses códigos, no entanto, não são dados ou estáticos; nem constituem, por si só, garantia de acesso automático a grupos de status mais elevado.

Outra forma de compreender a relação entre poder e status é estabelecer um paralelo entre os conceitos de *hard power* e *soft power*. Isso porque essas duas formas de poder (duro e brando) podem servir como fonte de status. Segundo Joseph Nye (2002), o poder militar e o poder econômico são formas de poder duro (*hard power*), que podem ser utilizados para induzir mudança de posição no plano internacional, por meio da coerção. Há, ainda, uma forma menos direta de exercer poder, que ocorre por meio da definição da agenda internacional e da capacidade de moldar as preferências dos atores: é o chamado poder brando, que tende a estar associado a recursos de poder intangíveis, como cultura, ideologia, instituições e o nível de prosperidade. Assim, um país pode obter os resultados desejados na política mundial, porque outros países desejam segui-lo.

O poder brando não é apenas sinônimo de influência, embora seja uma fonte de influência; e vai além da capacidade de persuasão: ele está ligado à capacidade de atrair e liderar (NYE, 2002, p. 09-10). Por essa razão, o potencial explicativo do conceito também é relevante para este estudo. Para um pequeno país, o poder brando pode ser uma fonte mais viável para se obter ganhos de status internacional: a partir da definição da agenda internacional e das normas e regimes que governam o Ártico, por exemplo, um pequeno país como a Noruega pode se estabelecer como ator legítimo e dotado de uma estatura mais

⁹ Do original: “(a)s long as there are States, so there will be national pride, and nothing can be more warranted. But societies can have their pride, not in being the greatest or the wealthiest, but in being the most just, the best organized and in possessing the best moral constitution” (DURKHEIM, 1950, *apud*. DE CARVALHO, NEUMANN, 2015, tradução própria).

elevada do que a lhe corresponderia caso levássemos em conta apenas aspectos relacionados ao poder duro, tendo em mente que a presença de grandes potências na região poderia, à primeira vista, levar ao entendimento de que a hierarquia no Ártico seria fixa ou pré-estabelecida, o que não corresponde, necessariamente, à realidade.

Status também pode ser compreendido como produto de um contexto social: ele emerge de processos dinâmicos e relacionais, não estando reduzido a atributos de Estado (DUQUE, 2018, p. 1). Na verdade, o significado do status depende do que é mais valorizado pelos diferentes atores. Ou, para parafrasear Alexander Wendt, pode-se dizer que “o status é o que os Estados fazem dele” (WANG, 2018, p. 37)¹⁰. Ou seja, a natureza intersubjetiva, dinâmica e co-constituída do status permite que um aspecto específico do poder estatal seja associado a um significado simbólico. Como a crença comum é a de que a posse de certos atributos materiais e ideológicos determina, em grande parte, a autonomia e a influência geopolítica de um Estado, esses aspectos do poder são adequados para justificar o status de grande potência. Porém, esse status é multidimensional: o Estado pode fazer uso de uma multiplicidade de ativos para proteger seu território contra interferências externas, para garantir sua segurança, e para melhorar sua posição internacional (WANG, 2018, p. 14). Esses ativos não são necessariamente quantificáveis: eles estão mais associados à percepção dos demais Estados, do que a medidas objetivas.

Isto posto, um país não pode adquirir status sem a disposição de outros membros da comunidade internacional em endossar suas aspirações. Ou seja, reconhecimento, aqui, importa tanto quanto a posse de recursos materiais e a capacidade de influenciar as relações entre os Estados. Antes de tratar sobre a questão do reconhecimento, é válido resumir as principais contribuições das principais correntes teóricas para o estudo do status nas Relações Internacionais, conforme disposto no quadro abaixo:

¹⁰ A frase faz referência à obra de Alexander Wendt, *Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics*. International Organization 46, no. 2, 1992.

Quadro 1: Definições de status existentes na literatura: síntese

Discussão conceitual sobre status e Relações Internacionais		
Definição	Explicação	Autores relacionados
Status como expressão do poder político, econômico, militar, nuclear	Poder e prestígio: não são sinônimos, mas há uma associação entre os termos. De acordo com essa concepção, status é um correlato semântico de “ <i>hard power</i> ” (NYE, 2002).	R. Gilpin (1981) J. Nye (2002) Neumann (2008, 2015) Wohlforth (2009)
Status como expressão de valores, cultura e ideias	Poder e autoridade moral: quando um Estado se comporta como um “ <i>good power</i> ”, é possível que ele obtenha ganhos de status no âmbito internacional. Aqui, pode-se estabelecer um paralelo com o conceito de “ <i>soft power</i> ” (NYE, 2002).	E. Durkheim (1950) P. Schweller (1999) Larson; Shevchenko (2003, 2010) Iver B. Neumann (2008, 2015)
Status como uma construção social, perceptual, posicional e relacional	A ideia de posicionalidade somente adquire significado se pensada em termos comparativos; a construção incorpora a ideia de hierarquias ou subsistemas dentro do SI.	M. Duque (2018) Paul; Larson; Wohlforth (2014)
Síntese	Status não se resume a <i>hard power</i> , nem a <i>soft power</i> . Eles são complementares e só influenciam no status de um país, se esses atributos materiais e ideacionais tiverem seu valor reconhecido pelos demais países. Status é um aspecto fundamental da vida em sociedade, que influencia as interações entre atores e grupos.	

Fonte: elaboração própria (2020).

Como dito anteriormente, status depende, fundamentalmente, de reconhecimento. Não há consenso, entretanto, sobre como o reconhecimento pode ser mensurado. O que mais se aproxima de um modelo a ser seguido é a abordagem empírica relacional (DUQUE, 2018, p. 7), que leva em consideração a existência de uma rede de representações diplomáticas como parâmetro para a aferição do reconhecimento. De acordo com essa estratégia, são padrões relacionais persistentes que irão determinar a obtenção de um status mais ou menos elevado para um país. Assim, para medir o reconhecimento de status, não é suficiente basear-se na percepção dos atores, pois a percepção não pode ser diretamente ou objetivamente observada; há que se buscar medidas de cunho empírico, tais como o número de embaixadas recebidas pelo país, o fortalecimento das relações com as grandes potências, ou, ainda, a admissão a grupos de elite e de tomada de decisão (DUQUE, 2018, p. 2).

Tendo apresentado o panorama geral sobre as definições de status encontradas na literatura, passa-se a discutir outro aspecto que os estudiosos do tema questionam: como os Estados sinalizam suas reivindicações por um status mais elevado? Para responder a essa

pergunta, propõe-se aqui a observação do comportamento e o discurso dos líderes estatais, e sua interação com suas contrapartes internacionais. Os Estados geralmente competem por status em um campo específico e por recursos específicos. Seria ingênuo supor que as sinalizações de status ocorreriam por meio de afirmações explícitas. É possível, no entanto, inferir quando isso acontece. Um país pode, por exemplo, adotar uma política externa mais agressiva, reforçar suas capacidades militares, propor a criação de marcos regulatórios, ampliar suas redes de embaixadas pelo mundo. Pode, ainda, por meio do discurso, buscar afirmar-se como líder em uma área temática específica – é este o tipo de sinalização que interessa a este estudo.

Será utilizada nesta dissertação a abordagem que considera o status de forma relacional ou posicional. Ou seja, status é um ativo socialmente escasso, no sentido de que não pode ser desfrutado por todos (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2009, p. 9). Afirmar que o status é posicional implica a necessidade de trabalhar com a existência de hierarquias ou subsistemas dentro do sistema internacional, pois a ideia de posicionalidade somente adquire significado se pensada em termos comparativos (WOHLFORTH; DE CARVALHO; LEIRA; NEUMANN, 2015, p. 527). Ou seja, posicionalidade não se trata apenas de pertencer a um determinado grupo, mas de ocupar um espaço relativo – ou posição – dentro desse grupo ou clube. Para melhor compreender as formas como os Estados competem por status, teóricos de Relações Internacionais recorreram a um paradigma sociológico influente, que integra o campo de estudos da Psicologia Social, conhecido como Teoria da Identidade Social (SIT, na sigla em inglês).

2.2 STATUS NA TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL: A TIPOLOGIA DE LARSON E SHEVCHENKO

De acordo com a Teoria da Identidade Social, desenvolvida no final da década de 1970, a ambição por status está enraizada na busca universal pela estima dos seres humanos. A SIT estabeleceu que os indivíduos geralmente aspiram a comparações favoráveis entre si em vários domínios de atividades sociais (VOLGY *et al.*, 2014, p. 61). No campo da Psicologia Social, status não é considerado um bem escasso, como o poder ou a riqueza; na verdade, ele seria resultado da comparação entre grupos (TAJFEL; TURNER, 1979, p. 34).

A SIT sugere que os indivíduos se identificam com grupos nos quais eles podem maximizar suas características positivas (*positive distinctiveness*), destacando-se em relação aos demais. Embora o comportamento de indivíduos, grupos e países não seja perfeitamente

comparável, Larson e Shevchenko levaram essa lógica para o campo das RI. De acordo com a interpretação dos autores, os países em busca de status dispõem de três tipos de estratégias para melhorar sua posição internacional:

1. Mobilidade social: quando os Estados aderem às normas existentes e emulam o comportamento do grupo de status superior, a fim de obter admisão a clubes de elite;
2. Competição social: quando os Estados mobilizam recursos materiais (militares e econômicos) para melhorar sua posição relativa no sistema internacional;
3. Criatividade social: quando os Estados buscam supremacia em um domínio à parte da competição geopolítica, o que pode implicar a criação de novas instituições internacionais, a promoção de novas normas ou regimes, ou, ainda, o envolvimento em grandes iniciativas diplomáticas para aumentar o prestígio do país (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 74-76).

A primeira estratégia, a mobilidade social, somente é viável quando as fronteiras dos grupos de status mais elevado são permeáveis. A maneira pela qual um grupo de status inferior pode ganhar aceitação é se adequando às normas políticas e econômicas do grupo dominante. Historicamente, isso aconteceu nas ondas de democratização que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial. Após o final da ocupação do pós-guerra, a Alemanha Ocidental e o Japão buscaram admisão ao grupo de ‘Estados civilizados’, renunciando à força militar ofensiva e aceitando a democracia liberal (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 71). A Alemanha Ocidental optou por transcender sua identidade nacionalista por meio da integração europeia, enquanto o Japão buscou integrar-se ao Fundo Monetário Internacional, ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), e à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 9).

A segunda onda deste movimento ocorreu após o fim da Guerra Fria, quando os Estados da Europa Central e Oriental adotaram o capitalismo e reformas democráticas liberais. Como resultado, eles foram admitidos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (UE), organizações que representam a epítome da identidade ocidental (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 9). Nesse caso, a acomodação foi possível porque as fronteiras e as organizações do grupo de elite eram permeáveis e estavam abertas ao ingresso de novos membros, sob a condição de que eles aceitassem e seguissem as regras de admisão.

Quando essas fronteiras são consideradas impermeáveis, a estratégia de competição social surge como opção. Isso acontece quando o grupo de status inferior se esforça para se igualar ou superar o grupo de status mais elevado. Como exemplo histórico, recorre-se ao

caso japonês. Após a revolução Meiji, o Japão tentou emular o comportamento das potências ocidentais, mas não foi admitido ao grupo de nações ‘civilizadas’, e continuou sendo considerado como parte da periferia do sistema internacional. O país não era considerado membro legítimo do clube de elite ao qual almejava pertencer, por isso, nos anos 1930, recorreu à corrida armamentista e ao imperialismo, que culminaram na catástrofe da Segunda Guerra Mundial¹¹ (LARSON; SHEVCHENKO, 2019, p. 8).

A competição social também pode ocorrer quando a posição do grupo de status mais elevado é percebida como ilegítima ou instável. Tal foi o caso quando a Índia contestou a validade do regime de não-proliferação nuclear, com sua distinção arbitrária entre Estados nucleares e não-nucleares (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 72). A Índia desafiou o *status quo*, desenvolvendo armamentos nucleares e testando-os com sucesso, em 1998. Outro elemento importante da competição social é a rivalidade geopolítica, que pode ocorrer sob a forma de disputa por esferas de influência e corridas armamentistas, movimentos que caracterizaram grande parte de período da Guerra Fria.

A terceira estratégia, a criatividade social, pode ser utilizada quando a hierarquia de status é percebida como legítima e estável. Como um Estado pode buscar status ou prestígio nesse tipo de ambiente? Há duas formas possíveis, de acordo com a literatura. Uma delas é ressignificar uma característica anteriormente percebida como negativa (tornando-a positiva); outra é adicionar uma nova dimensão de comparação, na qual o Estado em busca de status seja superior e estabeleça uma clara distinção positiva em relação aos demais (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 67).

Um exemplo de como a criatividade social foi aplicada na prática nos é oferecido pela política externa russa da década de 1980, quando Mikhail Gorbachev buscou alcançar novo status para a URSS como liderança moral e política da nova ordem mundial, baseando-se na segurança coletiva, na interdependência global e em valores universais. Essa nova identidade, baseada no poder brando (*soft power*), permitiria à União Soviética e à Rússia alcançarem o status de grande potência, sem antes ter que atingir um nível de

¹¹ Um exemplo da relação entre uma ordem social considerada ilegítima e a adoção da competição social como estratégia é a política de “hegemonia regional justificada em termos raciais”, adotada pelo Japão na década de 1930, após o insucesso da adoção da estratégia de mobilidade social da era Meiji. Apesar de o Japão ter adotado padrões civilizacionais ocidentais, e de ter derrotado a Rússia e a China em sucessivos conflitos, seus nacionais estavam sujeitos a leis discriminatórias em outros países, e seus representantes diplomáticos não foram sequer considerados como membros do mais alto escalão durante a Conferência de Versalhes, sugerindo que o clube das grandes potências não estaria aberto ao país nipônico. A rejeição da adoção de uma cláusula de igualdade racial no Tratado de Versalhes foi considerada uma derrota humilhante pelo Japão, o que ocasionou uma união da elite em torno de soluções armadas para assegurar a posição japonesa no mundo. Assim, o Japão voltou-se para o imperialismo econômico e militar na Ásia Oriental (LARSON, SHEVCHENKO, 2019, p. 8).

desenvolvimento econômico e tecnológico comparável ao dos Estados Unidos. Essa revolução no pensamento soviético, como parte de uma estratégia de busca de status exercida por meio da criatividade social, constituiria o que os russos esperavam que se traduzisse em um atalho para a grandeza (*shortcut to greatness*) (LARSON; SHEVCHENKO, 2003, p. 78).

O mesmo referencial teórico pode ser utilizado para comparar as mudanças nas estratégias internacionais chinesa e russa desde o final da Guerra Fria. A China e a Rússia, inicialmente, buscaram o status de grande potência utilizando a mobilidade social como estratégia, aceitando as normas capitalistas ocidentais e aderindo às suas instituições. Como lhes foi negado o acesso aos clubes de elite ocidentais, os países recorreram a políticas mais competitivas, que também falharam em melhorar sua posição relativa. Finalmente, a China e a Rússia tentaram aumentar seu status por meio da criatividade social, à medida que procuraram apresentar-se à comunidade internacional de forma mais positiva, enaltecendo suas qualidades (*positive distinctiveness*) e mostrando-se como defensores da governança global (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 67). De acordo com a literatura sobre o tema, a China estaria sendo mais bem-sucedida nessa estratégia, mas a Rússia ainda teria longo caminho a percorrer para alterar a percepção dos demais Estados quanto à sua real intenção de contribuir para a ordem mundial (especialmente, após o episódio da anexação da Crimeia, em 2014).

Existem alguns fatores comuns nas estratégias de criatividade social adotadas pelos Estados. Entre esses indicadores, estão a defesa de novas normas, regimes e instituições internacionais, bem como a adoção de novos modelos de desenvolvimento. A essência da criatividade social está na ideia de enfatizar os elementos que tornam um país excepcional, capaz de oferecer contribuições ímpares para a política internacional. Tais contribuições não se resumem a demonstrações de poder duro (*hard power*), por isso a estratégia da criatividade social é tão utilizada pelos pequenos Estados e países emergentes (WOHLFORTH; DE CARVALHO; LEIRA; NEUMANN, 2015, p. 43). Apesar de muito popular, o referencial teórico proposto por Larson e Shevchenko (2003, 2010) tem sofrido críticas em artigos recentes, conforme será discutido na próxima seção.

2.3 VANTAGENS E LIMITAÇÕES DO MARCO TEÓRICO

A principal crítica aos estudos sobre status em RI diz respeito ao fato de que as abordagens contemporâneas atribuem ênfase excessiva a interpretações fundamentadas na psicologia social, enquanto abordagens sociológicas têm sido relativamente negligenciadas (BEAUMONT, 2017, p. 2). Alguns autores (NEUMANN, 2015; DUQUE, 2016; POULIOT,

2014) deram os primeiros passos para teorizar os aspectos relacionais, contextuais e socialmente contingentes do status. Mas a pesquisa sobre status, até o momento, não foi à fundo na investigação sobre como as hierarquias sociais, dentro das quais as coletividades buscam status, emergem, alteram-se e se extinguem, e como esses processos moldam os impulsos de busca de status a que os teóricos da psicologia social se referem (BEAUMONT, 2017, p. 3).

Outra crítica importante diz respeito à forma como a Teoria da Identidade Social foi traduzida para a teoria de RI. A SIT postula que os indivíduos atribuem valor à participação em grupos sociais e que buscam estabelecer comparações favoráveis entre seu grupo e grupos rivais. Traduzindo essa lógica para as Relações Internacionais, pesquisadores sugerem que os Estados criam estratégias de política externa projetadas para facilitar comparações favoráveis com o grupo de pares e, assim, aumentar seu prestígio. Embora a terminologia seja idêntica, a estrutura padrão para a aplicação do SIT à política internacional ignora uma distinção fundamental: aquela entre respostas individuais às aspirações por um status mais elevado e as respostas coletivas. Essa simplificação é problemática, especialmente devido à influência da SIT na estruturação da maneira como os pesquisadores de Relações Internacionais pensam sobre como a dinâmica de status que influencia a política internacional (WARD, 2017, p. 3).

Critica-se, ainda, a influência – talvez excessiva – de estudos que buscam encontrar uma correlação entre inconsistências de status e a eclosão de guerras¹². Existe, na história, uma correlação estatisticamente significativa entre a insatisfação por parte de alguns Estados com seus respectivos status e a eclosão de conflitos armados (RENSHON, 2017). No entanto, eventos drásticos como guerras não são a consequência mais frequente da insatisfação dos países com seu status atual (corridas armamentistas, por exemplo, nem sempre levaram a confrontos bélicos); a acomodação acaba sendo, normalmente, uma transição negociada (uma solução diplomática) muito mais recorrente. É um processo que envolve adaptação mútua e aceitação pelas potências estabelecidas e pelos países emergentes, assim como a redução da hostilidade entre eles (PAUL, 2016, p. 2).

No que pesem as críticas, ainda assim, utilizar o modelo da Teoria da Identidade Social adaptado às RI é vantajoso para esta pesquisa, especialmente pelo enfoque atribuído à busca de status como motivação para o comportamento de um pequeno Estado. Pequenos Estados tendem a ser vistos como instáveis, além de econômica e militarmente fracos

¹² Justamente pelo fato de os estudos envolvendo status em RI atribuírem tanta ênfase aos conflitos, durante muito tempo, houve uma lacuna na área, tendo sido atribuída pouca atenção aos Estados que estão na periferia do sistema internacional, como o Sul Global (CHAGAS-BASTOS, 2017, p. 2).

(LONG, 2017, p. 197). No entanto, alguns países têm se mostrado capazes de oferecer soluções inovadoras para questões relacionadas à paz e à segurança internacionais, obtendo sucesso quando os esforços das grandes potências se revelam insuficientes. A flexibilidade e capacidade de ajuste econômico, a mediação altruísta em conflitos internacionais, ou, ainda, o engajamento ativo nas negociações para a elaboração de normas e padrões internacionais são características da atuação dos pequenos Estados, entre os quais se inclui a Noruega¹³ (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 97-98).

Justamente por ter-se escolhido um pequeno país como objeto do estudo de caso é que o marco da busca de status se revela adequado. Optou-se por não estudar as relações no Ártico a partir do enquadramento teórico do institucionalismo (e suas variantes), que foi, por muito tempo, um referencial amplamente utilizado na literatura para explicar a dinâmica da região (ØSTERUD; HØNNELAND, 2014, p. 166). O foco dos estudos explícita ou implicitamente enquadrados sob a égide do institucionalismo recaía sobre o potencial de cooperação (e não de conflito) entre os Estados do Ártico. Muitas das contribuições iniciais (e algumas das posteriores) discutem os possíveis vínculos entre os arranjos circumpolares emergentes e os regimes globais e regionais existentes (YOUNG, 2005, p. 9). Contribuições posteriores enfocam mais o potencial de impulsionar a influência política e institucional do Conselho do Ártico¹⁴, e o papel da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (UNCLOS) na mitigação de possíveis conflitos entre os Estados do Ártico (ØSTERUD; HØNNELAND, 2014, p. 169-170). Estes assuntos não têm relação direta com os objetivos desta pesquisa. Ademais, o contexto geopolítico do Ártico vem se tornando mais complexo, na medida em que as mudanças climáticas, os avanços tecnológicos e a disputa por recursos vêm sendo incluídos nas agendas dos principais atores com interesses sobre a região. Assim, ainda que o Ártico se apresente como uma zona estratégica na qual os Estados possam desenvolver novas possibilidades de cooperação, a região ainda está sujeita a desacordos internacionais importantes, relacionados, sobretudo, à delimitação de áreas marítimas e ao acesso a rotas de transporte. Ou seja, o Ártico está se tornando um espaço contestado, que combina a existência de instituições cooperativas com rivalidades nacionais emergentes.

¹³ Ainda que a Noruega disponha de capacidades materiais e de recursos consideráveis, uma importante parte da literatura sobre status e Relações Internacionais caracteriza o Estado nórdico como um “pequeno país” (DE CARVALHO, NEUMANN, 2015).

¹⁴ O Conselho do Ártico é um arranjo intergovernamental destinado à discussão de assuntos de interesse comum dos países árticos; é composto por oito Estados-membros: Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia, e tem a sua sede na cidade norueguesa de Tromsø.

Nesse contexto, a Noruega tem a possibilidade de desempenhar um papel importante, em áreas temáticas negligenciadas pelas grandes potências.

2.4 OPERACIONALIZAÇÃO DO MARCO TEÓRICO

Tendo exposto algumas discussões sobre o conceito de status em Relações Internacionais, resta apresentar como a ferramenta teórica será operacionalizada no caso da política da Noruega para o Ártico. O objetivo será demonstrar que a busca de status influencia fortemente o comportamento do pequeno país nórdico, que tem se apresentado como líder nas discussões que dizem respeito ao Ártico, sinalizando que deseja obter reconhecimento e, assim, ampliar seu status internacional. O caso da Noruega será analisado tendo como foco as estratégias de busca de status adaptadas da Teoria da Identidade Social, aplicada às RI. Será utilizada como base a tipologia proposta por Larson e Shevchenko (2010), com foco específico sobre as estratégias de busca de status baseadas na criatividade social.

O objetivo deste estudo é compreender as políticas relacionadas à busca de status e os mecanismos de sinalização subjacentes a elas. Para encontrar as sinalizações, será realizada uma leitura cruzada de documentos oficiais e não oficiais, bem como de fontes secundárias. Em seguida, com base na teoria, avaliou-se se a Noruega logrou êxito em alcançar o status de liderança em questões relativas ao Ártico, observando como as políticas anunciadas nos documentos oficiais têm se traduzido na prática.

A definição de status adotada é a de que status é uma construção social, dinâmica e dependente de interações que ocorrem dentro de hierarquias, nas quais o status de que um Estado desfruta repousa sobre o prestígio ou o reconhecimento a ele atribuído (DUQUE, 2018, p. 1). Nessas hierarquias, os pequenos países encontram possibilidade de ascensão quando conseguem ser reconhecidos como lideranças dotadas de legitimidade em áreas temáticas específicas, como nas discussões sobre clima e acesso a recursos marítimos – dois temas importantes na agenda externa norueguesa.

3 A POLÍTICA ÁRTICA DA NORUEGA

Neste capítulo, pretende-se examinar a política da Noruega para o Ártico¹⁵, que consiste em um instrumento a serviço do interesse nacional (GEORGE, 2006, p. 10), indissociável dos valores e da própria identidade norueguesa (MEDBY, 2014, P. 254). O capítulo será dividido em duas partes. Inicialmente, será apresentada a relação da Noruega com o Ártico em perspectiva histórica, para que se possa compreender a importância da região para a política externa do reino norueguês.

A elevação do Alto Norte¹⁶ ao topo da agenda, em 2005, marcou uma inflexão em relação à política na década de 1990, quando as referências ao Norte ainda eram tímidas e relacionadas, sobretudo, a questões de segurança (JENSEN, 2017, p. 5). Pretende-se demonstrar que a mudança de ênfase no discurso político governamental atinente ao Ártico tem relação com a busca de status, elemento decisivo na definição de estratégias e ações estatais.

Em um segundo momento, será trabalhada a ideia de como as transições de poder e os ganhos de status são possíveis em hierarquias que não são estáticas ou fixas. No contexto do Ártico, trabalhar-se-á com a hipótese de que a Noruega busca status como líder – investindo recursos expressivos para sustentar tal pretensão – com o objetivo de moldar regimes internacionais baseados em princípios consagrados no repertório político norueguês. Nos últimos anos, uma série de eventos vem atraindo a atenção internacional para a vulnerabilidade do Ártico, que funciona como uma espécie de barômetro das mudanças que ocorrem globalmente (ROWE, 2018, p. 48). Com o derretimento das calotas polares, ocasionado pelo aquecimento global, o potencial de exploração econômica do Ártico chama a atenção de atores regionais e extrarregionais, devido às possibilidades que se abrem para a exploração comercial de novas rotas marítimas e de extração de combustíveis fósseis na plataforma continental (LASSERRE, 2010, p. 131)¹⁷, o que tem implicações diretas sobre a

¹⁵ O Ártico é um componente orgânico geografia e da identidade norueguesas (MEDBY, 2014, p. 253). É formado por uma parte continental (os três condados do Norte - Nordland, Troms e Finnmark), e pelo arquipélago de Svalbard, sobre o qual o Reino da Noruega exerce soberania desde 1920. A porção territorial dos três condados do Norte representa um terço da massa de terra da Noruega continental (totalizando aproximadamente 100.000 km²). Os arquipélagos de Svalbard e Jan Mayen acrescentam outros 85.000 km².

¹⁶ Alto Norte é um termo utilizado frequentemente nos documentos oficiais do governo norueguês, nos quais são definidas as estratégias do país para o Ártico. Nesta dissertação, o Alto Norte será compreendido como sinônimo semântico e geográfico do Ártico norueguês.

¹⁷ Acredita-se que cerca de um quarto das reservas mundiais de hidrocarbonetos esteja situada ao norte do Círculo Polar Ártico (US GEOLOGICAL SURVEY, 2008; STAUFFER, 2009). Além disso, a região também abriga depósitos minerais importantes, que incluem metais preciosos e não ferrosos, utilizados como matéria prima para a indústria. Entre os minerais mais valiosos, estão os diamantes, cujo valor unitário nos

política externa dos Estados circumpolares. Isso porque a concorrência pelos recursos naturais aumenta o potencial de competição na região (LASSERRE, 2010, p. 134). Como fator agravante, há contenciosos territoriais ainda não resolvidos: quatro dos cinco países Árticos costeiros já submeteram pedidos para a ampliação de sua plataforma continental para além do limite estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (UNCLOS, 1982)¹⁸: Noruega (2006), Rússia (2007), Canadá (2013) e Dinamarca (2014)¹⁹. Além disso, Canadá e Dinamarca disputam, há mais de 30 anos, o controle sobre a ilha de Hans, na entrada da Passagem do Nordeste, que pode se tornar uma alternativa às rotas de navegação comerciais tradicionais (LASSERRE, 2010, p. 153).

Com tantos fatores econômicos, ambientais e geopolíticos circundando o Ártico, a região tem sido incorporada às estratégias de política externa dos países polares. Estas estratégias são informadas por relações de poder (ROWE, 2018, p. 12) e de status, e por isso elas podem ser compreendidas por meio da relação que guardam com as hierarquias (ROWE, 2018, p. 72). Ao voltar a atenção para a Noruega e as várias posições que o país vem buscando na política do Ártico, obtém-se melhor compreensão sobre como países que não são considerados grandes potências podem alcançar status mais elevado internacionalmente.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO ÁRTICO NA POLÍTICA NORUEGUESA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A importância do Ártico na política norueguesa remonta à própria formação do país, e é parte constitutiva da identidade nacional (MEDBY, 2014, p. 253). Essa identidade, entendida com base na Teoria da Identidade Social, refere-se à percepção individual de pertencer a um grupo, que pode identificar-se enquanto nação (LARSON; SHEVCHENKO, 2010, p. 68). Neste sentido, o desenvolvimento da Estratégia do Alto Norte da Noruega é uma forma pela qual uma identidade nacional específica pode ser promovida, dando à nação um propósito e um lugar em relação ao resto do mundo (MEDBY, 2014, p. 254).

A Noruega tem uma longa tradição na exploração do Ártico. As primeiras expedições remontam ao século XIX, quando o explorador Fridtjof Nansen comandou a

mercados mundiais torna sua exploração economicamente viável, e o urânio, que pode ser utilizado para finalidades tanto civis, quanto militares.

¹⁸ Segundo a UNCLOS, principal instrumento regulatório sobre direito dos mares (o que inclui o Oceano Ártico), a ZEE de cada país se estende até duzentas milhas marítimas a partir de sua zona costeira. No entanto, a esses países é permitido reivindicar a ampliação dessas zonas, junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos das Nações Unidas (UN Seabed Authority).

¹⁹ Os Estados Unidos também almejam a ampliação de sua plataforma continental; no entanto, o país não é signatário da UNCLOS.

expedição Fram (1893-1896), com o objetivo de alcançar o Polo Norte através do Oceano Ártico. Outros exploradores famosos foram Otto Sverdrup e Roald Amundsen. Este último foi responsável pela descoberta da Passagem Noroeste, entre 1906-1910 (BLIX, 2016, p. 2).

No século XX, a exploração do Ártico assumiu um caráter predominantemente nacionalista (GJERTZ; MØRKVED, 1998, p. 330), com as incursões ao Norte passando de empreendimentos privados e comerciais, para incluir iniciativas financiadas pelo governo e por instituições de pesquisa científica. No pós-Primeira Guerra Mundial, os interesses noruegueses, especialmente ligados à indústria pesqueira, contribuíram para a expansão do território para as áreas polares (GJERTZ; MØRKVED, 1998, p. 330). Assim, o arquipélago de Svalbard tornou-se norueguês em 1920; e a Ilha de Jan Mayen, em 1929. A base para a reivindicação das áreas polares era a afirmação de que os noruegueses foram responsáveis por sua descoberta, e que ali repousavam interesses econômicos vitais para o país (GJERTZ; MØRKVED, 1998, p. 330). Na década de 1930, disputas territoriais em torno da região da Ilha de Victória, hoje considerada parte do território russo, colocaram em oposição russos e noruegueses, que, durante décadas, perceberam-se mutuamente como rivais, limitando o espaço para iniciativas de cooperação (GJERTZ; MØRKVED, 1998, p. 331).

Durante a Segunda Guerra mundial, devido à sua importância estratégica (por oferecer uma ligação aérea – a rota transpolar – entre a América do Norte e a Eurásia), o Ártico se tornou palco de operações de guerra. Assim, regiões como o Mar de Barents, o norte da Noruega e a Península de Kola (URSS) foram cenário para conflitos de larga escala, devido às tentativas alemãs de bloquear os comboios ocidentais enviados para Murmansk, que abasteceram a União Soviética com armas e suprimentos (BERTELSEN, 2019, p. 256).

Já na Guerra Fria, o Ártico se tornou um ponto chave na disputa entre as superpotências (NORBERG, 2014, p. 2). Nesse contexto, a Noruega era o principal aliado da OTAN na região do Mar de Barents, contrapondo-se às ofensivas russas e comportando-se como um *proxy* para os Estados Unidos. Desenvolvimentos tecnológicos, como a introdução de voos de longo alcance, o desenvolvimento de mísseis balísticos intercontinentais e a possibilidade de utilização de armamentos nucleares demandaram a implantação de sistemas logísticos que ocasionaram a nuclearização²⁰ e o aumento da presença internacional no Ártico. A externalidade mais perniciosa desse processo acelerado de militarização foi a poluição ocasionada pela contaminação da região por lixo nuclear (KHALTURIN, RAUTIAN, RICHARDS, LEITH, 2005, p. 2), especialmente, na região do Mar de Barents.

²⁰ Entre 1957 e 1962, quando foi negociado o Tratado de Interdição Parcial de Ensaio Nucleares, vários testes nucleares foram realizados no Ártico, especialmente, na região de Novaya Zemlya.

Tanto é que, na década de 1980, quando o mundo despertou para a questão ambiental, o problema se tornou o centro das preocupações de organizações internacionais e das populações nativas.

Assim, ao final da Guerra Fria, preocupações com segurança deram lugar a discussões sobre a necessidade de promover a cooperação em áreas-chave, como a gestão dos recursos naturais (YOUNG, 2005, p. 9). Seguindo essa lógica, o governo norueguês passou a promover esforços para engajar os países circumpolares em iniciativas voltadas para o desenvolvimento do Ártico (JENSEN, 2016, p. 91).

Na década de 1990, a Noruega lançou a ideia de regionalização das relações no Mar de Barents, algo que foi inicialmente proposto pelo ex-Primeiro-Ministro norueguês, Thorvald Stoltenberg, em abril de 1992 (KVISTAD, 1995, p. 5)²¹. Após consultas, os países nórdicos e a Rússia assinaram a Declaração de Kirkenes²² (1993), que deu origem a uma nova organização, o Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents (Barents Euro-Arctic Council, BEAC)²³. A iniciativa foi uma tentativa de promover a paz regional e o crescimento econômico através de uma maior aproximação regional (HEININEN; SOUTHCOTT, 2010 p. 282.)

Utilizando-se do conceito de janela de oportunidade (DOESER; EIDENFALK, 2013, p. 391)²⁴, o papel desempenhado por esses líderes individuais ajuda a explicar as mudanças no tom das políticas para o Ártico. No entanto, acredita-se que as mudanças se deveram mais a um processo sistêmico – o fim do conflito bipolar –, que permitiu que a rivalidade desse lugar à cooperação internacional. Contribuiu para isso o fato de o Ártico ter passado por um processo de ressignificação, no seguinte sentido: de “fronteira de recursos”, passou a ser apresentado à comunidade internacional como um espaço destinado à promoção da paz e da

²¹ Neste ano, T. Stoltenberg anunciou o projeto “*Barents Euro-Arctic Region*”, uma iniciativa para aproximar a Rússia, a Noruega e a Europa.

²² Em 11 de janeiro de 1993, uma conferência sobre cooperação na Região Euro-Ártica do Mar de Barents foi realizada em Kirkenes, Noruega. Participaram da conferência os Ministros das Relações Exteriores ou representantes de Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Federação da Rússia, Suécia e Comissão das Comunidades Europeias Também participaram como observadores representantes dos Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Japão, Polônia e o Reino Unido.

²³ Dois tópicos principais foram discutidos no seio do BEAC: segurança nuclear e gestão das pescas, resultando na negociação de acordos importantes. Em 2010, foi assinado um acordo bilateral para resolver a disputa na fronteira marítima entre a Noruega e a Rússia no Mar de Barents. E, em 2012, foi assinado um acordo sobre o tráfego fronteiriço local entre a Noruega e a Rússia. Este foi considerado um ato de grande significado simbólico, já que a Noruega faz parte da área de Schengen.

²⁴ Conforme definido pelos autores, uma janela de oportunidade se abre quando um tomador de decisão individual percebe uma mudança nas circunstâncias políticas internacionais ou domésticas como uma oportunidade para iniciar as mudanças de política desejadas se ele/ela agir rapidamente (DOESER, EIDENFALK, 2013, p. 393).

sustentabilidade ambiental (YOUNG, 2005, p. 9). A criação do Conselho do Ártico (CA), em 1996, pode ser considerada como a culminância desse objetivo²⁵.

O Conselho é um arranjo intergovernamental destinado à discussão de assuntos de interesse comum dos países árticos. Seu funcionamento é orientado pelas atividades de grupos de trabalho temáticos, que são financiados pelos países membros (HUND, 2014, p. 71). A Noruega tem investido grandes somas para se apresentar como um dos maiores financiadores dos projetos do CA, ficando atrás somente dos Estados Unidos e Canadá (ROWE, 2018, p. 65). Frequentemente, o país impulsiona individualmente iniciativas no âmbito do CA, como a que possibilitou a instalação do seu Secretariado em Tromsø (ROWE, 2018, p. 72). Trazer para seu território a sede da principal organização que discute assuntos relativos ao Ártico tem importância simbólica (e também pode ter efeitos em termos de status), pois, devido à frequente presença de autoridades, pesquisadores, e à realização de encontros de alto nível no local, é comum encontrar em jornais e na mídia referências a Tromsø como a ‘capital do Ártico’.

Ao investir recursos políticos e materiais para desempenhar um papel único no Ártico, a Noruega ocupou um nicho importante na política regional. O país dá indícios de que quer ser percebido como um ator relevante e como um promotor da cooperação nas relações regionais, atuando como um coordenador (*convenor*) e mediador (*bridge-builder*), especialmente nas relações entre o Ocidente e a Rússia (ROWE, 2018, p. 76). O pequeno reino norueguês tem condições de fazê-lo, por dialogar com a OTAN, (sendo membro da organização) e com a União Europeia, ao mesmo tempo em que mantém relações amigáveis e interesses compartilhados com a Rússia.

Antes de 2006, a política norueguesa para o Ártico era geralmente definida como uma política voltada para a Rússia. O termo usual para política relacionada aos vizinhos imediatos da Noruega era “política de vizinhança”, em assuntos que envolviam ilhas a oeste, como Ilhas Faroer, Groenlândia e Islândia e, sobretudo, a Rússia, a leste (JENSEN, 2016, p. 77). Mas, a partir de 2006, o Alto Norte se tornou uma nova dimensão da política externa norueguesa – ele foi elevado à condição de mais alta prioridade. Isso teve um significado político. A Estratégia Oficial para o Ártico de 2006 não tratou apenas de definir o Alto Norte enquanto região geográfica, mas de apresentar discursivamente o que passou a constituir um objetivo estratégico do governo. O fato de o Alto Norte ter sido decididamente inserido na agenda e destacado como a principal área de ação política da Noruega deveu-se,

²⁵ O Conselho do Ártico foi antecedido por outras iniciativas, como o encontro de Rovaniemi, na Finlândia (1989), e a criação da Estratégia de Proteção Ambiental do Ártico (1991).

principalmente, às novas oportunidades econômicas que então se abriam, indicando que o país precisava de uma iniciativa política específica para a região (JENSEN; SKEDSMO, 2020, p. 442). Considerava-se, então, que a produção energética seria um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento do Ártico, e que poderia haver uma revolução comercial mundial a partir da abertura de novas rotas marítimas. Ao mesmo tempo, conflitos fronteiriços remanescentes representavam um desafio significativo de política externa. Por isso, uma ênfase renovada foi atribuída às relações com a Rússia.

Como consequência, os dois países têm trabalhado em conjunto para fortalecer a cooperação em áreas-chave. Em relação à cooperação energética, ela tem sido conduzida principalmente por grandes empresas estatais, a Statoil/Equinor²⁶, do lado norueguês, e a Rosneft, pelo lado russo. Apesar dos efeitos negativos das sanções ocidentais que se seguiram ao episódio da anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, visando a minar projetos de petróleo e gás no Ártico, ambas as empresas mantiveram a cooperação comercial fora da região, especialmente, no oeste da Sibéria, e no Mar Okobe, localizado no Extremo Oriente, próximo ao Japão. Às estatais, interessa preservar a possibilidade de manter uma maior cooperação no Mar de Barents, região que oferece alto potencial de lucratividade (KRIVOROTOV; OVERLAND, 2015, p. 9).

Também na região de Barents, a Noruega e a Rússia têm cooperado para a preservação do meio ambiente e dos ecossistemas, tanto no que diz respeito à segurança nuclear, quanto no que tange à gestão das pescas (HAMMER; HOEL, 2012, p. 245). Desde o início dos anos 90, a segurança nuclear tem sido de grande preocupação para a Noruega. Com o apoio da sociedade civil, foram alcançados progressos significativos, como o reprocessamento de resíduos radioativos e a limpeza de regiões contaminadas. No que diz respeito ao manejo dos recursos pesqueiros, a Rússia e a Noruega cooperam em mecanismos integrados, como a Comissão Conjunta de Pescas da Noruega e da Rússia (1975). Em suma, é interessante que ambos os países tenham interesses compartilhados no Ártico, pois isso os aproxima e permite que se mantenha uma política de boa vizinhança no que diz respeito aos assuntos polares (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017, p. 18). Assim, a Rússia, outrora percebida como adversária (JENSEN, 2017, p. 17), passa a ser tratada como potencial parceiro.

²⁶ A Statoil anunciou a mudança de nome da empresa para Equinor em 2018, como parte de uma estratégia para transformar a estatal norueguesa em uma empresa geradora de energia em um sentido mais amplo, e não apenas uma produtora de petróleo (EQUINOR, 2020).

3.2 A NORUEGA E POSSIBILIDADE DE GANHOS DE STATUS NO ÁRTICO EM UM CONTEXTO DE HIERARQUIAS TRANSACIONAIS

As relações entre os países árticos podem ser analisadas sob o prisma da existência de hierarquias, nas quais se considera que transições de poder são possíveis²⁷. A ideia de hierarquia está intimamente ligada ao status, pois status implica a condição de ocupar uma posição social, que pode ser definida de duas formas: ou pela comparação com outros países, ou pelo pertencimento a um determinado clube (ROWE, 2018, p. 69). Neste estudo, privilegia-se o entendimento de que as hierarquias no Ártico são do tipo transacional (ROWE, 2018, p. 62). Ou seja, elas não se assentam sobre a coerção direta ou a dominação, mas sobre relações que são percebidas como mutuamente benéficas, nas quais os custos inerentes a pertencer a uma hierarquia são compensados pelos benefícios potenciais. Em outras palavras, hierarquias transacionais são percebidas como vantajosas. Interessa a diferentes atores inserirem-se em hierarquias desse tipo, pois, nelas, relações de liderança podem produzir consequências positivas. No contexto do Ártico, o fato de a Noruega buscar status como líder se une ao desejo de moldar parâmetros internacionais baseados em princípios enraizados nas práticas e no repertório político norueguês, como o respeito ao direito internacional e às relações pacíficas entre os países. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Rowe (2018), para o reino norueguês, investir seu capital político e econômico para ascender na hierarquia do Ártico pode trazer mais vantagens do que custos.

Por definição, as hierarquias variam de acordo com campos de ação política específicos (*policy fields*) (ROWE, 2018, p. 7)²⁸. Ou seja, para cada área temática, pode-se dizer que há uma hierarquia possível. Assim, por exemplo, nas negociações sobre proteção ambiental e promoção da governança²⁹, países que não dispõem de recursos tradicionais de

²⁷ O fato de que os diferentes atores buscam posições particulares nas relações internacionais é um forte indicador da presença de hierarquia e de relações de poder. Afinal, se todas as posições fossem igualmente vantajosas para a busca dos resultados desejados, os termos "grandes potências" e "pequenos Estados" não teriam entrado em linguagem política comum e análise acadêmica (ROWE, 2018, p. 70).

²⁸ Um campo é uma área de interação com normas internas sobre o que constitui um comportamento adequado. Neste sentido, hierarquias podem diferir de acordo com campos de atuação específicos, e podem sofrer alterações sem que a estabilidade do sistema internacional como um todo seja abalada. É isso que permite a ascensão pacífica de pequenos países.

²⁹ A governança no Ártico é caracterizada por uma série de iniciativas que foram inicialmente promovidas não pelas grandes potências, mas por países menores, ou, ainda, por organizações de povos nativos, ONGs e outros setores da sociedade civil. Isso inclui a "Iniciativa Finlandesa", que se tornou a AEPS (KESKITALO, 2004). O Canadá e o Conselho Circumpolar Inuíte impulsionaram o sucessor da AEPS (Arctic Environmental Protection Strategy) – o Conselho do Ártico (ENGLISH, 2013). Ao mesmo tempo, as "grandes potências" regionais - a União Soviética e os Estados Unidos - foram fundamentais para abrir espaço político para essas iniciativas. Por exemplo, o discurso de Gorbachev em Murmansk foi fundamental

poder podem, por vezes, assumir posição mais elevada na hierarquia social, e obter acesso aos círculos de tomada de decisão geralmente reservados às grandes potências. É isso que permite que pequenos países insulares, por exemplo, tenham voz ativa nas negociações sobre clima – estes têm reconhecidas suas aspirações no campo da política ambiental, pois sua própria existência depende do resultado do que é internacionalmente acordado (RASHEED, 2019, p. 216).

Outra forma de conseguir acesso aos clubes de elite da política internacional é prestar contribuições materiais para os esforços internacionais em alguma área, por meio do envio de recursos e do financiamento de grandes projetos. Essa é uma estratégia amplamente utilizada pela Noruega, que conseguiu se estabelecer como um interlocutor confiável nas discussões envolvendo a paz e a segurança internacionais (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 111)³⁰, a preservação das florestas e os esforços de mitigação dos efeitos do aquecimento global.

As relações de poder no Ártico se articulam em torno de dois subgrupos ou clubes: o dos Estados costeiros (“*Arctic 5*”)³¹ e o dos Estados que integram o Conselho do Ártico (“*Arctic 8*”) (ROWE, 2018, p. 60). Esses dois grupos têm posição privilegiada em relação aos países não-Árticos (ROWE, 2018, p. 61). Ou seja, identifica-se, na região, a existência de múltiplas hierarquias. Uma análise da autodefinição dos países do Ártico a partir de suas políticas nacionais³² oferece uma visão do tipo de papel que eles esperam desempenhar na hierarquia regional, e fornece indícios de que questões como status e poder são mais importantes para alguns países, do que para outros. Assim, por exemplo, o Canadá sublinha em sua estratégia oficial a intenção de desempenhar um papel de “liderança robusta” no Ártico (GOVERNMENT OF CANADA, 2010, p. 4-5). De modo semelhante, a Rússia se apresenta como uma ‘potência líder’ no Ártico, e enfatiza o interesse do país em contribuir para os esforços de cooperação regional (RUSSIAN FEDERATION, 2008, p. 98). A Noruega também busca se apresentar como líder no Ártico – especialmente, em áreas como a geração

para reformular o Ártico como um local onde antigos rivais da Guerra Fria e seus aliados poderiam se reunir para enfrentar desafios ambientais compartilhados (ÅTLAND, 2008)

³⁰ Na literatura, isso ficou conhecido como “política de engajamento” (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 110-111).

³¹ Os cinco Estados costeiros do Ártico são Canadá, Groenlândia / Dinamarca, Noruega, Rússia e EUA. Eles se reúnem desde 2008, às margens da principal estrutura de governança regional, o Conselho do Ártico, para discutir questões de interesse comum, como a adequação da Convenção da ONU sobre Direito do Mar para resolver disputas territoriais, bem como o estabelecimento de padrões obrigatórios para o transporte em águas polares. Se considerarmos que não existe um Estado hegemônico que esteja moldando a política do Ártico como um todo, considera-se que o clube dos “*Arctic 5*” pode, de alguma maneira, preencher esse vazio, desempenhando um papel influente na política internacional (WEGGE, 2010, p. 74).

³² Para informações sobre as políticas oficiais dos países Árticos, cf. Quadro 1, Anexo 1.

de conhecimento (ROWE, 2018, p. 63). Assim, três dos cinco Estados do litoral do Ártico afirmam a importância do poder regional ou da liderança, o que sugere que o status e a hierarquia podem ser relevantes para a compreensão de como a política regional se desdobra. Já para os demais países árticos (Islândia, da Finlândia, da Dinamarca, da Suécia e dos Estados Unidos), a ideia não é buscar primazia na região, nem reivindicar alguma forma particular de status (ROWE, 2018, p. 73).

Dentro dos “*Arctic 5*”, a Noruega tem a possibilidade de assumir responsabilidades compatíveis com as de uma potência. O país é a maior nação pesqueira da Europa, o terceiro maior exportador de gás natural do mundo (atrás apenas da Rússia e do Catar), e fornece entre 20 e 25 por cento da demanda de gás da União Europeia (NORWEGIAN PETROLEUM, 2020). Seria surpreendente se a política externa da Noruega permanecesse como uma política típica de um ‘pequeno Estado’, em uma região com tamanha importância geopolítica. O país já desfruta de fontes materiais para impulsionar iniciativas que tenham como consequência maior visibilidade para o país no Ártico. Grande parte da riqueza material norueguesa advém de suas enormes reservas de petróleo, localizadas no Mar do Norte. Na verdade, a Noruega não é apenas um país rico; é também um país com influência nas finanças internacionais. Isso se deve ao fato de que os lucros oriundos da exploração do petróleo são gerenciados pelo Banco Central da Noruega, que administra o Fundo Global de Pensões do Governo (*Government Pension Fund Global*), criado em 1990 para garantir o gerenciamento responsável e de longo prazo das receitas da exploração de petróleo e gás no Mar do Norte (NBIM, 2019)³³. Por regra, o governo norueguês somente pode aplicar os juros deste fundo fora do território do país, ou em companhias estrangeiras. Com isso, a Noruega detém cerca de 1,4% das ações no mercado de ações mundial (NBIM, 2019).

O Fundo do Petróleo não é apenas uma ferramenta econômica destinada a diversificar investimentos; ele é, também, uma poderosa ferramenta política. Por meio do Fundo, o governo norueguês interfere nas decisões de grandes empresas multinacionais. Anualmente, o Banco Central da Noruega publica uma lista das empresas nas quais o país não irá investir, por razões éticas (HINES, 2018). A lista inclui produtores de armas, a indústria de tabaco e empresas envolvidas em escândalos de corrupção.

³³ Conhecido como “Fundo do Petróleo”, este é o maior fundo soberano de investimentos do mundo. Em julho de 2019, seu valor de mercado chegou a atingir 9.221.291.352.650 NOK, o que corresponde a mais de US\$ 1 trilhão de dólares. Esses recursos são utilizados para investir em empresas de todo o mundo. Com isso, o governo da Noruega figura entre os principais acionistas de grandes empresas, exercendo, desse modo, influência sobre a economia mundial.

Somado aos recursos materiais, a Noruega vem agregando componentes ideacionais ligados ao status, e é isto que interessa a este estudo. Com relação ao Ártico, o que a Noruega tenta promover, de modo ativo, é a introdução de práticas responsáveis na exploração de recursos, investindo na prevenção a derramamentos de óleo, no manejo sustentável da pesca marítima, e na cooperação para o desenvolvimento conjunto das nações. Ademais, há toda uma prática discursiva que acompanha essas ações, dando origem a políticas que podem ser enquadradas como parte de uma estratégia mais ampla de busca de status, que é exercida, sobretudo, por meio da criatividade social. Este será o tema do capítulo seguinte, no qual serão analisadas as políticas árticas da Noruega, expressas por meio de documentos oficiais e relatórios interministeriais apresentados ao Parlamento.

4 CRIATIVIDADE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE BUSCA DE STATUS DA NORUEGA NO ÁRTICO: ANÁLISE DOCUMENTAL

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, os Estados estão em constante interação para afirmar-se na hierarquia de prestígio, defendendo ou buscando fortalecer sua posição. Partindo da premissa de que status importa, o objetivo deste capítulo é analisar como vem se desenvolvendo a política de status da Noruega no Ártico, sob o prisma da Teoria da Identidade Social, com foco na criatividade social. A essência desta consiste em destacar a singularidade e as diferenças de um Estado em relação aos seus pares. Ao apresentar-se como líder no Ártico, a Noruega faz exatamente isso: desde 2006, quando o Ártico foi elevado à mais alta prioridade de política externa, o governo do país buscou induzir cognitivamente uma diferenciação entre a Noruega e os demais países árticos, com o objetivo de alcançar um status mais elevado, converter possíveis ganhos de status em benefícios reais, e difundir um padrão de conduta internacional – o padrão norueguês (BADARAGE, 2011, p. 223)³⁴.

Para explorar essa hipótese, será realizada a análise de fontes primárias e secundárias. Entre as do primeiro tipo, estão incluídas as estratégias oficiais do governo norueguês para o Ártico, de 2006, 2009, 2014 e 2017, bem como livros brancos ou *White Papers* (documentos elaborados quando o governo apresenta ao Parlamento assuntos que não exijam uma decisão imediata) e relatórios ao Parlamento ou *Reports to the Storting* (relatórios técnicos que informam o Parlamento sobre ações realizadas em áreas temáticas específicas), de 2006 até 2020.

As fontes são disponibilizadas pelo Ministério de Relações Exteriores da Noruega, que oferece uma compilação de documentos oficiais por tópicos. Os tópicos de seleção foram “Ártico” e “Alto Norte”. Serão analisados vinte e seis relatórios ao Parlamento, sete livros brancos e quatro estratégias oficiais (cf. Anexo 1). Esses documentos são frequentemente referenciados pela mídia e pela Academia, o que justifica sua utilidade para esta pesquisa.

Inicialmente, a ideia era analisar apenas as estratégias oficiais do governo para o Ártico (*Arctic Strategies*). Como essas estratégias são elaboradas a partir de discussões levadas ao Parlamento, decidiu-se incorporar ao estudo os relatórios apresentados ao *Storting*. Assim, as fontes se complementem de forma a corrigir possíveis falhas oriundas da análise de apenas um tipo de documento, produzido por um mesmo órgão. Os relatórios ao Parlamento são documentos interministeriais, e serão aqui tratados como expressões coletivas, que

³⁴ A imagem da Noruega como “empreendedor moral” tornou-se parte da consciência tanto dos noruegueses, quanto da comunidade internacional. A Noruega é referida, por vezes, como um promotor de normas, e como um Estado guiado por concepções ideacionais e normativas da política (BANDARAGE, 2011, p. 223).

incorporam debates que informam a opinião pública nacional, e que contribuem para a tomada de decisão quanto a ações políticas efetivas.

Os textos constituem apenas o ponto de partida. Evidentemente, a política da Noruega para o Ártico não se esgota nos documentos aqui referenciados. Eles fornecem, entretanto, uma visão abrangente sobre o tema. A partir deles, será realizada a triangulação entre componentes quantitativos e qualitativos, para realizar uma interpretação crítica do conteúdo. Concomitantemente, será realizada a análise empírica das políticas do governo norueguês, para verificar em que medida elas se traduzem na prática.

Uma leitura exploratória dos documentos oficiais fornece uma ideia geral de quais os núdulos ou pontos chave são relevantes para a pesquisa. A partir de uma codificação inicial (KALPOKAITE; RADJOCECIC, 2019), foi possível capturar conceitos e frases recorrentes nas estratégias oficiais e relatórios. Foram priorizadas informações relacionadas à hipótese principal sugerida.

A partir daí, para examinar os trinta e sete documentos selecionados, foi utilizado um programa de análise de dados (*Atlas.ti*), para medir a frequência com que alguns marcadores linguísticos apareceram nos documentos selecionados, e as principais expressões e conceitos relacionados a eles. As ideias foram agrupadas em torno de expressões relacionadas ao campo semântico da liderança, e das áreas em que a Noruega se apresenta como líder. A nuvem de palavras na Figura 1 permite a visualização das principais ocorrências encontradas nos documentos selecionados, de acordo com a frequência com que elas aparecem³⁵.

³⁵ Uma nuvem de palavras é uma lista hierarquizada visualmente, uma forma simples e intuitiva de apresentar o conteúdo de textos ou documentos. (Lohmann *et al.*, 2015, p. 114).

Figura 1: Códigos mais frequentes nos documentos oficiais



Fonte: elaboração própria (2020)³⁶.

A nuvem foi elaborada por meio do seguinte processo. Primeiro, todos os documentos foram adicionados ao programa *Atlas.ti*. Em seguida, eles foram separados em três grupos: Estratégias Oficiais, Livros Brancos e Relatórios ao Parlamento. Utilizando a ferramenta de análise de palavras, foi indicada a frequência dos códigos principais, que aparecem em maior ou menor tamanho na nuvem. Eles foram traduzidos para o português, para gerar uma nova imagem, a fim de fornecer uma primeira impressão dos documentos analisados.

É interessante notar que o número de documentos publicados e a fonte dos mesmos indica que as políticas para o Ártico têm sido discutidas principalmente no âmbito dos Ministérios do Clima e Meio Ambiente e de Relações Exteriores, tendo o Ministério de Defesa se pronunciado sobre o Alto Norte em apenas dois documentos³⁷, o que fornece indícios de que o tema é tratado na política externa norueguesa com ênfase maior em questões como a preservação de ecossistemas, desenvolvimento sustentável e cooperação, e não, necessariamente, como assunto de segurança nacional. A construção de capacidades militares, por exemplo, não é o foco das estratégias norueguesas. Tanto é que, os investimentos em defesa do país se mantiveram, ao longo dos últimos quinze anos, em patamares baixos e relativamente constantes. O Quadro 2 abaixo nos mostra um comparativo de gastos em defesa

³⁶ Para criar a nuvem de palavras, foi utilizada a ferramenta disponível em *Wordclouds.com*.

³⁷ Em 2020, o país publicou seu mais recente plano de defesa nacional, que menciona o fortalecimento da cooperação com a OTAN para o monitoramento do Ártico.

dos países Árticos, como percentual dos gastos totais do governo, com base em dados extraídos da série de indicadores do grupo Banco Mundial (*World Development Indicators Series*).

Quadro 2: Gastos militares da Noruega (% dos gastos totais do governo)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Noruega	3.7	3.7	3.5	3.6	3.4	3.4	3.3	3.3	3.3	3.1	3.2	3.4	3.4	3.5
Suécia	2.6	2.7	2.4	2.3	2.4	2.3	2.3	2.2	2.3	2.2	2.2	2.2	2,1	2,32
Finlândia	3.0	2.8	2.9	2.9	2.7	2.8	2.7	2.7	2.5	2.6	2.6	2.6	2,6	2,79
Islândia	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Dinamarca	2.8	2.6	2.7	2.4	2.5	2.3	2.3	2.2	2.1	2.0	2.2	2.2	2,5	2,57
Canadá	2.9	3.1	3.2	3.2	2.8	2.9	2.7	2.5	2.6	2.9	2.9	3.1	3.3	3.15
Estados Unidos	11.3	11.1	11.3	11.2	11.7	11.8	11.4	10.6	9.9	9.4	9.0	8.8	9.4	9.43
Rússia	11	9.8	9.9	10	10	10	11	11	12	14	15	12	11	11,4

Fonte: World Development Indicators Series.

Conforme o quadro acima demonstra, os investimentos do governo norueguês no setor militar são relativamente baixos. As questões de segurança relativas ao Ártico, tratadas nos relatórios interministeriais e apresentados ao Parlamento fazem menção à segurança alimentar, digital, dos oceanos e ambiental (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2019a, p. 6). Em assuntos de defesa, a ênfase recai sobre a cooperação internacional, que ocorre dentro de organizações como a OTAN e a ONU, e com a União Europeia, da qual a Noruega não é parte, mas com a qual existe alto nível de engajamento. A participação na OTAN ajuda o pequeno país nórdico a equilibrar a relação assimétrica da Noruega com a Rússia (ØSTHAGEN; SHARP; HILDE, 2018 p. 170). Neste sentido, pode-se inferir que a defesa coletiva pode ser mais econômica do que as soluções nacionais ou bilaterais, embora não possa substituir uma defesa nacional forte³⁸. Por isso foi possível aos noruegueses manter os gastos em defesa relativamente baixos por anos consecutivos, pois a Noruega está, de certa forma, sob o guarda-chuva da OTAN (THE RESEARCH COUNCIL

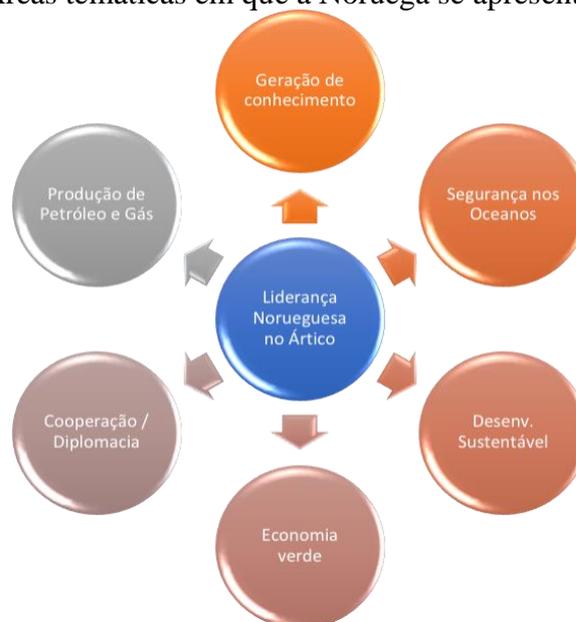
³⁸ Aqui, é importante fazer uma ressalva. Foi lançado, em 2020, o novo plano de longo prazo para as Forças Armadas norueguesas, que inclui o fortalecimento de todos os ramos militares do país. Um total de 16,5 bilhões de coroas norueguesas (€ 1,46 bilhão) será adicionado às Forças Armadas nos próximos oito anos. Uma parte importante dos investimentos será concentrada no norte do país, onde a Brigada Norte será reforçada com um novo batalhão e o poder de fogo adicional do *Finnmark Land Defense*. O Exército receberá novos veículos blindados de combate a partir de 2025, bem como armas de precisão de longo alcance. Além disso, uma nova unidade móvel de defesa Química, Biológica, Radioativa e Nuclear (CBRN) será estabelecida. A Marinha iniciará o planejamento de uma nova estrutura de embarcações que, em última instância, levará à aquisição de novos navios em cooperação com aliados. Quatro novos submarinos serão incluídos nas forças navais no final da década de 2020 e a frota do país de quatro fragatas deve ser "significativamente atualizada" (NORWEGIAN MINISTRY OF DEFENCE, 2020).

OF NORWAY, 2017, p. 31). Isso permite ao país explorar o desejo de liderança em outras áreas, que não envolvem, necessariamente, *hard power*.

As informações coletadas e as citações escolhidas para compor este capítulo correspondem ao que se considera serem os principais pontos que perpassam as diferentes políticas da Noruega para o Ártico. Uma leitura intertextual permite deduzir que a Noruega vem reivindicando status como: (i) líder em áreas temáticas específicas (política ambiental e produção de conhecimento sobre o Ártico); (ii) ponte entre a Rússia e o Ocidente; e (iii) promotor da cooperação internacional. Esses objetivos constituem aspectos importantes da política externa do país, e são interessantes como indicadores de busca de status. Vale lembrar que esta seção é dedicada ao exame de fontes governamentais. Por essa razão, o tom utilizado é por vezes legitimista e ambicioso. Para sanar o possível viés oficialista, concomitantemente à reprodução do discurso oficial, será realizada a análise crítica do conteúdo, buscando-se agregar informações que confirmem ou não se as estratégias do governo têm tido resultados em termos de ações empíricas.

Nas fontes analisadas, foram encontradas expressões recorrentes que sinalizam o desejo da Noruega de ser percebida como protagonista em áreas de atuação específicas. Os marcadores linguísticos relacionados ao campo semântico da liderança fazem menção direta aos seguintes temas:

Figura 2: Áreas temáticas em que a Noruega se apresenta como líder



Fonte: elaboração própria (2020).

O objetivo de ser líder em questões relativas ao Ártico constitui uma estratégia de longo prazo da Noruega, pois há continuidade nas políticas e documentos apresentados desde 2006. Já na primeira estratégia para o Ártico (2006), o país anunciou como objetivo de política externa a ideia de desempenhar um papel de liderança no monitoramento das mudanças climáticas e dos ecossistemas marinhos (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006, p. 8). A ambição do governo norueguês era "estar no topo da liga" em áreas-chave de atividade, como a indústria pesqueira, o turismo e novos empreendimentos (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006, p. 6). Em suma, a Noruega apresenta como meta o desejo de se estabelecer como país líder no que diz respeito à política ambiental e desempenhar um papel confiável e de longo prazo como administrador do patrimônio natural e cultural do Alto Norte (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2006, p. 45). Em 2009, o governo afirmou que o país já era um líder com experiência em respostas a derramamentos de petróleo e desenvolvimento industrial no Ártico (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2009, p. 12), e que investiria na promoção de projetos científicos relacionados ao transporte marítimo ecologicamente seguro na região. Já em 2014, a produção de conhecimento foi elencada como prioridade (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 3). O objetivo do país é tornar-se uma potência do conhecimento no Norte, para o Norte e sobre o Norte (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 26), algo que é reafirmado na estratégia de 2017.

Nos livros brancos e nos relatórios ao Parlamento, o desejo de liderar também é expresso em várias ocasiões. Assim, por exemplo, o governo estabeleceu o objetivo de tornar a indústria petrolífera norueguesa uma líder mundial nesse campo. A afirmação é reiterada em relatórios posteriores, quando se afirma que a indústria do petróleo deve estar na vanguarda dos desenvolvimentos, com um foco claro na qualidade, na geração de conhecimento e na melhoria constante (NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT Nº 37, 2009). Esta é a área em que encontramos uma contradição na política externa norueguesa.

4.1 POLÍTICA AMBIENTAL

O calcanhar de Aquiles da política ambiental norueguesa está na sua política energética, que se caracteriza por uma contradição conhecida como o paradoxo norueguês – a Noruega se apresenta como líder da causa ambiental (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 189), e conta com uma matriz elétrica das mais limpas do mundo; esta, no entanto, é

financiada, em grande parte, por recursos oriundos da exploração de petróleo e gás (UNHCR, 2020). A essência do discurso governamental consiste em transformar essa aparente contradição em uma característica única da Noruega. Internamente, o país já investe parcela significativa de receitas das exportações de petróleo em novas tecnologias para a produção de energia renovável, o que contribui para a redução nas emissões nacionais; externamente, a Noruega investe pesadamente na redução do desmatamento e na preservação das florestas (MARCOVITCH; PINSKY, 2014, p. 280). Como a economia norueguesa ainda é fortemente dependente das exportações de hidrocarbonetos, o país ainda é alvo de críticas – pois a política de perfurações no Ártico pode ser incompatível com o cumprimento das metas do Acordo de Paris, dado que o petróleo exportado acaba por aumentar as emissões de gases de efeito estufa no restante do mundo.

Há fortes críticas dos setores ambientalistas dentro e fora da Noruega sobre a corrida internacional pelos recursos do Ártico. A Rússia já iniciou a exploração na sua plataforma continental (*offshore*) há muito tempo, sem grandes preocupações com a responsabilidade ambiental e a segurança de seus empreendimentos (JENSEN, 2017, p. 16). Para não ficar para trás, a Noruega tem buscado assumir uma posição de vanguarda, apresentando-se como detentora do conhecimento e da experiência necessários para que a prospecção de petróleo no Ártico seja feita de forma segura, respeitando padrões ambientais e de segurança. Assim, o governo norueguês apoia projetos *offshore* do Ártico somente se eles cumprirem os mais altos padrões ambientais. Para que o desenvolvimento da indústria seja considerado prioridade, as ações precisam se coadunar com objetivos ecológicos e ambientais. É por isso, por exemplo, que alguns países europeus incentivam a Noruega a aumentar seus níveis de produção, pois, para eles, seria melhor e mais seguro importar petróleo e gás noruegueses, do que comprar da Rússia (MORGUNOVA, 2020, p. 10).

Nos debates sobre a exploração de petróleo no Mar de Barents, a Rússia é frequentemente caracterizada como um país ambientalmente e tecnologicamente atrasado – em oposição ao reino norueguês. De fato, a Rússia carece de uma legislação robusta para a proteção do Ártico (ARCTIC YEARBOOK, 2016, p. 332). Possivelmente, com o intuito velado de incentivar a Rússia a agir de modo mais comprometido com os padrões ambientais internacionais, reduzindo riscos na área ambiental, a narrativa criada pelo governo norueguês foi uma espécie de discurso ambientalista invertido: em lugar de se abster da prospecção de petróleo e gás no Mar de Barents para preservar o meio ambiente, a Noruega faria, justamente, o contrário, fornecendo exemplos de cooperação para a difusão de boas práticas. Isso pode ser caracterizado como um exercício de criatividade social: houve transformação de

algo que poderia ser percebido negativamente (o aumento da extração de combustíveis fósseis no Ártico), em algo positivo (o excepcionalismo norueguês). Tal inversão somente foi possível porque havia um consenso mais ou menos generalizado de que a Rússia se comportava como um pária ambiental (JENSEN, 2017, p. 17).

A estratégia norueguesa foi curiosamente apelidada de “*drilling for the environment*” (uma solução criativa para conciliar interesses econômicos com as políticas oficiais de preservação do meio ambiente no Ártico) (JENSEN, 2017, p. 16). Para legitimar suas ações no Alto Norte, a Noruega investe pesadamente em áreas como a prevenção a derramamentos, monitoramento dos oceanos e cooperação com os demais países árticos. A ideia é compartilhar conhecimentos para que a exploração do Ártico não ocorra de forma desordenada – ou, dito de outro modo, para ‘salvar o meio ambiente’, o que constitui uma contradição praticamente insolúvel.

Para o governo, existe um potencial considerável de crescimento verde³⁹ no Norte da Noruega. Os recursos naturais, principalmente os marinhos, sempre foram importantes para a criação de valor. Energia renovável, produção industrial de baixa emissão, pesca e aquicultura são setores onde a transição para uma economia verde oferece boas oportunidades de crescimento. Ao mesmo tempo, o alto nível de demanda por energia e transporte representa desafios (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017, p. 12). Em um movimento importante para solucionar tais desafios, a diretoria do Fundo Soberano da Noruega anunciou que começará a investir em novos projetos de infraestrutura de energia renovável, como parques eólicos e solares, um esforço que tenderá a aumentar a visibilidade internacional do país (MINISTRY OF JUSTICE AND PUBLIC SECURITY, 2016, p. 113).

Além disso, a Noruega almeja liderar os esforços para difundir a economia verde nos países em desenvolvimento, por meio de várias parcerias internacionais, dentro e fora da ONU, e por meio do Programa Norueguês de Aquisição de Créditos de Carbono (*Norwegian Carbon Credit Procurement Programme*)⁴⁰ (NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT, 2016). A ideia é promover iniciativas de mercado, que envolvam o

³⁹ Na Noruega, fala-se muito sobre a necessidade de implementação de mudanças em direção a uma economia verde e sustentável. Isso é conhecido como “*green-shift*”, e consiste em uma reestruturação econômica que seja favorável ao clima e ao meio ambiente (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017, p. 31).

⁴⁰ O Programa Norueguês de Aquisição de Crédito de Carbono foi criado em 2007, sob os auspícios do Ministério das Finanças da Noruega, para garantir o cumprimento das metas do primeiro período Protocolo de de Kyoto (2008-2012). Em 2014, a responsabilidade pelo programa foi transferida para o Ministério do Clima e Meio Ambiente. A aquisição de créditos de carbono é uma medida complementar às ações nacionais para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa (NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT, 2016).

compartilhamento de experiências no desenvolvimento de energias renováveis e no manejo sustentável de recursos (NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT, 2017, p. 23).

A difusão da economia verde na Noruega e no mundo guarda certa relação com a política e extração de petróleo. Isso porque o *green shift* se dá, sobretudo, no setor de transportes. Na Noruega, foi implementada uma política de incentivos ao uso carros elétricos, o que ajuda a reduzir as emissões de gases de efeito estufa dentro do país e contribui para o atingimento das metas do Acordo de Paris. O governo norueguês também tem atribuído alta prioridade ao transporte marítimo ambientalmente seguro, introduzindo subsídios para a renovação da frota de transporte marítimo de curta distância e oferecendo financiamentos para o desenvolvimento e implantação de tecnologias de baixa emissão na indústria naval (NORWEGIAN MINISTRY OF TRANSPORT AND COMMUNICATIONS, 2017, p. 13).

Em consonância com essas prioridades, em 2015, o governo lançou uma estratégia para os oceanos, intitulada “Oportunidades marítimas - crescimento azul para um futuro verde” (NORWEGIAN MINISTRY OF TRADE, INDUSTRY AND FISHERIES, 2015). O documento menciona explicitamente o objetivo de avançar o *marketing* global da Noruega, apresentando o país como detentor de uma *expertise* marítima única, e como destaque na capacidade de desenvolvimento de competências em pesquisas sobre ambientes marinhos (NORWEGIAN MINISTRY OF JUSTICE AND PUBLIC SECURITY, 2016, p. 113). Além disso, para fortalecer a posição de liderança em assuntos relativos ao Ártico, a Noruega frequentemente se apresenta como um administrador responsável ou *steward*, especialmente, quanto ao manejo de recursos naturais, chamando para si responsabilidades no plano internacional. Como administradora de áreas marinhas, é parte da responsabilidade da Noruega manter ecossistemas saudáveis, mares e um litoral limpo (MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT, 2017, p. 10).

Além disso, a cooperação ambiental marinha com a Rússia recebe alta prioridade na política ártica norueguesa. O objetivo é salvaguardar os recursos do Mar de Barents, contribuindo para que a Rússia adote um plano de gerenciamento ambiental, que leve em conta os princípios defendidos pela Noruega no plano internacional. O monitoramento ambiental coordenado e o conhecimento ambiental compartilhado são apontados como elementos essenciais da cooperação bilateral (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017). Ao voltar o foco das políticas para a Rússia, a Noruega atribui grande ênfase à cooperação regional, algo que se sobrepõe às narrativas de conflito em torno dos recursos do Ártico.

4.2 PONTE ENTRE OCIDENTE E RÚSSIA

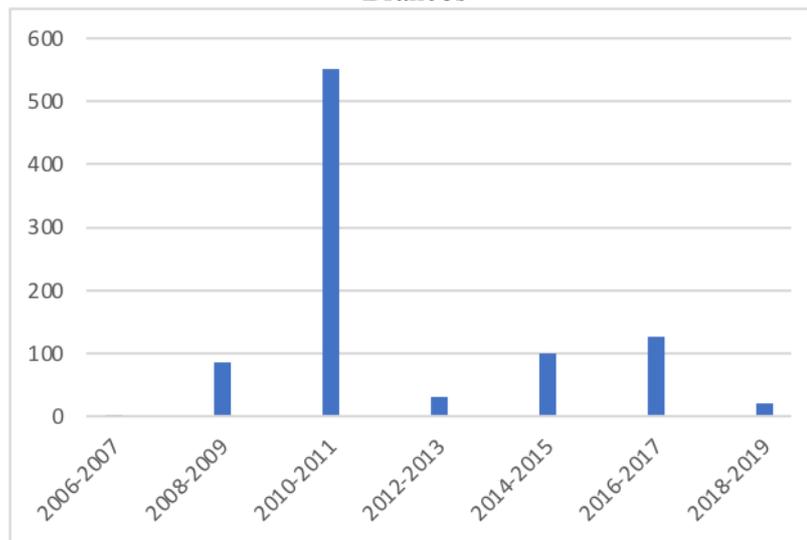
A literatura aponta que grande parte da política ártica da Noruega é pautada pelas relações com a Rússia. Entretanto, nos documentos oficiais, o que se constata é uma diminuição na frequência de referências à Rússia nas estratégias oficiais do governo para o Ártico.

Gráfico 1: Frequência de referências à Rússia nas Estratégias Oficiais para o Ártico



Fonte: elaboração própria, com base nas Estratégias Oficiais para o Ártico (2020)

Gráfico 2: Frequência das menções à Rússia nos Relatórios ao Parlamento e nos Livros Brancos



Fonte: elaboração própria, com base nos Relatórios ao Parlamento e nos Livros Brancos (2020)

A oscilação na frequência de referências à Rússia nas estratégias oficiais do governo para o Ártico indica que, se logo após o lançamento da segunda estratégia (2009), a política Ártica norueguesa era definida em grande parte pelas relações com a Rússia, nos anos subsequentes, outros assuntos foram incorporados à agenda. No entanto, a cooperação bilateral ainda é um aspecto importante das relações polares.

As relações russo-norueguesas são bastante complexas: ora os países se observam como vizinhos no Norte, ora como possíveis competidores. No Livro Branco contendo as políticas para o Ártico publicado em 2011, a Rússia é mencionada como um parceiro cooperativo em praticamente todos os capítulos, cobrindo uma amplitude de áreas temáticas (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2011). Esse espírito de grande otimismo em relação à Rússia possivelmente foi consequência da resolução, em 2010, de um contencioso sobre fronteiras marítimas que se estendia desde 1970 (KRAMER, 2010). A assinatura de um acordo (Tratado de Barents) permitiu a exploração de petróleo e gás na região em disputa⁴¹. Ao referir-se a esse acordo, o então Ministro de Relações Exteriores norueguês, Gahr Støre, afirmou que bons vizinhos eram capazes de resolver questões complexas por meio de negociações pacíficas, e que este seria um exemplo positivo de cooperação entre um país pequeno e uma grande potência (ROWE, 2018, p. 69).

Este espírito otimista deu lugar a desconfiança nas relações bilaterais em 2014, após a anexação da Crimeia pela Rússia. O regime de sanções resultante desencadeou um dos mais

⁴¹ Ambos os países reivindicavam uma zona de 175.000 km², entre a costa norueguesa e o norte da Península de Kola. O tratado sobre delimitação marítima e cooperação no Mar de Barents e no Oceano Ártico dividiu a área disputada igualmente entre os dois países (EKFELDT, 2018, p. 9).

baixos pontos nas relações russo-ocidentais, desde o final da Guerra Fria (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018, p. 385). A Noruega prontamente se posicionou ao lado dos aliados da OTAN⁴², o que teve reflexos importantes nas relações bilaterais. A cooperação militar foi suspensa. Além disso, houve um declínio significativo nos contatos diplomáticos. Entre 2014 e meados de 2016, nenhum ministro norueguês visitou a Rússia. Em junho de 2016, o Ministro das Pescas foi a São Petersburgo. Somente em março de 2017 o Ministro das Relações Exteriores da Noruega viajou para a Rússia, para participar de uma conferência internacional sobre o Ártico (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018, p. 391). Na Estratégia para o Ártico de 2014, o então Ministro de Relações Exteriores enfatizou a escolha da Noruega de se alinhar fortemente aos seus pares da OTAN e a União Europeia (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 9). Apesar da piora nas relações bilaterais, o governo anunciou o objetivo de manter a cooperação com a Rússia nas áreas de interesses compartilhados, como operações de busca e salvamento (*Search and Rescue*), a preservação do meio ambiente, a segurança nuclear e a gestão das pescas no Mar de Barents (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 11)⁴³.

A estratégia para o Ártico de 2017 reiterou o compromisso da Noruega em ter uma boa relação de vizinhança com a Rússia e destacou o quão essencial um amplo conjunto de esforços cooperativos tem sido para a previsibilidade e estabilidade no Extremo Norte (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017, p. 18). No entanto, as aspirações pelo estabelecimento de relações de confiança e a esperança de estender os interesses intimamente interligados e as tradições culturais que unem os nórdicos à vizinha Rússia tornaram-se menos presentes nos documentos oficiais (ROWE, 2018, p. 76).

4.3 LIDERANÇA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Em sucessivas ocasiões, o governo norueguês destaca a ambição do país em ser uma potência na geração de conhecimento sobre o Ártico (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 26). Com isso, a Noruega busca um papel de destaque como provedor de informações para os demais atores. Em vários documentos, o governo sublinha a importância

⁴² Na estratégia para o Ártico de 2014, a Noruega se posicionou firmemente na defesa do respeito ao Direito Internacional em face das ações da Rússia na Ucrânia (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 11).

⁴³ Desde o início dos anos 1990, a segurança nuclear tem sido uma grande preocupação para a Noruega. Com o apoio da sociedade civil, foram alcançados progressos significativos, como o reprocessamento de resíduos radioativos. No que diz respeito à gestão das pescas, a Rússia e a Noruega mantiveram a cooperação por meio de vários integrados, como a Comissão Conjunta de Pescas da Noruega e da Rússia (estabelecida em 1975).

da liderança nos esforços de cooperação internacional no campo da pesquisa e desenvolvimento, para ampliar a fronteira internacional de conhecimento sobre o Ártico (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017, p. 9).

De fato, a qualidade da produção científica é apontada como uma das áreas em que a Noruega se distingue internacionalmente. De acordo com o *European Innovation Scoreboard*, a Noruega já se classifica como líder em inovação, e o país ambiciona ir ainda mais longe nesta mesma esfera (NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION AND RESEARCH, 2018, p. 13). Um objetivo expresso do governo, nesse sentido, é desenvolver e utilizar a experiência norueguesa e internacional em diferentes disciplinas e áreas temáticas.

A ambição governamental tem tido resultados na prática. Um desses resultados pode ser aferido pelo nível de educação da população norueguesa, que está entre os mais elevados do mundo. De acordo com a plataforma *Statistics Norway*, em 2018, 43% da população com idades entre 25 e 64 anos havia concluído o ensino superior. São níveis similares aos da Finlândia e da Suécia, e superiores aos níveis da Dinamarca (NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION, 2018, p. 14). A Noruega também está entre os países com a maior densidade de pesquisadores. Entre os países da OCDE, apenas a Coreia do Sul aloca mais do que a Noruega para P&D em relação ao orçamento do governo medido como uma parcela do PIB (NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION, 2018, p. 14). Além disso, a publicação científica de pesquisadores noruegueses avançou em uma direção positiva, principalmente nos últimos dez a 15 anos. Assim, a Noruega está entre os países que mais tem mais publicações científicas *per capita*, e os artigos noruegueses são citados com mais frequência do que anteriormente em comparação com a média global. Isso significa que os pesquisadores noruegueses ganharam um perfil mais alto na comunidade de pesquisa internacional. (NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION, 2018, p. 13). Além disso, conforme os números demonstram, os gastos da Noruega em P&D vêm aumentando ao longo dos anos, apesar de ainda serem menores comparação com outros pequenos países, como Suécia, Dinamarca e Finlândia.

Quadro 3: Gastos em P&D dos países árticos (% do PIB)

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Noruega	1,45	1,56	1,55	1,72	1,64	1,62	1,618	1,65	1,71	1,93	2,03	2,09	2,06
Suécia	3,49	3,25	3,49	3,44	3,21	3,24	3,27	3,30	3,14	3,26	3,26	3,39	3,33
Dinamarca	2,40	2,51	2,77	3,05	2,91	2,94	2,98	2,97	2,91	3,05	3,10	3,04	3,06
Finlândia	3,33	3,34	3,54	3,74	3,72	3,63	3,41	3,28	3,16	2,89	2,74	2,75	2,77
Islândia	2,89	2,54	2,48	2,59	..	2,41	..	1,70	1,94	2,20	2,11	2,10	2,02
Estados Unidos	2,55	2,63	2,76	2,81	2,73	2,76	2,68	2,70	2,71	2,71	2,76	2,81	2,83
Canadá	1,94	1,90	1,86	1,92	1,82	1,79	1,77	1,70	1,71	1,69	1,73	1,67	1,56
Rússia	1,07	1,11	1,044	1,25	1,13	1,012	1,02	1,02	1,07	1,10	1,09	1,10	0,98

Fonte: Elaboração própria (2020) com base no World Development Indicators.

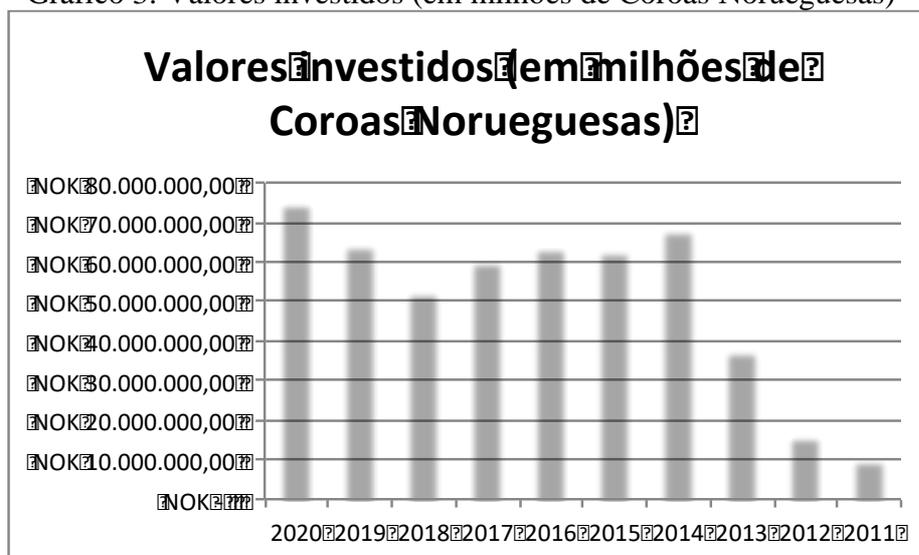
No que diz respeito especificamente à geração de conhecimento sobre e para o Ártico, os dados levantados demonstram que a Noruega conseguiu efetivamente alcançar posição de destaque. Apenas no âmbito do Programa de Pesquisa Polar (POLARPROG), que fornece financiamento para pesquisas para aumentar o conhecimento sobre as regiões polares, tendo como áreas temáticas prioritárias o clima e meio ambiente, recursos naturais e atividade industrial, existem 116 projetos finalizados ou em andamento, e os números de projetos vêm aumentando anualmente (THE RESEARCH COUCIL OF NORWAY, 2018, p. 4).

Quadro 4: Valores investidos e número de projetos financiados pela Noruega no âmbito do Programa de Pesquisa Polar

Ano	Valores investidos (em milhões de Coroas Norueguesas)	Número de projetos
2020	NOK 74.835.346,16	51
2019	NOK 64.178.331,82	36
2018	NOK 52.340.419,65	38
2017	NOK 60.138.211,95	43
2016	NOK 63.675.051,90	50
2015	NOK 62.777.270,22	48
2014	NOK 67.996.486,87	41
2013	NOK 37.409.294,59	22
2012	NOK 15.901.316,10	11
2011	NOK 9.935.990,06	6

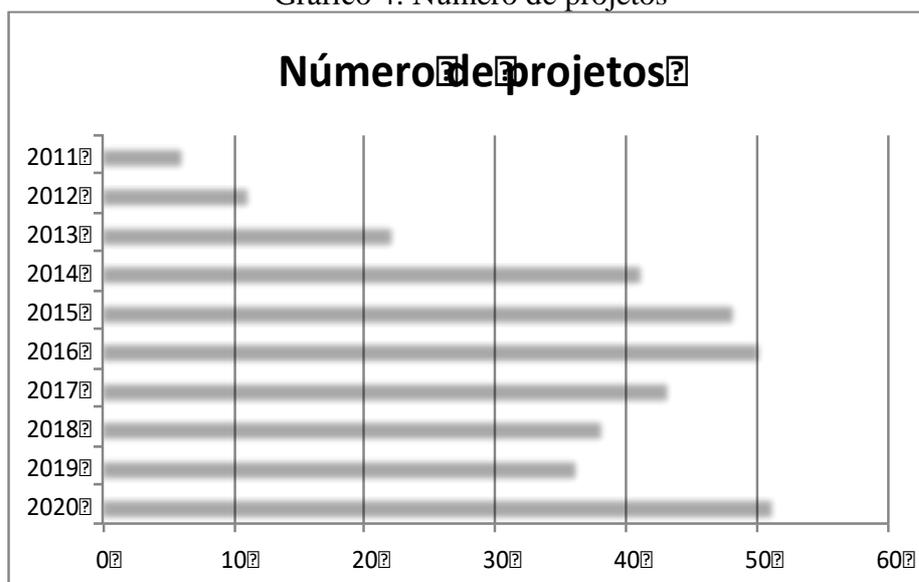
Fonte: Elaboração própria (2020) com base no The Research Council of Norway - POLARPROG.

Gráfico 3: Valores investidos (em milhões de Coroas Norueguesas)



Fonte: Elaboração própria (2020) com base no The Research Council of Norway – POLARPROG.

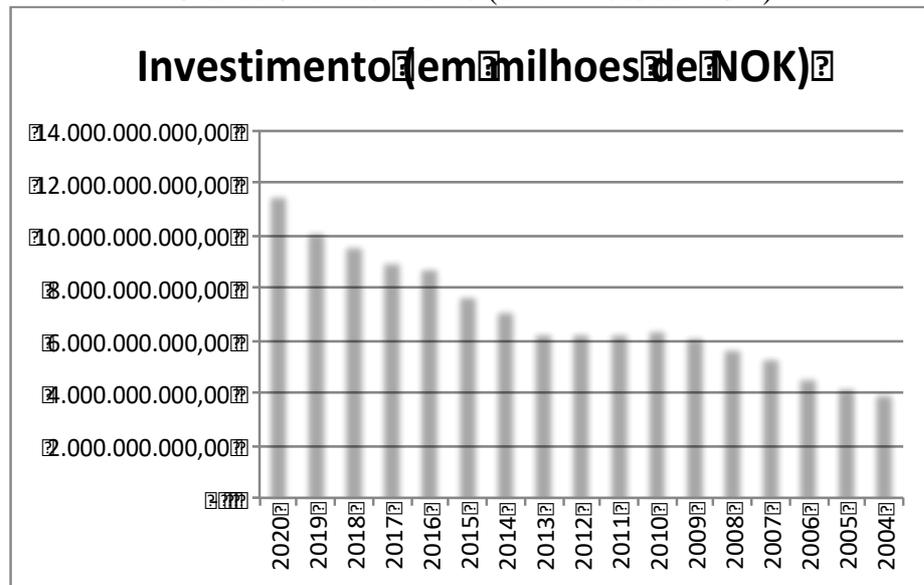
Gráfico 4: Número de projetos



Fonte: Elaboração própria (2020) com base no The Research Council of Norway - POLARPROG.

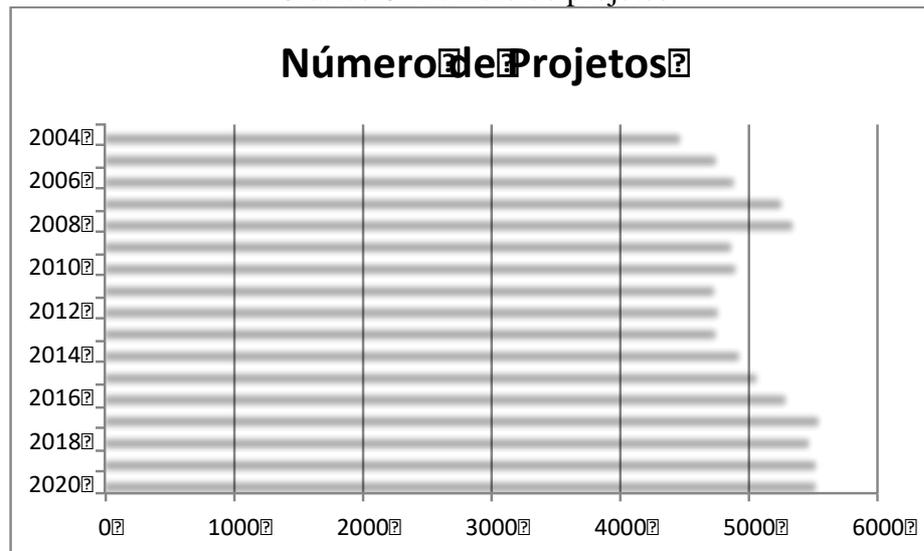
O governo tem também um programa específico (MILJØFORSK) para pesquisa em meio ambiente, para promover a transição verde ou *green-shift*. Ao todo, o programa conta com 35.713 projetos em seu banco de dados.

Gráfico 5: Investimento (em milhões de NOK)



Fonte: Elaboração própria (2020) com base no The Research Council of Norway – POLARPROG.

Gráfico 6: Número de projetos



Fonte: Elaboração própria (2020) com base no The Research Council of Norway - POLARPROG .

Por investir maciçamente na geração de conhecimento sobre o Ártico, a Noruega tem grande potencial para ser reconhecida internacionalmente. O enfoque dedicado ao Norte e o financiamento às ciências sociais e, especialmente, às ciências físicas não apenas aumentaram a capacidade de especialistas no setor de pesquisa, mas também resultaram na criação de uma forte *expertise* em questões relativas ao Norte. Isso se torna mais claro se se observa o exemplo dos esforços da Noruega para influenciar a política da União Europeia no Ártico (WEGGE, 2012, p. 17). Depois que o Parlamento da UE aprovou uma resolução em outubro de 2008 solicitando, entre outras coisas, um tratado internacional para proteger o meio ambiente do Ártico, a Noruega e a Dinamarca imediatamente se mobilizaram para impedir a

Comissão da UE de apoiar a resolução do Parlamento. Tiveram lugar várias conversações bilaterais entre líderes da UE e altos funcionários noruegueses do Ministério de Relações Exteriores, bem como uma última reunião entre o Primeiro-Ministro norueguês Jens Stoltenberg e o presidente da Comissão, José Manuel Barroso. Após esta reunião, Barroso declarou que o Ártico era um Oceano e deveria ser tratado como tal, o que implica que a UNCLOS estava a caminho de ser reconhecida como um quadro legal suficiente para a região – o que está em linha com a posição inflexível dos *Arctic-five* (WEGGE, 2012, p. 17)⁴⁴. Possivelmente, devido à falta de experiência da Comissão para tratar de questões muito específicas do Ártico, a Noruega alcançou um alto nível de influência, considerando o seu papel proativo e à qualidade das informações e experiência que poderia trazer para o processo de tomada de decisão (ROWE, 2018, p. 78)

Novamente, vê-se que a política norueguesa para o Alto Norte tem colocado grande ênfase na liderança por meio da pesquisa e da ciência, investindo na geração de conhecimento sobre o Ártico norueguês, que tem particularidades únicas. Explorar e conhecer essas particularidades a fundo confere certa vantagem comparativa para o país, em relação aos demais. No caso da política da UE para o Ártico apresentada acima, também é possível observar como a Noruega alcançou um alto nível de influência por meio de seus recursos de conhecimento. Talvez o compromisso de longa data da Noruega com o multilateralismo e sua reputação de autoridade moral na política internacional de forma mais ampla (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p.16) tenham permitido ao país desempenhar este papel como um provedor de informações para uma Comissão carente do conhecimento necessário, em vez de ser vista apenas como defensora de seus interesses nacionais. Isso é o que se pode descrever como uma espécie de posição de status assumida: a de uma potência do conhecimento. Este status permitiu que a Noruega defendesse com credibilidade e de forma responsável um conjunto de posições junto a interlocutores de maior peso, sem que essas posições fossem rejeitadas como motivadas por interesses nacionais (ROWE, 2018, p. 71).

4.4 PROMOTOR DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

Em todos os documentos analisados, o governo norueguês reiterou seu compromisso com a cooperação e o respeito ao direito internacional, para garantir que o desenvolvimento do Ártico ocorra de maneira pacífica e sustentável. Para pequenos países, a cooperação é

⁴⁴ No dia seguinte à declaração, o periódico EU Observer publicou uma matéria intitulada “Comissão Europeia apoia a visão norueguesa do Ártico: sem um novo tratado” (EUobserver.com, 2008, tradução própria).

particularmente importante, pois é ela que dá o tom da estabilidade e da segurança no Ártico. Como um país pequeno, geralmente, a Noruega não está em posição de influenciar a abordagem das grandes potências em relação à cooperação multilateral. O que o país pode fazer é assumir o papel das potências quando estas se retirarem ou atribuírem uma prioridade menor à atuação em determinadas organizações internacionais. Em algumas situações, entretanto, os noruegueses podem, sim, desempenhar um papel importante, devido ao seu significativo engajamento internacional, ao compromisso com a geração de conhecimento e à experiência acumulada, sobretudo, na área de política ambiental (NORGEWIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2019, p. 21).

Para avançar nas principais discussões sobre o Ártico, estabelecendo uma agenda positiva em torno de iniciativas-chave, a Noruega tem se empenhado em posicionar-se no centro dos principais debates. Assim, o país chama para si responsabilidades importantes, ao promover encontros de alto nível e ao advogar pelo estabelecimento de marcos regulatórios que reflitam os princípios e objetivos de política externa associados à sua autopercepção. Sendo a Noruega um país cuja identidade em termos de política externa tende ao apoio a regimes legais internacionais, ao institucionalismo multilateral, à cooperação e ao compromisso, a difusão desses ideais contribui para engajar atores relevantes em discussões e processos multilaterais. Com isso, a Noruega acaba por influenciar a política externa de outros países com relação ao Ártico, exportando um modelo baseado na transparência e na boa governança.

O país tem organizado uma série de encontros de alto nível, bem como a realização de fóruns e diálogos internacionais. Há dois anos, a Noruega lançou o Painel Internacional de Alto Nível sobre Economia Sustentável dos Oceanos (ou, simplesmente, Painel do Oceano), uma iniciativa que envolve quatorze países⁴⁵, e que tem avançado nas discussões sobre a coexistência de atividades econômicas nos oceanos e a preservação dos patrimônios marítimos mundiais. Oslo também lançou o fórum Fronteiras do Ártico (“*Arctic Frontiers*”)⁴⁶, que se reúne anualmente em Tromsø para definir agendas em torno de áreas como política, economia e ciência, voltadas para o desenvolvimento responsável e sustentável do Ártico (ARCTIC FRONTIERS, 2020). Em instituições de maior envergadura, a Noruega também tem posição de destaque. Entre 2019-2021, o país está na presidência do Conselho Euro-

⁴⁵ Co-presidido pela Noruega e Palau, o Painel do Oceano é composto por representantes da Austrália, Canadá, Chile, Fiji, Gana, Indonésia, Jamaica, Japão, Quênia, México, Namíbia, Noruega, Palau e Portugal, e é apoiado pelo Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para os Oceanos (OCEAN PANNEL, 2020).

⁴⁶ A Arctic Frontiers teve início em 2006, quando ocorreu a primeira conferência científica global sobre crescimento econômico, social e ambiental sustentável no Norte.

Ártico de Barents (Barents Euro-Arctic Council, ou BEAC), onde terá a possibilidade de levar adiante uma agenda voltada para o contato entre os povos, a saúde e o conhecimento (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2019b, p. 2).

Em instituições como o BEAC e o Conselho do Ártico, a Noruega tem a possibilidade de atuar por meio do financiamento de iniciativas de seu interesse (ROWE, 2018, p. 76). O país administra projetos na região de Barents através de vários programas e estruturas de cooperação. A título de exemplo, em 2014, o Ministério de Relações Exteriores da Noruega lançou o programa *Arctic 2030*, um sistema de financiamento que envolve países e empresas, destinado a promover os interesses da Noruega e contribuir para a realização das prioridades do governo no Ártico⁴⁷. Em 2015, o país alocou um montante de 150 milhões de NOK (cerca de 18 milhões de euros) para este programa (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF FINLAND, 2015, p. 19).

Apesar de o governo norueguês disponibilizar informações diversas sobre o país, em matéria de financiamento a projetos, houve dificuldade em encontrar dados precisos, sobretudo, no que diz respeito ao Conselho do Ártico. Devido à barreira linguística, foi necessário recorrer à literatura secundária. De acordo com Rowe (2018), no Conselho do Ártico⁴⁸, a Noruega contribui com grandes somas para o financiamento de projetos, além de arcar com a manutenção da sede do Secretariado da organização, localizada em Tromsø (em 2016, a Noruega contribuiu com 42% do orçamento do Secretariado). Quanto a alguns dos grupos de trabalho do CA, Noruega e a Dinamarca financiam amplamente o Secretariado dos Povos Indígenas, além do Secretariado do AMAP (*Arctic Monitoring and Assessment Programme*). Já quanto ao CAFF (*Conservation of Arctic Flora & Fauna*) e o PAME (*Protection of the Arctic Marine Environment*), a Islândia é a principal financiadora, arcando com cerca de 40 a 50% custos dos seus respectivos Secretariados (ROWE, 2018, p. 64). Além disso, os membros do CA contribuem financeiramente para apoiar as Forças-Tarefa do Conselho, que muitas vezes são estabelecidas em áreas onde o Conselho do Ártico busca criar acordos vinculantes. Três deles já foram criados, dois dos quais foram copresididos pela

⁴⁷ O “*Arctic 2030*” combinou dois sistemas de financiamento anteriores, o Barents 2020 e o “*Arctic Cooperation*”, que, desde o início de suas atividades até 2014, possibilitaram a realização de 246 projetos, reunindo parceiros internacionais e parcerias público-privadas. (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2014, p. 31)

⁴⁸ O Conselho do Ártico é composto por um Secretariado Geral, o Secretariado Para os Povos Indígenas, além de seis Grupos de Trabalho e três Programas. Os grupos de trabalho são: Arctic Monitoring and Assessment Programme (AMAP); Conservation of Arctic Flora & Fauna (CAFF); Emergency Prevention, Preparedness & Response (EPPR); Protection of the Arctic Marine Environment (PAME); Sustainable Development Working Group (SDWG); Arctic Contaminants Action Program (ACAP). Já os Programas do CA são os seguintes: Arctic Biodiversity Assessment (ABA); Circumpolar Biodiversity Monitoring Program (CBMP); Arctic Climate Impact Assessment (ACIA) (ARCTIC COUNCIL, 2020).

Noruega, contando com grande apoio da Rússia: o Acordo sobre Cooperação em Busca Aeronáutica e Marítima e Resgate no Ártico (2011), o Acordo de Cooperação para a Preparação e Resposta à Poluição por Óleo Marinho no Ártico (2013), e o Acordo sobre o Reforço da Cooperação Científica Internacional do Ártico (2017) (LOUKACHEVA, 2020, p. 110-111).

Após realizar o cruzamento entre os documentos oficiais e as ações de política externa voltadas para o Ártico, percebe-se que há, de modo geral, coerência entre o discurso e a prática. A avaliação do que isso significa em termos de ganhos (ou não) de status para a Noruega será objeto do próximo capítulo.

5 A RECEPÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NORUEGUESAS: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Como já foi abordado, a variedade de documentos publicados sobre o Ártico e sua ampla divulgação, bem como os objetivos ambiciosos que o governo estabeleceu, indicam que a Noruega está sinalizando que deseja ampliar seu status por meio de suas políticas para o Ártico, utilizando-se, para este fim, de uma estratégia que contém elementos de criatividade social. As principais linhas dessa estratégia encontram-se sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 5: Sinalizações de busca de status do governo norueguês no Ártico

Criatividade social e liderança	Áreas de operacionalização	Abordagens	Trouxe ganhos em termos de status?
I. Distinção positiva	Líder em geração de conhecimento (A)	Investimento em P&D; compartilhamento de <i>expertise</i>	Sim
	Ponte entre Ocidente e a Rússia (B)	Interlocução junto à OTAN	Sim
II. Resignificar o um traço negativo, transformando-o em positivo	Política energética (C)	<i>“Drilling for the environment”</i>	Não

Fonte: elaboração própria (2020).

Buscar determinado status dentro de uma hierarquia, entretanto, somente tem resultados se essa posição for reconhecida. Neste capítulo, as políticas oficiais e as ações efetivas da Noruega com relação ao Ártico serão avaliadas em termos de sua recepção internacional. Não existe um método único para avaliar como um Estado é percebido pelos seus pares. Ainda assim, é possível encontrar indícios de que a estratégia de busca de status da Noruega tem tido resultados positivos em termos de reconhecimento internacional, observando-se as declarações de líderes mundiais, a assinatura de acordos, a elevação das relações com as grandes potências ou a atuação do país no âmbito de organizações internacionais, entre outros. O objetivo deste capítulo é responder às seguintes perguntas:

- As políticas norueguesas voltadas para a geração de conhecimento sobre e para o Ártico tiveram algum efeito em termos de ganhos de status? A resposta encontrada, a partir da análise das relações com a China (interrompidas entre 2010 e 2016), é de que

- sim. A escolha da China para responder a esta questão justifica-se por ser este um país que se autodenomina uma potência no Ártico;
- b) O objetivo de engajar a Rússia ou de ser um construtor de pontes entre a Rússia e o Ocidente foi percebido positivamente pelos russos? Para responder a esta pergunta, serão examinadas a qualidade das reuniões entre os líderes de cada país, os acordos internacionais celebrados, bem como a cooperação entre as estatais do setor energético. A Noruega ainda se considera um pequeno Estado e observa a Rússia como grande potência no Ártico (ROWE, 2018, p. 74). Embora tenha havido certo desgaste nas relações após a crise na Ucrânia e os países ainda tenham divergências em relação a temas importantes, como o envolvimento da Rússia na guerra da Síria e a troca de acusações mútuas envolvendo episódios de espionagem, o diálogo indica uma melhora no tom das relações. O que se constata são reiteradas menções das autoridades russas à necessidade de cooperação com a Noruega para o desenvolvimento do Ártico;
- c) Ao buscar redefinir sua política energética, transformando-a discursivamente em um traço positivo de sua ação internacional, a Noruega obteve ganhos em termos de status? A resposta, aqui, é (para dizer o mínimo) ambígua. A União Europeia, neste sentido, é um dos grandes críticos da extração de petróleo na plataforma continental no mar de Barents – embora alguns de seus membros sejam mais receptivos à política norueguesa, dada sua dependência das importações de hidrocarbonetos do país. Por isso, o status da Noruega será avaliado com relação à sua receptividade junto à Comissão Europeia, instituição que representa e defende os interesses da UE.

5.1 A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E O IMPACTO NAS RELAÇÕES BILATERAIS: A COOPERAÇÃO SINO-NORUEGUESA

A capacidade de um país de atrair pesquisadores internacionais ou facilitar intercâmbios é uma ferramenta poderosa de diplomacia, que oferece retornos em longo prazo (PENG; WEGGE, 2015, p. 234). A Noruega parece ter reconhecido isso há muito tempo: há mais de 50 anos, o país tem facilitado a pesquisa polar internacional em seus territórios (THE RESEARCH COUNCIL OF NORWAY, 2019, p. 3), e isso provou ser uma estratégia válida para elevar a sua importância no Ártico, perante outros atores. Se observarmos o *locus* científico do Norte estabelecido na estação de pesquisas de Ny-Ålesund (uma das quatro localidades de pesquisa de Svalbard), onde mais de vinte institutos de pesquisa mantêm

atividades de longo prazo⁴⁹, o papel da Noruega como um coordenador nas relações árticas é evidente (ROWE, 2018, p. 73). A estação é importante para vários programas de monitoramento noruegueses e globais, que contribuem para a produção de informações essenciais para a negociação de acordos e de convenções internacionais. Nesta seção, pretende-se analisar como a política de produção de conhecimento da Noruega ajudou a fortalecer sua posição junto a um país que se considera uma potência do Ártico (BRADY, 2017, p.7), a China⁵⁰. Isso porque, de acordo com a Teoria da Identidade Social, uma estratégia de status bem-sucedida envolve, entre outros fatores, o fortalecimento das relações com as grandes potências.

A cooperação bilateral para a geração de conhecimento não é uma política nova no repertório sino-norueguês. A China mantém, desde 2003, em conjunto com a Noruega, o *Nansen-Zhu International Research Center* (NZC), que atualmente trabalha no desenvolvimento de pesquisas sobre como a mudança climática influencia o clima da Europa e da Ásia (CHINA DAILY, 2018). Desde 2004, uma estação de pesquisa permanente chinesa, chamada de Rio Amarelo (*Yellow River Station*), está instalada no arquipélago de Svalbard. Além disso, o centro de pesquisas *China-Nordic Arctic Research Centre*, que tem entre seus membros várias instituições norueguesas, foi estabelecido em Xangai, em 2013 (THE ARCTIC INSTITUTE, 2020). Anualmente, representantes do governo, pesquisadores, jornalistas e empresários chineses participam de conferências na Noruega que tratam do Extremo Norte, como a conferência *Arctic Frontiers*, realizada em Tromsø. Segundo o governo norueguês, existe uma cooperação estreita entre as comunidades de pesquisa chinesas, como as que integram o Instituto de Pesquisa Polar da China, e as comunidades de pesquisa na Noruega (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2020).

Ainda que as relações com a China tenham sido congeladas entre 2010 e 2016, devido ao incidente envolvendo o Comitê do Nobel da Paz, que escolheu um dissidente chinês como vencedor prêmio, a cooperação em pesquisa e desenvolvimento não foi suspensa (PENG, WEGGE, 2015, 244). O afastamento diplomático tampouco impediu que a Noruega apoiasse o pleito da China para se tornar observador do Conselho do Ártico⁵¹ (o que ocorreu,

⁴⁹ O local abriga missões científicas oriundas da Polônia, Itália, Alemanha, China, Dinamarca, Países Baixos, entre outros.

⁵⁰ A estratégia da China de construir uma presença nos assuntos do Ártico, contribuindo para a exploração científica e o desenvolvimento sustentável, nasceu junto com a criação do Conselho do Ártico. Desde então, a contribuição da China para a pesquisa do Ártico cresceu consideravelmente (DAMS, SCHAİK, STOETMAN, 2020, p. 8).

⁵¹ O ministro das Relações Exteriores da Noruega, Jonas Gahr Støre, endossou oficialmente o pedido da China durante um discurso em Pequim em agosto de 2010, e indicou sua esperança de que o Conselho chegue a um consenso semelhante (LACKENBAUER; LAJEUNESSE; MANICOM; LASSERRE, 2018, p. 139).

efetivamente, em 2013) (LACKENBAUER; LAJEUNESSE; MANICOM; LASSERRE, 2018, p. 139). Quando os países retomaram as relações, em 2016, eles estavam interessados na negociação de um acordo de livre comércio (NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2016). Para além dos interesses econômicos, a atual política chinesa envolve a aquisição de conhecimentos sobre o Ártico e, nesse ponto, a cooperação com a Noruega tem sido relevante – talvez até mais para a China, pois, ao fortalecer a cooperação com os Estados Árticos, o país oriental está trilhando um caminho para ser incluído nas principais discussões sobre a região, nas quais os chineses têm interesses diretos, como a gestão de pescas, as mudanças climáticas, e a possibilidade de abertura de rotas de navegação comercialmente viáveis (LACKENBAUER; LAJEUNESSE; MANICOM; LASSERRE, 2018, p. 13-14).

Um fato curioso é que, em sua primeira viagem diplomática desde o início da pandemia causada pela Covid-19, em agosto de 2020, o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, realizou visitas oficiais a importantes parceiros da União Europeia (Itália, Países Baixos, França e Alemanha), e incluiu no roteiro a Noruega (ALBERT, 2020). A inclusão de um país que não é membro da União Europeia em uma viagem cujo objetivo era justamente celebrar o 45º aniversário das relações diplomáticas entre a República Popular da China e a UE poderia parecer surpreendente, mas, conforme observou um analista, o gesto pode significar um lembrete dos interesses estratégicos que a China mantém no Ártico (TIMSIT, 2020). Esta foi a primeira visita em quinze anos de um Ministro das Relações Exteriores chinês ao reino norueguês, um sinal de que a China preza pela manutenção de relacionamento bilateral saudável e estável (WEIHUA, 2020).

A China se autodenomina um ‘Estado próximo do Ártico’ (*near-Arctic State*) (THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2018) – embora sua fronteira mais próxima esteja distante do Círculo Polar Ártico – e vem buscando, ao longo dos anos, expandir sua presença na região (LACKENBAUER; LAJEUNESSE; MANICOM; LASSERRE, 2018, p. 15). Em 2018, Pequim lançou sua primeira Política Oficial para o Ártico, o que deixou claro que a China percebe a região como importante para seu futuro desenvolvimento econômico e geopolítico. O documento enfatiza a necessidade de construir infraestruturas marítimas e terrestres para tornar as rotas marítimas polares (Passagem do Nordeste e do Noroeste) operacionais para o comércio global, como parte do projeto de construção da Rota polar da Seda (*Polar Silk Route*) (LACKENBAUER; LAJEUNESSE; MANICOM; LASSERRE, 2018, p. 17).

Neste sentido, a cooperação com a Noruega em pesquisa e desenvolvimento pode ser útil ao projeto chinês. A China pretende se tornar um ator significativo na ciência polar do

Ártico. O país considera o Ártico uma área importante para a China aumentar seu senso de orgulho e coesão nacional, visto que a maioria dos países que conduzem pesquisas científicas no Ártico são desenvolvidos (HASTINGS, 2014, p. 228). Conforme observou um oficial chinês em 2012, fortalecer o diálogo, aumentar a compreensão, promover o intercâmbio científico e expandir a cooperação com os Estados árticos é muito importante para o desenvolvimento das capacidades de pesquisa polares da China (LACKENBAUER; LAJEUNESSE; MANICOM; LASSERRE, 2018, p. 65). Assim, à medida que a China expande essas capacidades científicas, ela naturalmente conquista um lugar para si nas discussões mais amplas sobre o Ártico.

Desse modo, a cooperação científica com a Noruega é importante em vários aspectos. O país nórdico tem grande *expertise* na navegação em águas geladas ou parcialmente congeladas, bem como no desenvolvimento de tecnologias para a exploração de petróleo e gás na plataforma continental, outro assunto de grande importância na estratégia chinesa (que vem investindo pesadamente na prospecção *offshore*) (WEIDACHER, 2016, p. 244)⁵². Assim, não é surpresa que a *Statoil/Equinor* tenham um longo histórico de cooperação com as principais empresas petrolíferas da China⁵³, como a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a *Sinochem* e a *Sinopec* (EQUINOR, 2020)⁵⁴.

Em 2007, a *Equinor* firmou um acordo de cooperação estratégica com a CNPC, envolvendo a exploração e produção doméstica e internacional, atividades de pesquisa e desenvolvimento, cadeias de valor do gás e energias renováveis. Em 2010, foi concluído mais um acordo com a *Sinopec*, para conduzir um estudo conjunto nas águas profundas do Mar do Sul da China (EQUINOR, 2020). Finalmente, em 2014, a *Statoil/Equinor* entregou o primeiro carregamento de gás natural liquefeito (GNL) para a China (EQUINOR, 2020).

⁵² Outro país a quem a *expertise* norueguesa interessa é a Rússia. Recentemente, o Ministério Russo para o Desenvolvimento do Extremo Oriente e Ártico implementou uma série de atos normativos que permitirão ao país replicar o modelo de exploração de hidrocarbonetos norueguês. (THE ARCTIC INSTITUTE, 2020). Este é um importante indício de reconhecimento da *expertise* norueguesa no assunto.

⁵³ A história da *Equinor* na China remonta ao início dos anos 1980, quando foi aberto o primeiro escritório internacional da empresa em Pequim. A parceria com a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) levou à primeira operação conjunta, o campo de petróleo Lufeng, no Mar do Sul da China, que esteve em produção de 1997 a 2009, cinco anos a mais do que o planejado originalmente (EQUINOR, 2020).

⁵⁴ A política norueguesa em pesquisa e desenvolvimento também resultou em acordos internacionais com empresas de outros países. Assim, por exemplo, a *Equinor* e a *Microsoft* assinaram, em outubro de 2020, um memorando de entendimento, para desenvolver conjuntamente o projeto Northern Lights, que engloba o transporte e o armazenamento permanente de CO₂ no leito do Mar do Norte. Esse projeto se insere em uma iniciativa mais ampla da Noruega, o projeto *Longship*⁵⁴. Um acordo dessa envergadura significa o reconhecimento por parte de uma das maiores empresas do mundo de que a Noruega detém conhecimentos avançados em tecnologias para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa.

Atualmente, a principal função da *Equinor* na China é desenvolver novas oportunidades comerciais com as contrapartes chinesas, na produção de petróleo e gás, e também em cadeias de suprimentos, tecnologia e transição energética. Um exemplo recente é o Memorando de Entendimento assinado em setembro de 2019, com a *China Power International Holding* (CPIH), para desenvolver conjuntamente projetos para produção de energia eólica *offshore* na China e na Europa (EQUINOR, 2020)⁵⁵.

Outra área em que a Noruega pode compartilhar sua *expertise* é a gestão de pescas (NORWEGIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION - NORAD, 2008, p. 5). A experiência norueguesa em aquicultura é reconhecida em todo o mundo. Assim, a Noruega recebe regularmente pesquisadores de países de vários níveis de desenvolvimento para oferecer treinamento compartilhar dados recolhidos em expedições realizadas por navios noruegueses. Além de fornecer informações de qualidade, essa é uma forma de a Noruega exportar sua política de gestão sustentável dos recursos marinhos, que tem como princípios-chave a preservação dos ecossistemas, o estabelecimento de marcos regulatórios adequados e de controles eficientes. Dada a importância central da indústria pesqueira na economia norueguesa, é crucial garantir que as espécies sejam monitoradas e que as quotas estabelecidas em acordos internacionais sejam respeitadas⁵⁶.

Desde 2013, a Noruega vem buscando ultrapassar o Japão como o principal fornecedor de frutos do mar para a China. No entanto, em 2015, a China suspendeu as importações do salmão norueguês, sob a alegação de uma possível contaminação por produtos tóxicos (WRIGHT, 2015). Desde então, a Noruega tem trabalhado para fortalecer sua imagem, investindo na produção de conhecimento neste setor, para garantir a qualidade dos produtos exportados. Como resultado, o governo da Noruega assinou acordos com o governo da China em maio de 2019, para retomar as exportações de salmão norueguês. Outro acordo semelhante havia sido assinado em 2017 (BANTOEY, 2019).

Assim, é possível notar que a política de produção de conhecimento e o padrão de qualidade implementado e difundido na indústria pesqueira da Noruega facilitaram a aproximação com a potência chinesa – um forte indício de que a sinalização de busca de

⁵⁵ Informações atualizadas do sítio oficial da Equinor. Disponível em: <https://www.equinor.com/en/where-we-are/china.html>. Acesso em 24 de outubro de 2020.

⁵⁶ Segundo Harald T. Nesvik, ministro norueguês de Pesca e Frutos do Mar, a Noruega está trabalhando para aumentar o acesso ao mercado de frutos do mar noruegueses na China. A declaração foi divulgada após uma reunião com o vice-ministro Zhang Jiwen, em 31 de outubro de 2019, em Pequim. Zhang é vice-ministro da Administração Geral das Alfândegas da China, que regula a importação de alimentos. Em 20 de maio, o governo norueguês assinou com a China acordos para facilitar a importação de salmão norueguês, farinha de peixe e óleos, de acordo com o relatório da *Undercurrent News*, agência de notícias que divulga acontecimentos relativos ao setor de frutos do mar (MØLLER, 2019).

status norueguesa teve efeitos positivos, que se traduziram em acordos, trocas comerciais e no fortalecimento dos laços diplomáticos entre os dois países.

5.2 A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA E AS RELAÇÕES COM A RÚSSIA

A ideia de que a Noruega pode ser vista como um mediador em relação ao Ocidente é reconhecida pelo Ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov. Em entrevista, ele afirmou que a Noruega é um importante construtor de pontes entre a Rússia e a OTAN (THE BARENTS OBSERVER, 2019). A atuação da Noruega junto aos parceiros da OTAN é um dos fatores que contribuem para a compreensão da dinâmica do relacionamento bilateral nos últimos anos.

Acerca da percepção russa sobre a Noruega, o país é frequentemente mencionado no contexto da produção de energia, com a *Statoil/Equinor* sendo apresentada como uma empresa promissora, um parceiro confiável e uma companhia estatal de sucesso. Em questões internacionais, a Noruega é reconhecida por sua contribuição aos esforços cooperativos voltados para a remoção de armas químicas da Síria (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018a, p. 396). Em particular, o acordo de delimitação marítima de 2010 entre a Rússia e a Noruega é saudado como uma conquista importante, mesmo que, internamente (na Rússia), este tenha sido objeto de críticas por ser considerado uma concessão demasiadamente generosa para a Noruega (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018a, p. 396).

Antes da visita do ex-Ministro das Relações Exteriores da Noruega, Børge Brende, a Moscou em janeiro de 2014, seu homólogo russo Sergei Lavrov tinha uma mensagem clara e positiva. Segundo o ministro, as relações entre a Rússia e a Noruega estariam se desenvolvendo de forma dinâmica e com bons resultados em direções importantes. O diálogo bilateral de alto nível teria mostrado sinais de aprofundamento: em 2013, houve duas reuniões entre os primeiros-ministros – em São Petersburgo e em Kirkenes (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018a, p. 390). Durante a visita, Lavrov rejeitou as insinuações da imprensa de que as crescentes tensões russo-ocidentais tiveram impactos negativos nas relações russo-norueguesas. No entanto, é possível perceber uma mudança no tom do discurso russo após 2014, devido às sanções implementadas pelos países ocidentais (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018a, p. 391).

Em outubro de 2014, Lavrov visitou a cidade fronteiriça de Kirkenes, por ocasião do 70º aniversário da libertação soviética do norte da Noruega na Segunda Guerra Mundial (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018b, p.4). Em meio a elogios aos veteranos e ao espírito de

fraternidade de combate conjunto, que teria estabelecido o fundamento para a política de boa vizinhança e para relações amigáveis, Lavrov também comentou sobre o estado das relações bilaterais. Elas estariam, então, experimentando certa tensão em relação à adesão da Noruega às medidas restritivas unilaterais implementadas contra a Rússia, devido a acontecimentos que pouco tinham a ver com questões regionais, mas que diziam respeito a fatos ocorridos no outro lado do mundo. O ministro disse esperar que o bom senso e os interesses nacionais de cada país – e não as pressões externas – prevalecessem no final. Lavrov estava se referindo à postura norueguesa de solidariedade euro-atlântica, no que diz respeito à crise ucraniana. A Noruega foi então apresentada como parte de uma entidade considerada hostil à Rússia, notadamente, a OTAN (WILHELMSEN; GJERDE, 2018a, p. 397).

Essa identificação também enquadrou eventos em Svalbard. Nas relações russo-norueguesas, as divergências sobre a gestão do arquipélago têm uma longa história. No período em estudo, um episódio que também explora o descontentamento expresso por Lavrov é particularmente elucidativo. Em abril de 2015, o vice-Primeiro-Ministro russo Dmitrii Rogozin realizou uma breve visita a Svalbard, enquanto seu avião fazia uma escala antes de seguir mais ao Norte, no Ártico. Em 2014, Rogozin havia sido proibido de entrar na Noruega (BBC, 2015). As autoridades norueguesas reagiram negativamente ao que consideraram ser uma provocação russa e uma violação da soberania norueguesa. Por sua vez, os seus homólogos russos acusaram a Noruega de não respeitar o Tratado de Svalbard de 1920, que permite o acesso ao arquipélago para todos os cidadãos dos Estados signatários, e lamentaram o movimento supostamente hostil do lado norueguês (HOVLAND, 2015). O Ministério de Relações Exteriores Russo tratou o episódio não como um incidente isolado, mas no contexto das hostilidades em relação à OTAN, e expressou dúvidas sobre a disposição da Noruega em manter o espírito de parceria no Ártico que o país até então sempre demonstrara (BBC, 2015).

Frequentemente, a Noruega é percebida como parte do sistema militar dos Estados Unidos, e esse sistema, por sua vez, é entendido como uma força ofensiva dirigida contra a Rússia (WILHELMSEN; GJERDE, 2018, p. 392). Em um discurso no *Seliger Youth Camp* em agosto de 2014, Putin declarou que o Ártico desempenha um papel muito importante quando se trata de salvaguardar a segurança nacional, porque existem submarinos de ataque dos Estados Unidos concentrados ali, não muito longe da costa norueguesa (WILHELMSEN; GJERDE, 2018, p. 395). A porta-voz do Ministério de Relações Exteriores Russo, Mariya Zakharova, afirmou que a decisão norueguesa de permitir a presença de fuzileiros navais em seu território seria uma contradição à sua tradicional política de não permitir bases militares

estrangeiras no país em tempos de paz (STAALESEN, 2018). Também em outros campos da relação bilateral, a Noruega é por vezes representada como um país subserviente aos desígnios de Washington, como quando o país extraditou um cidadão russo para os EUA a pedido do serviço secreto dos EUA, em 2017 (KONYSHEV, SERGUNIN, 2014, p. 327).

Assim, é possível perceber que as representações russas da Noruega sofreram transformações durante o período em estudo (de vizinho confiável, até 2014, a *proxy* da OTAN, nos anos seguintes) (KONYSHEV, SERGUNIN, 2014, p. 325). Como consequência dessas mudanças, observam-se alterações também nas políticas militares russas. Os exemplos incluem o estabelecimento do Comando Estratégico Conjunto do Norte em 2014 e a criação no início de 2015 da 80ª Brigada Ártica. Observa-se também o aumento da frequência dos exercícios militares russos no Ártico e o aumento do patrulhamento naval e aéreo nas proximidades do território norueguês, bem como exercícios de treinamento avançado de submarinos nas águas do Ártico. Todas essas mudanças são apresentadas como respostas à atividade da OTAN no Norte (WILHELMSSEN; GJERDE, 2018, p. 398).

Em suma, o discurso da Rússia em relação à Noruega no Ártico vai assumindo um tom mais realista (se considerarmos a Teoria de Relações Internacionais, de forma mais ampla), com a busca da sua reafirmação como grande potência, o que se reflete na militarização do Alto Norte (GRAJEWSKI, 2017, p. 142). Não obstante, as reuniões bilaterais em nível ministerial foram retomadas em 2019. Relativamente ao período anterior, o tom das relações com a Noruega tornou-se mais amigável. Uma explicação possível para essa mudança é no sentido de que os russos necessitam ter acesso às tecnologias de perfuração de petróleo *offshore*, um campo já bastante desenvolvido na Noruega (OVERLAND, KRIVOROTOV, 2015, p. 106).

De todo o exposto, é possível concluir que a Rússia tem duas abordagens para o Ártico. Uma delas enfatiza a necessidade de salvaguardar a soberania e os interesses nacionais sobre seus territórios Árticos. A outra é mais baseada na cooperação.

A segunda abordagem é essencialmente motivada por uma leitura econômica do Ártico. Sob essa estratégia, para desenvolver seu potencial, a Rússia deve estar aberta à influência estrangeira, tanto em termos de investimento, quanto no que diz respeito ao compartilhamento de conhecimentos, e os atores privados, sejam russos ou estrangeiros, devem desempenhar um papel cada vez mais importante, porque o Estado sozinho não pode fornecer todo o suporte necessário. Essa é a visão promovida pelo Ministério de Recursos Naturais e por vários atores econômicos russos, e conta com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Regional (ROWE, 2018, p. 88).

Para a Rússia, desenvolver a economia do Ártico é uma forma de aliviar o desafio territorial da fragmentação e de promover novos padrões de desenvolvimento humano. O renovado interesse do Estado pelo Ártico também se materializa através da revitalização de setores que classicamente definem uma grande potência (ROWE, 2019, p. 89), como o complexo militar-industrial, e o recente interesse por novas tecnologias, especialmente as de exploração de combustíveis. Os investimentos maciços da Rússia nesses setores devem ser entendidos não exclusivamente como demonstrações de autoafirmação, mas como formas de fomentar investimentos públicos em tecnologias industriais e superar décadas de atrasos nos processos de modernização (LARUELLE, 2014, p. 258).

A estratégia ártica da Rússia pode ser comparada à da Noruega em termos de seu caráter holístico, uma característica que é menos evidente entre os outros países árticos (LARUELLE, 2014, p. 259). A busca do país para recuperar seu status de superpotência – essencialmente definido pelo reconhecimento concedido pelas outras partes interessadas, e especialmente pelos EUA – influencia profundamente sua política para o Ártico. Assim, a Rússia percebe a região como um novo espaço no qual é possível expressar uma identidade mais consensual com a comunidade internacional (de produtor responsável de petróleo, por exemplo).

Em outras palavras, o país falhou em se tornar um ator proativo nas questões ambientais e relacionadas às mudanças climáticas, na situação dos povos nativos do Ártico e na sustentabilidade de longo prazo dos recursos humanos no Ártico. Ainda assim, o país tem conseguido construir várias formas de cooperação em termos de sistemas de busca e salvamento, produção e compartilhamento de conhecimentos, e nos debates jurídicos sobre delimitações territoriais. A Noruega é um bom exemplo dessa relação construtiva. Putin, Medvedev e o Ministro das Relações Exteriores, Sergey Lavrov, têm se esforçado continuamente para cultivar um discurso que promova um diálogo de culturas no Ártico (YAROVOY, 2011, p. 4).

Com isso, outros países Árticos também conseguiram desenvolver vários projetos bilaterais com a Rússia, tanto em nível estatal quanto entre regiões fronteiriças. Quanto à Noruega, o principal sucesso bilateral foi o tratado de delimitação marítima assinado em 15 de setembro de 2010. O tratado também é acompanhado por acordos de cooperação em atividades de pesca e exploração de hidrocarbonetos ao longo da plataforma continental (ZILANOV, 2017, p. 28).

Para concluir, a Noruega vem aparecendo frequentemente nos pronunciamentos do Ministro de Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov. Apesar de alguns episódios envolvendo

acusações mútuas de espionagem (a Noruega anunciou em agosto de 2020 de agosto a expulsão de um diplomata russo, dois dias depois da detenção em Oslo de um norueguês suspeito de espionagem pela Rússia) (THE MOSCOW TIMES, 2020), para Moscou, a Noruega se tornou um interlocutor crucial para promover a normalização das relações da Rússia com a OTAN. Em 2019, Lavrov visitou pela terceira vez a região de Kirkenes, ocasião em que observou que a fronteira entre a Rússia e a Noruega pode ser descrita como "a mais pacífica" da Europa, e acrescentou que a retomada dos contatos entre os ministérios da defesa russos e noruegueses deve ajudar a fortalecer a confiança entre Moscou e Oslo (TASS, 2019).

Assim, percebe-se que existe o reconhecimento explícito da Rússia acerca da importância do desenvolvimento de relações cooperativas com a Noruega no Ártico. Essa recepção tem garantido que o pequeno reino norueguês tenha voz ativa no diálogo com a Federação Russa. Isso deu condições à Noruega de manter uma posição de força quando, em 2020, os russos propuseram a criação de uma comissão bilateral para rediscutir questões relativas ao Tratado de Svalbard, pois a Rússia considera arbitrária a delimitação de zonas de conservação ambiental no arquipélago. Na ocasião, a Ministra de Relações Exteriores Norueguesa, Marie Eriksen Soreide, recusou a proposta russa. Esse é um indicativo de que a Noruega obteve ganhos de status por meio de suas políticas para o Ártico, portando-se como um importante definidor do conjunto de normas que regulam as relações na região, diferentemente do resultado obtido em outra frente de ação, qual seja, a tentativa de conversão da sua imagem como 'gigante na produção de petróleo' em um 'salvador do meio ambiente', como será discutido em seguida. Quanto à recepção das sinalizações de busca de status norueguesas nessa seara, elas serão avaliadas por meio das relações do país com a União Europeia, um dos principais críticos do paradoxo ambiental representado pelo país nórdico.

5.3 TRANSFORMANDO O NEGATIVO EM POSITIVO: A CRIATIVIDADE SOCIAL COMO ALTERNATIVA À DISSONÂNCIA COGNITIVA⁵⁷

A UE tem atribuído maior atenção aos assuntos polares, e o Ártico norueguês tem muito a ver com isso. Embora não seja uma parte geográfica do território da UE, o Norte da

⁵⁷ O termo é adaptado do artigo de Boasson e Lahn (2017), que argumentam que o duplo papel da Noruega como grande produtor de petróleo e gás e como país que aspira à liderança climática tem sido visto como um paradoxo que leva à dissonância cognitiva (BOASSON, LAHN, 2017). O conceito de dissonância cognitiva remete à necessidade, do indivíduo, de procurar coerência entre suas cognições (conhecimento, opiniões ou crenças). A dissonância ocorre quando existe uma incoerência entre as atitudes ou comportamentos que o mesmo acredita serem corretos, e o que realmente é praticado.

Noruega⁵⁸ está mais intimamente ligado à UE do que qualquer outra área ártica fora da União, como o Alasca, os territórios canadenses, as regiões árticas russas e a Groenlândia. Além disso, o Norte norueguês está integrado à Europa por meio do Espaço Econômico Europeu (EEE), exporta para o mercado comum da UE, faz fronteira com membros da UE (Finlândia e Suécia), e está logisticamente conectado a todas as principais cidades europeias (ØSTHAGEN; RASPOTNIK, 2017, p. 107).

Por essas e outras razões, a Noruega foi levada em consideração quando da elaboração da Política Integrada da UE para o Ártico (EUROPEAN PARLIAMENT, 2017). O país tem importância fundamental nas relações entre os russos e a UE, sendo também indispensável para garantir a segurança energética do continente europeu (ØSTHAGEN; RASPOTNIK, 2017, p. 112). A importância do país se reflete no âmbito das relações diplomáticas: a delegação da Noruega na UE é a maior missão diplomática do país, e conta com mais de 60 funcionários. Além dela, os três condados árticos na Noruega, (Nordland, Troms e Finnmark) também têm sua própria representação em Bruxelas.

O que faz com que a Noruega tenha um peso maior do que o seu tamanho na política europeia tem relação com política energética do país. De 2004 a 2014, a Noruega foi consistentemente o segundo maior fornecedor de gás natural e petróleo para a União Europeia (ARCTIC YEARBOOK, 2016, p. 327). Em 2018, a própria Comissão Europeia destacou que a Noruega é a fonte de gás natural mais importante da Europa Ocidental (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Vale ressaltar que grande parte dos combustíveis fósseis exportados para países da UE encontram-se nos territórios Árticos da Noruega.

A exploração desses recursos no Mar de Barents é assunto controverso na UE, e encontra resistência por parte dos deputados ambientalistas no Parlamento Europeu. A fim de aumentar a conscientização pública sobre o tema, três ministros do governo norueguês redigiram, em 2016, uma carta conjunta ao então Comissário Europeu para Ação Climática e Energia. Os ministros pediram que a Comissão se posicionasse de forma clara, reafirmando a importância do gás natural na matriz energética europeia (ØSTHAGEN; RASPOTNIK, 2017, p. 110). Uma declaração europeia nesse sentido seria um sinal verde para que a Noruega ampliasse a sua política de exploração de novos campos de petróleo e gás no Ártico. Mas, por mais que esses recursos sejam importantes para a UE como um todo, nem todos os países

⁵⁸ O Ártico norueguês é dividido em três condados (de sul a norte): Nordland, Troms e Finnmark - frequentemente denominado apenas como “Norte da Noruega”, nos documentos europeus que tratam da política da EU para o Ártico, e o Arquipélago Svalbard, ao norte da Noruega Continental.

membros concordam com a ampliação nas concessões para abertura de novos poços em áreas ainda inexploradas⁵⁹.

Ainda assim, em 2017, o governo norueguês passou a emitir licenças para permitir a prospecção de hidrocarbonetos no Mar de Barents e foi, inclusive, processado pelas organizações ambientais *Greenpeace* e *Natur og Ungdom* (Natureza e Juventude), que alegaram que a política de emissão de licenças violaria a própria Constituição norueguesa (GREENPEACE, 2018). O poder judiciário não acatou o pleito dos ambientalistas, e deu o aval ao plano de governo da Noruega.

A recepção da política ambiental norueguesa não foi totalmente positiva. Embora o país tenha excelentes estratégias para manter uma matriz energética limpa e seja um doador generoso para a proteção de florestas tropicais no mundo, a produção de petróleo no Ártico pode comprometer os ecossistemas frágeis da região, e causar, inclusive, danos à imagem internacional do país. Conforme apontou o Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, David Boyd, para exercer a liderança global em assuntos que envolvam a mudança climática – o principal desafio dos direitos humanos que a humanidade enfrenta hoje – a Noruega deve parar de explorar reservas adicionais de petróleo e gás, parar de expandir a infraestrutura de combustíveis fósseis e aproveitar a riqueza e engenhosidade norueguesas para planejar uma transição justa para uma economia livre de combustíveis fósseis (UNHCR, 2019).

O fato é que a Noruega investe, de fato, pesadas somas em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a difusão da economia verde e do *green-shift* (nacionalmente e internacionalmente). O problema é que o país o faz com recursos oriundos, sobretudo, das exportações de combustíveis fósseis. A conclusão a que se chega é de que o discurso norueguês de ‘perfurar para salvar o meio ambiente’ é uma construção demasiadamente frágil, ineficaz para alavancar o status do país no âmbito internacional. Transformar o negativo em positivo, neste caso, pode não ter repercutido os resultados esperados em termos de ganhos de status para a Noruega.

De todo modo, a estratégia de estabelecer uma distinção positiva para o país em outras áreas pode ser considerada bem-sucedida. Assim, por exemplo, ao analisar o *Soft Power 30 index*⁶⁰, observa-se que a Noruega subiu no ranking global da avaliação de poder

⁵⁹ Alguns países são mais dependentes de carvão e energia nuclear (como Polônia e Alemanha); outros são mais dependentes das importações de petróleo e gás (Itália, Portugal, Malta, Chipre). Por isso, há divergências na forma como a política norueguesa de exploração do Ártico é recebida. Entre os europeus.

⁶⁰ O *Soft Power 30 Index* é uma pesquisa realizada anualmente por uma consultoria de comunicação estratégica que trabalha com governos, empresas, fundações e organizações não governamentais.

brando dos países – o que pode ser considerado uma medida de influência ou de status internacional. O país passou da décima quinta posição, em 2016, para a décima segunda, em 2019 (THE SOFT POWER 30 INDEX REPORT, 2019, p. 40)⁶¹. Fatores como o investimento em pesquisa e inovação, educação e geração de conhecimento são considerados na construção do índice, e as políticas da Noruega para essas áreas são bastante robustas e coerentes.

5.4 SÍNTESE

Ao observar a política externa norueguesa na região do Ártico, conclui-se que existe, de fato, latitude para o exercício da criatividade social e a definição de papéis únicos dentro de uma hierarquia regional. O papel de um ‘provedor de informações’, um ‘coordenador da cooperação ártica’ e uma ‘ponte entre a Rússia e Ocidente’, que a Noruega alcançou nos cenários multilaterais do Ártico conferiu ao país um status reconhecido fora da hierarquia mais comumente observada nas Relações Internacionais, embasada na díade grandes potências/pequenos Estados (ROWE, 2018, p 76.).

Algumas das estratégias de criatividade social da Noruega com relação ao Ártico foram mais bem-sucedidas do que outras. A que mais ganha destaque é a política de geração de conhecimento. De fato, o país pode ser apontado como um grande promotor de projetos que reúnem as comunidades científicas de diversos países para produção de conhecimentos sobre o Ártico, de modo geral, e sobre o clima e meio ambiente, de modo mais específico. Além disso, o país é detentor de tecnologias avançadas para a exploração de petróleo e gás na sua plataforma continental. Com relação à produção de energia, as percepções sobre a Noruega variam de um espectro a outro. O país investe (dentro e fora do seu território) em energias renováveis e na proteção das florestas, assim, a Noruega se apresenta à comunidade internacional como um líder da causa ambiental. Paradoxalmente, o país está na vanguarda da exploração de hidrocarbonetos no Mar de Barents, o que contribui para que ele seja um dos maiores exportadores mundiais de petróleo e gás, uma contradição que a criatividade social é insuficiente para resolver.

⁶¹ Com base em uma revisão abrangente da literatura acadêmica sobre o assunto, a estrutura do *The Soft Power 30* baseia-se nas três principais fontes de soft power descritas por Joseph Nye (cultura, valores políticos e política externa), capturando uma ampla gama de fatores que impactam nas percepções de um país e, subsequentemente, seus recursos de poder brando. O índice *The Soft Power 30* combina dados objetivos e subjetivos, e inclui pesquisas de opinião pública em todas as regiões do mundo. Nelas, os entrevistados classificam os países com base em sete categorias, incluindo cultura, educação e política externa, entre outras. Entre os países Árticos, Apenas Suécia e Noruega melhoraram suas posições; os EUA mantiveram-se em primeiro lugar e, a Rússia, em vigésimo sétimo (entre 2016 e 2019) (THE SOFT POWER 30 REPORT, 2019, p. 30)

A ambiguidade também deu o tom nas relações com a Rússia, ao menos, até recentemente. Como membro da OTAN, a Noruega é frequentemente acusada de atuar em defesa dos interesses da Aliança Atlântica – inclusive no Ártico. Com isso, os russos vêm promovendo a militarização do Ártico, sob o argumento de garantir a soberania nacional. A cooperação com a Noruega é enfatizada como fator-chave para equilibrar as relações com o Ocidente, ainda que assuntos pontuais possam causar desacordos. No Ártico, a cooperação tem sido positiva. Graças à *expertise* acumulada pelos noruegueses, seu status perante a Rússia é como detentor de tecnologias valiosas para a exploração de petróleo na plataforma continental. Neste ponto, a estratégia norueguesa para o Ártico contribuiu para o ganho de status do país – não como grande potência, mas como líder em áreas não tradicionais de poder.

6 CONCLUSÃO

Status não é um fim em si mesmo, mas uma forma de obter ganhos em termos de reconhecimento e de prestígio, dentro de hierarquias que estão abertas a transformações pacíficas. Em termos materiais, esses ganhos podem se refletir na melhora das relações com países ou blocos, ou com as grandes potências. O ganho de status pode se consubstanciar, ainda, na celebração de acordos e em uma maior influência na definição das normas que regem as Relações Internacionais.

Com estratégias imbuídas de elementos de criatividade social, a Noruega tem buscado obter ganhos de status, não nas hierarquias tradicionais de poder, conforme apresentado no segundo capítulo, mas como um interlocutor necessário, uma potência do conhecimento e um líder em questões relativas ao Ártico. Os investimentos em pesquisa científica permitiram o país acumular um grande acervo de informações úteis não apenas para os noruegueses, mas para outros países que têm interesses no Ártico.

Ao desenvolver com habilidade tecnologias limpas e seguras para a produção de petróleo e gás na plataforma continental, a Noruega se tornou extremamente útil aos russos, que não dominam o uso ou a aplicação das referidas técnicas. Assim, é essencial para ambos os lados a manutenção de uma política de boa vizinhança, ainda que o Kremlin não veja com bons olhos as políticas pró-ocidentais de Oslo e as relações da Noruega com a OTAN. Possivelmente, se a Noruega não fosse tão eficiente na exploração de hidrocarbonetos, a Rússia pudesse adotar um tom mais belicoso contra o país nórdico, mas as repercussões econômicas poderiam ser prejudiciais. Do mesmo modo, se a União Europeia não fosse tão dependente dos recursos energéticos noruegueses, pudesse haver um boicote das exportações do petróleo extraído no Ártico, que são apresentados pela Noruega como resultado de uma produção responsável e relativamente limpa – embora esse exercício retórico possa causar estranheza.

Ainda que a economia norueguesa permaneça extremamente dependente da produção de combustíveis fósseis, o país tem buscado persistentemente um papel de liderança na diplomacia climática internacional. Recentemente, a Noruega emergiu como líder no desenvolvimento de novas formas de financiamento climático baseado em resultados nos países em desenvolvimento, por exemplo, para reduzir as emissões do desmatamento. O duplo papel da Noruega como grande produtor de petróleo e gás e como país que aspira à liderança climática tem sido visto como uma contradição ou um paradoxo. Ainda assim, o país é frequentemente chamado à mesa nas discussões sobre clima e meio ambiente (LAHN,

ROWE, 2015, p. 189-191), pois é visto como líder ou *front-runner* em questões relativas à mudança climática. Isso se coaduna com os objetivos apresentados nos documentos oficiais analisados no terceiro capítulo, no qual foi demonstrado como a Noruega adotou uma política de criatividade social em sua política energética, com o objetivo de reconciliar a oposição de setores ambientalistas domésticos e externos com as ambições de liderança global. Um elemento chave nesta abordagem tem sido a forte atuação do país para o desenvolvimento de um regime global vinculante, baseado em compromissos nacionais flexíveis e no comércio de emissões (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 208-209).

Assim, quando se trata da formulação de políticas climáticas internacionais, a Noruega tem a oportunidade de desempenhar um papel diferente nos processos multilaterais do que a maioria dos Estados membros da União Europeia, por exemplo. O país opera independentemente da UE nas negociações da ONU sobre mudança climática e pode, desse modo, fazer avançar um projeto ambicioso que vise solucionar a dissonância cognitiva representada pelo paradoxo norueguês (BOASSON, LAHN, 2017, p. 189).

A abordagem da Noruega é baseada na visão de que um país não precisa necessariamente atingir reduções domésticas de gases de efeito estufa para ser um líder global: o importante é promover soluções que possam funcionar bem em uma escala mundial. Nesse sentido, a liderança da política climática internacional da Noruega foi amplamente reconhecida ao longo do tempo⁶². Portanto, embora seja possível argumentar que a combinação de liderança climática e produção de petróleo apresente um paradoxo, a criatividade social nos mostra como a Noruega foi capaz de defender um ideal de política climática que busca superar essa contradição potencial. O que se observa é um país que busca oferecer liderança na produção de conhecimentos, e nisso, o país tem sido bem-sucedido, conforme foi argumentado no quarto capítulo.

A aspiração norueguesa por tornar-se um interlocutor confiável e um líder na produção de conhecimentos **para** e **sobre** o Ártico encontraram boa receptividade junto aos demais países. Quanto a essas frentes de atuação, foi possível encontrar indícios de que o país alcançou status enfatizando sua excepcionalidade (*uniqueness*) em áreas-chave, utilizando-se, para tanto, de suas políticas para o Ártico. Ainda que não haja uma medida objetiva para

⁶² A Noruega foi admitida em vários fóruns nos quais países de tamanho semelhante normalmente não participam. Por exemplo, antes da COP-15, em Copenhague (2009), a Noruega estava entre os poucos países convidados a participar como observador da “Reunião das Grandes Economias”, liderada pelos Estados Unidos. O status reconhecido da Noruega como construtor de pontes e idealizador de políticas, neste caso, permitiu que ela fizesse parte de um clube supostamente baseado no tamanho da economia. Além disso, a Noruega está entre o grupo de países solicitados com mais frequência para presidir ou facilitar processos no âmbito das negociações da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) (LAHN; ROWE, 2015, p. 208-209).

elencar os países na hierarquia de prestígio internacional, a Noruega vem sendo frequentemente referenciada por líderes mundiais como um interlocutor necessário e um facilitador da cooperação para o desenvolvimento no Norte polar, o que pode ser considerado um indicador de status. Os diplomatas noruegueses têm conquistado papéis para a Noruega como facilitador, interlocutor, mediador e apoiador das normas internacionais, às vezes com grandes despesas relativas, pois são necessários grandes investimentos para sustentar essas posições (DE CARVALHO; NEUMANN, 2015, p. 215).

É válido ressaltar um ponto importante nas conclusões deste estudo: não se está afirmando categoricamente que a política externa da Noruega possa ser reduzida à busca de status, e nem que a busca de status ocorra tão somente por meio de estratégias de criatividade social. O que foi procurado demonstrar é, fundamentalmente, que a lente da busca de status ajuda a explicar o comportamento internacional do país – inclusive, suas ações e políticas para o Ártico. Pesquisas futuras sobre a busca de status podem aprofundar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o tema, pois o marco teórico oferecido por Larson e Shevchenko tem se mostrado uma ferramenta útil para explicar o comportamento dos pequenos países e a ascensão de países emergentes, por exemplo.

Com esta dissertação, espera-se ter contribuído para a compreensão de como o referencial da busca de status pode ser útil para compreender a política externa de um pequeno país. Um interessante caminho a seguir seria comparar como ocorre a busca de status também pelas grandes potências. Com essa possibilidade, abrem-se caminhos para dar continuidade às reflexões aqui iniciadas. Elas constituem um ponto de partida que pode servir como inspiração para futuros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Eleanor. China's Foreign Minister Finishes Europe Tour. **The Diplomat**, East Asia, 2 set. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/09/chinas-foreign-minister-finishes-europe-tour/>. Acesso em: 4 nov. 2020
- ARCTIC FRONTIERS. **About the Conference**. Sítio oficial do evento, 2020. Disponível em: arcticfrontiers.com/about-the-conference/. Acesso em: 4 nov. 2020.
- BANDARAGE, Asoka. "The Norwegian Model": Political Economy of NGO Peacemaking. **The Brown Journal of World Affairs**. v. 17, No. 2, p. 221-41, 2011.
- BANTOEY, Nilobon. China and Norway signed agreements on seafood. **ScandAsia: Nordic News and Business Promotion in Asia**, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://scandasia.com/china-and-norway-signed-agreements-on-seafood/>. Acesso em: 24 out. 2020.
- BEAUMONT, Paul. **Socializing Status in International Politics: have you read Onuf?** ISA International Conference, 2017. Disponível em: <http://web.isanet.org/Web/Conferences/HKU2017-s/Archive/4717093c-8039-4123-ab41-042420d2b529.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BERTELSEN, Rasmus G. The Arctic as a laboratory of global governance: the case of knowledge-based cooperation and science diplomacy. *In*: FINGER, Mathias; HEININEN, Lassi (eds.). **The Global Arctic Handbook**. Springer International Publishing, p. 251-268, 2019.
- BLIX, A. S. On Roald Amundsen's scientific achievements. **Polar research**, v. 35, n.1, 2016. Disponível em <https://polarresearch.net/index.php/polar/article/view/3291>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BOASSON, Elin; LAHN, Bård. (2017). Norway: a dissonant cognitive leader?. *In*: WURZEL, R.K.; CONNELLY, J.; LIEFFERINK, D. (eds.) **Still taking a lead? The European Union in international climate change politics**. Londres: Routledge, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311451724_Norway_a_dissonant_cognitive_leader. Acesso em: 3 nov. 2020.
- BRADY, Anne-Marie. **China as a Polar Great Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- EPSTEIN, Charlotte, **The Power of Words in International Relations: Birth of an Anti-whaling Discourse**. Cambridge: MIT Press, 2010.
- EUROPEAN COMMISSION. Countries and regions: Norway. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/norway/>. Acesso em: 24 out. 2020
- EUROPEAN PARLIAMENT, 2017. Uma política integrada da UE para o Ártico. Estrasburgo, 16 de março de 2017. Disponível em:

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2017-0093_PT.html. Acesso em: 24 out. 2020.

CHAGAS-BASTOS, Fabricio. Recognition and Status in world politics: a Southern Perspective. **SSRN Electronic Journal**. Novembro de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327618812_Recognition_and_Status_in_World_Politics_A_Southern_Perspective. Acesso em: 27 out. 2019.

CLUNAN, Anne. Why Status Matters in World Politics. In: PAUL, T.V., LARSON, Deborah W., WOHLFORTH, William C. (eds.). **Status in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 273-296, 2014.

CHINA DAILY. China, Norway to boost cooperation in Arctic climate research, 19 de abril de 2018. Disponível em: <http://europe.chinadaily.com.cn/a/201804/19/WS5ad8aaa0a3105cdcf65195c8.html>. Acesso em: 4 nov. 2020.

DAMS, Ties; SCHAİK, Louise; STOETMAN, Adája. Presence before power: China's Arctic strategy in Iceland and Greenland. Clingendael Report. Haia, junho de 2020. Disponível em: <https://www.clingendael.org/pub/2020/presence-before-power/2-presence-before-power-why-china-became-a-near-arctic-state/>. Acesso em: 23 out. 2020.

DE CARVALHO, Benjamin; NEUMANN, Iver B. (eds.). **Small states and Status-Seeking: Norway's Quest for International Standing**. Milton Park: Routledge, 2015.

DOESER F, EIDENFALK J. The importance of windows of opportunity for foreign policy change. **International Area Studies Review**, v. 16, n. 4, p. 390-406, 2013.

DUQUE, Marina G. Recognizing International Status: A Relational Approach. **International Studies Quarterly**, v. 62, n. 3, p. 577–592, setembro 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isq/sqy001>. Acesso em: 22 out. 2020.

EKFELDT, Therese. **High North – Low Tension?** Norway, Russia and Securitization in the Arctic. Disponível em: <https://www.e-ir.info/pdf/75920>. Acesso em: 18 out. 2020.

EQUINOR. **CPIH and Equinor sign cooperation agreement on offshore Wind**. Press Release, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.equinor.com/en/news/2019-09-25-cpih-cooperation-agreement-wind.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

FINGER, Mattias. The Arctic, Laboratory of the Anthropocene. In: HEININEN, Lassi (ed.). **Future Security of the Global Arctic: State Policy, Economic Security and Climate**. Londres: Palgrave Pivot, 2016, p. 121-137.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 1981.

GJERTZ, Ian; MØRKVED Berit. Norwegian Arctic Expansionism, Victoria Island (Russia) and the Bratvaag Expedition. **Arctic**, v. 51, n. 4, p. 330-335, dezembro 2018. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.560.3907&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GOVERNMENT OF CANADA (2010). **Statement on Canada's Arctic foreign policy: Exercising sovereignty and promoting Canada's northern strategy abroad.** 2010. Disponível em: international.gc.ca/polar-polaire/canada_arctic_foreign_policy-la_politique_etrangere_du_canada_pour_arctique.aspx?lang=eng&view=d. Acesso em: 10 out. 2020.

GRÆGER, Nina. "From "Forces for Good" to "Forces for Status"? Small State Military Status Seeking." *In*: DE CARVALHO, Benjamin; NEUMANN, Iver B. (eds). **Small State Status Seeking.** Norway's Quest for International Standing. London: Routledge, 2015, p. 86–107.

GRAJEWSKI, Nicole Bayat. Russia's Great Power Assertion: Status-Seeking in the Arctic. **St Antony's International Review**, v. 13, n. 1, p. 141-63, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26229126?seq=1>. Acesso em: 26 out. 2020.

GREENPEACE. Press Release: **Greenpeace and Nature and Youth take the Norwegian Government to the Supreme Court.** 5 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/14527/greenpeace-and-nature-and-youth-take-the-norwegian-government-to-the-supreme-court/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

HAMMER, M.; HOEL, A. H. The Development of Scientific Cooperation under the Norway–Russia Fisheries Regime in the Barents Sea. **Arctic Review**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <https://arcticreview.no/index.php/arctic/article/view/36>. Acesso em: 6 nov. 2020.

HASTINGS, Jesse G. The rise of Asia in a changing Arctic: a view from Iceland. **Polar Geography**, v. 37, n.3, p. 215-233, 2014. Disponível em: <https://arcticextractiveindustries.files.wordpress.com/2017/09/the-rise-of-asia-in-a-changing-arctic-a-view-from-iceland.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

HEININEN, L.; NICOL, H. N. The importance of northern dimension foreign policies in the geopolitics of the circumpolar north. **Geopolitics**, v. 12, [s.n.], p. 133–165, 2007.

HEININEN, L.; SOUTHCOTT, C. (eds). **Globalization and the Circumpolar North.** University of Alaska Press, 2010

HEININEN, Lassi. **Future Security of the Global Arctic: State Policy, Economic Security and Climate.** Basingstoke: Palgrave, 2016.

HINES, Stefanie. Ethical Investing: Norway's Sovereign Wealth Fund. **Seven Pillars Institute**, 14 de agosto de 2018. Disponível em: <https://sevenpillarsinstitute.org/ethical-investing-norways-sovereign-wealth-fund/>. Acesso em: 7 nov. 2020

HØNNELAND, G. **Borderland Russians: Identity, narrative and international relations.** London: Palgrave Macmillan, 2010.

HØNNELAND, G. Identity formation in the Barents Euro-Arctic region. **Cooperation and Conflict**, v. 33, [s.n.], p. 277–297, 1998.

HOVLAND, Kjetil Malkenes. Norway Summons Ambassador After Banned Russian Visits Svalbard. **The Wall Street Journal**. Oslo, 20 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/norway-summons-ambassador-after-banned-russian-visits-svalbard-1429536060>. Acesso em: 24 out. 2020.

HUND, Andrew J. **Antarctica and the Arctic Circle: A Geographic Encyclopedia of the Earth's Polar Regions**. Santa Barbara: ABC, 2014.

JENSEN, Leif; SKEDSMO, Pål Wilter. Approaching the North: Norwegian and Russian foreign policy discourses on the European Arctic. **Polar Research**, v. 29, n. 3, p. 439-450, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.3402/polar.v29i3.6073>. Acesso em: 10 out. 2020.

JENSEN, Leif C. An Arctic 'marriage of inconvenience': Norway and the othering of Russia. **Polar Geography**, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1088937X.2017.1308975>. Acesso em: 5 nov. 2019.

JENSEN, Leif C. **International relations in the Arctic: Norway and the struggle for power in the New North**. London: I.B. Tauris, 2016.

KÄPYLÄ, J., MIKKOLA, H. Contemporary Arctic Meets World Politics. In: FINGER, M., HEININEN L. (eds.). **The Global Arctic Handbook**. New York: Springer International Publishing, 2019, p. 157-165.

KHALTURIN, V., RAUTIAN, T.G., RICHARDS, P. G., LEITH, W. S. A review of nuclear testing by the Soviet Union at Novaya Zemlya, 1955-1990. **Science and Global Security**, v. 13, [s.n.], p. 1-42, janeiro de 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228701372_A_Review_of_Nuclear_Testing_by_the_Soviet_Union_at_Novaya_Zemlya_1955-1990. Acesso em: 5 nov. 2019.

KHONG, Yuen. Power as prestige in world politics. **International Affairs**, v. 95, n. 1, p. 119-142, 2019.

KONYSHEV, Valery, SERGUNIN, Alexander. Is Russia a Revisionist Military Power in the Arctic? **Defense & Security Analysis**, v. 30, n. 4, p. 323-335, 2014.

KRAMER, ANDREW E. Russia and Norway Agree on Boundary. **The New York Times**. Moscou, 15 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/09/16/world/europe/16russia.html>. Acesso em: 7 nov. 2020

KRIVOROTOV, Andrey; OVERLAND, Indra. Norwegian-Russian political relations and Barents oil and gas developments. **International Arctic Petroleum Cooperation: Barents Sea Scenarios**, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283435545_Norwegian-Russian_political_relations_and_Barents_oil_and_gas_developments. Acesso em: 20 out. 2020.

KVISTAD, J.M. **The Barents Spirit: A Bridge-Building Project in the Wake of the Cold War**. Oslo: Forsvarsstudier, 1995.

LACKENBAUER, P. Whitney; LAJEUNESSE, Adam; MANICOM, James; LASSERRE, Frédéric. **China's Arctic Ambitions and What They Mean for Canada**. Calgary: University of Calgary Press, 2018. Disponível em: https://prism.ucalgary.ca/bitstream/handle/1880/106384/9781552389027_chapter05.pdf?sequence=8&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2020.

LARSON, Deborah W, SHEVCHENKO, Alexei. 2003. "Shortcut to Greatness: The New Thinking and the Revolution in Soviet Foreign Policy," **International Organization**, v. 57, n.1, p. 77-109, Janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/shortcut-to-greatness-the-new-thinking-and-the-revolution-in-soviet-foreign-policy/B6E27BBB1404E730F4D955A8680884C6>. Acesso em: 20 out. 2020.

LARSON, Deborah W; SHEVCHENKO, Alexei. Status Seekers: Chinese and Russian Responses to US Primacy. **International Security**, v. 34, n. 4, p. 63–95, abril de 2010. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2010.34.4.63>. Acesso em: 20 out. 2020.

LARSON, Deborah W; SHEVCHENKO, Alexei. Russia says no: Power, status, and emotions in foreign policy. **Communist and post-communist studies**, v. 47, n. 3-4, p. 269-279, 2014.

LARUELLE, Marlene. Resource, state reassertion and international recognition: locating the drivers of Russia's Arctic policy. **The Polar Journal**, v. 4, n. 2, p. 253-270, 2014.

LASSERRE, Frédéric. Géopolitiques arctiques: pétrole et routes maritimes au cœur des rivalités régionales? **Critique internationale**, v. 49, n. 4, p. 131-156, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2010-4-page-131.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

LAVROV CALLS on Norway to help in normalization of Russia-NATO relations. **TASS** – Russian News Agency. Kirkenes, 26 de outubro de 2019. Disponível em: <https://tass.com/politics/1085435>. Acesso em: 24 out. 2020.

LEIRA, Halvard. Our Entire People are Natural Born Friends of Peace: the Norwegian Foreign Policy of Peace. **Swiss Political Science Review**, v 19, n. 3, p. 338–356, 2013.

LEIRA, Halvard. The Formative years: Norway as an obsessive status-seeker. *In*: DE CARVALHO, Benjamin; NEUMANN, Iver B. **Small states and Status-Seeking: Norway's Quest for International Standing**. Milton Park: Routledge, 2015, p. 22-41.

LEMKE, Douglas; WERNER, Suzanne. Power Parity, Commitment to Change, and War. **International Studies Quarterly**. v. 40, n. 2, p. 235-260, jun. 1996.

LEGVOLD, Robert. Managing the New Cold War: What Moscow and Washington Can Learn from the Last One. **Foreign Affairs**, p. 74–84, jul./ago. de 2014.

LOHMANN, S., HEIMERL, F., BOPP, F., BURCH, M., ERTL, T. Concentri Cloud: Word Cloud Visualization for Multiple Text Documents. **19th International Conference on Information Visualisation**. Barcelona, 2015, p. 114-120. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/308708088_Concentri_Cloud_Word_Cloud_Visualization_for_Multiple_Text_Documents. Acesso em: 20 out. 2020.

LONG, Tom. Long, Small States, Great Power? Gaining Influence Through Intrinsic, Derivative, and Collective Power. **International Studies Review**, v. 19, n. 2, p. 185–20, June 2017.

LOUKACHEVA, Natalia. The Arctic Council and “Law-Making”. *Northern Review*, [S.l.], n. 50, p. 109–135, apr. 2020. Disponível em: <https://thenorthernreview.ca/index.php/nr/article/view/861>. Acesso em: 4 nov.2020

MARKEY, Daniel. Prestige and the origins of war: Returning to realism’s roots. **Security Studies**, v. 8, n. 4, p. 126–172, 1999.

MARCOVITCH, Jacques; PINSKY, Vanessa Cuzziol. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 280-290, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072014000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. 2020.

MEDBY, Ingrid A. Arctic state, Arctic nation? Arctic national identity among the post-Cold War generation in Norway. **Polar Geography**, v. 37, n. 3, p. 252-269, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1088937X.2014.962643>. Acesso em: 5 nov. de 2019.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF FINLAND, 2015. **Financing of Barents Cooperation Report of the BEAC Ad Hoc Working Group on Financial Mechanism Study**. Helsinki, 2015. Disponível em: https://www.barentsinfo.fi/beac/docs/LOW_UM_Barents_eJulkaisu_A5.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2020.

MØLLER, Graegers. Norway wants increased access to China’s seafood market. **ScandAsia - Nordic News and Business Promotion in Asia**. Business news, 1 de novembro de 2019. Disponível em: <https://scandasia.com/norway-wants-increased-access-to-chinas-seafood-market/>. Acesso em: 24 de out. 2020.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MORGUNOVA, Maria (2020) Why is exploitation of Arctic offshore oil and natural gas resources ongoing? A multi-level perspective on the cases of Norway and Russia. **The Polar Journal**, maio de 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2154896X.2020.1757823>. Acesso em: 03 nov. 2020.

NBIM. **Norges Bank Investment Management**: About the Fund. Disponível em: <https://www.nbim.no/en/the-fund/about-the-fund/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

NILSEN, Thomas. Lavrov sees Norway as possible bridge builder between Russia and NATO. In: **The Barents Observer**, 25 de outubro de 2020. Disponível em: <https://thebarentsobserver.com/en/security/2019/10/lavrov-says-norway-could-be-bridge-builder-between-russia-and-nato>. Acesso em: 24 out. 2020.

NORWAY IN Arctic dispute with Russia over Rogozin visit. **BBC**. [S.l.], 20 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-32380101>. Acesso em: 4 nov. 2020.

NYE, Joseph. **The paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

NORBERG, Agneta. The Arctic: A strategic hotspot The High North in a military/strategic perspective. **Swedish Peace Council Report**, p. 1-6, 2014. Disponível em: <http://frednu.se/wp-content/uploads/2014/11/arctic-hotspot-2014.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2020.

NORWEGIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION (NORAD). **Evaluation of Norwegian Development Co-operation in the Fisheries Sector**. Evaluation Report n. 6, 2008. Disponível em: https://evalueringsportalen.no/evaluating/evaluation-of-norwegian-development-co-operation-in-the-fisheries-sector/Final_Report_web.pdf/@@inline. Acesso em: 24 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. Meld. St. 35 (2016–2017). Report to the Storting. **Update of the integrated management plan for the Norwegian Sea**. Oslo, a de 2017. Disponível em: Acesso em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-35-20162017/id2547988/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. Meld. St. 13 (2014–2015) Report to the Storting. **New emission commitment for Norway for 2030 – towards joint fulfilment with the EU**. Oslo, fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-13-20142015/id2394579/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. Meld. St. 14 (2015–2016). Report to the Storting. **Nature for life: Norway's national biodiversity action plan**. Oslo, Dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/902deab2906342dd823906d06ed05db2/en-gb/pdfs/stm201520160014000engpdfs.pdf>. Acesso em: 10 out.2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. Meld. St. 20 (2014–2015). Report to the Storting. **Update of the integrated management plan for the Barents Sea – Lofoten area including an update of the delimitation of the marginal ice zone**. Oslo, abril de 2015. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-20-20142015/id2408321/sec1>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. Meld. St. 33 (2012–2013). **Report to the Storting**. Oslo, setembro de 2012. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-33-20122013/id725930/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. Meld. St. 41 (2016 – 2017) Report to the Storting. **Norway's Climate Strategy for 2030: a transformational approach within a European cooperation framework**. Oslo, junho de 2017. Disponível

em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-41-20162017/id2557401/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND THE ENVIRONMENT. Meld. St. 35 (2016–2017) Report to the Storting (white paper). **Update of the integrated management plan for the Norwegian Sea**. Oslo, abril de 2017. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-35-20162017/id2547988/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND THE ENVIRONMENT. Meld. St. 10 (2010–2011). Report to the Storting. **First update of the Integrated Management Plan for the Marine Environment of the Barents Sea–Lofoten Area**. Oslo, março de 2011. Disponível em: https://www.regjeringen.no/contentassets/db61759a16874cf28b2f074c9191bed8/en-gb/pdfs/stm201020110010000en_pdfs.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND THE ENVIRONMENT. Meld. St. 37 (2012–2013). **Report to the Storting. Integrated Management of the Marine Environment of the North Sea and Skagerrak (Management Plan)**. Oslo, abril de 2013. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-37-2012-2013/id724746/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND THE ENVIRONMENT. Report n. 14 (2006–2007) to the Storting. **Working together towards a non-toxic environment and a safer future – Norway’s chemicals policy**. Oslo, dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/report-no.-14-to-the-storting-2006-2007/id441267/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND THE ENVIRONMENT. Report n. 37 (2008–2009) to the Storting. **Integrated Management of the Marine Environment of the Norwegian Sea**. Oslo, maio de 2009. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/report-no.-37-to-the-storting-2008-2009/id560159/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT. **The Background of Norwegian Carbon Credit Program**. 6 set. 2016. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/topics/climate-and-environment/climate/innsiktsartikler-klima/norwegian-carbon-credit-procurement-program/the-background-of-norwegian-carbon-credit-program/id2415679/>. Acesso em 7 nov. 2020

NORWEGIAN MINISTRY OF DEFENCE. Meld. St. 14 (2012–2013). Report to the Storting. **Competency for a new era**. Oslo, março de 2013. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/16eb33bcb4b847509f9f7b28f7cfbafa/en-gb/pdfs/stm201220130014000engpdfs.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF DEFENCE. **The defence of Norway: capability and readiness**. Long term Defence Plan 2020. Oslo, 2020. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/b6aa89361e904259959726746c2cb111/long-term-defence-plan-norway-2020---english-summary.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION AND RESEARCH. Meld. St. 18 (2012–2013). Report to the Storting. **Long-term perspectives – knowledge provides opportunity**. Oslo, Abril de 2013. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-18-2012-2013/id716040/sec6>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION AND RESEARCH. Meld. St. 25 (2016–2017) Report to the Storting (white paper). **The Humanities in Norway**. Oslo, março de 2017. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-25-20162017/id2545646/>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION AND RESEARCH. Meld. St. 4 (2018–2019). Report to the Storting. **Long-term plan for research and higher education 2019–2028**. Oslo, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-4-20182019/id2614131/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF EDUCATION AND RESEARCH. Meld. St. 7 (2014–2015). Report to the Storting. **Long-term plan for research and higher education 2015–2024**. Oslo, outubro de 2014. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-7-2014-2015/id2005541/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FINANCE. Meld. St. 12 (2012–2013). Report to the Storting. **Long-term Perspectives on the Norwegian Economy 2013 – a summary**. Oslo, fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/0825e498ab40465ea3836b06bebd6b93/en-gb/pdfs/stm201220130012000engpdfs.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Press release: “**Full normalisation of relations with China**”. 19 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.regjeringen.no/en/aktuelt/normalization_china/id2524797/. Acesso em 23 de outubro de 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 22 (2016–2017). Report to the Storting. **The place of the oceans in Norway's foreign and development policy**. Oslo, março de 2017. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-22-20162017/id2544710/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 27 (2018–2019). Report to the Storting. **Norway's Role and Interests in Multilateral Cooperation**. Oslo, junho de 2019. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-27-20182019/id2654250/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 32 (2014–2015). Report to the Storting. **Norwegian Interests and Policy in the Antarctic**. Oslo, junho de 2015. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-32-20142015/id2415997/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 33 (2011–2012). Report to the Storting. **Norway and the United Nations: Common Future, Common Solutions**. Oslo,

setembro de 2012. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-33-20112012/id699416/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 36 (2016–2017) Report to the Storting (white paper). **Setting the course for Norwegian foreign and security policy**. Oslo, abril de 2017. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-36-20162017/id2549828/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 5 (2012–2013). Report to the Storting. **The EEA Agreement and Norway's other agreements with the EU**. Oslo, outubro de 2012. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/fc5aa7428fd04f23af2a251d1c8c6710/en-gb/pdfs/stm201220130005000engpdfs.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Meld. St. 7 (2011–2012). Report to the Storting. **The High North Visions and strategies**. Oslo, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-7-20112012/id663433/sec1>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **New Building Blocks in the North. The next Step in the Government's High North Strategy**. Oslo, abril de 2009. Disponível em: https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/north_blocks/id548803/. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Norway's arctic policy: Creating value, managing resources, confronting climate change and fostering knowledge**. Oslo, novembro de 2014. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/nordkloden/id2076193/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Norway's Arctic Strategy – between geopolitics and social development**. Oslo, 2017a. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/fad46f0404e14b2a9b551ca7359c1000/arctic-strategy.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Setting the course for Norwegian foreign and security policy** (Report. N. 36 (2016-2017)). Oslo, 2017b. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/contentassets/0688496c2b764f029955cc6e2f27799c/en-gb/pdfs/stm201620170036000engpdfs.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Report n. 9 (2007–2008) to the Storting. **Norwegian policy on the prevention of humanitarian crises**. Oslo, Dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/report-no.-9-to-the-storting-2007-2008/id493401/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **The Norwegian Government's High North Strategy**. Oslo, 2006. Disponível em: www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/strategien.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Royal Norwegian Embassy in Beijing, **Services and information: Doing Research in Norway**. Beijing, 2020. Disponível em: <https://www.norway.no/en/china/services-info/research/>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF JUSTICE AND PUBLIC SECURITY. Meld. St. 32 (2015–2016) Report to the Storting (white paper). **Svalbard**. Oslo, maio de 2016. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-32-20152016/id2499962/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF JUSTICE AND PUBLIC SECURITY. Report n. 22 (2008–2009) to the Storting. **Svalbard**. Oslo, abril de 2009. Disponível em: https://www.regjeringen.no/contentassets/e70b04df32ad45f483f2619939c5636d/en-gb/pdfs/stm200820090022000en_pdfs.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF LABOUR AND SOCIAL AFFAIRS. Meld. St. 12 (2017–2018). Report to the Storting. **Health, safety and environment in the petroleum industry**. Oslo, abril de 2018. Disponível em: Acesso em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-12-20172018/id2595598/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF PETROIL AND ENERGY. Meld. St. 28 (2010–2011). Report to the Storting. **An industry for the future – Norway's petroleum activities**. Oslo, junho de 2011. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-28-20102011/id649699/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF TRADE, INDUSTRY AND FISHERIES. **Maritime Opportunities** – Blue Growth for a Green Future. The Government's maritime strategy. Oslo, 2015. Disponível em: https://www.regjeringen.no/contentassets/05c0e04689cf4fc895398bf8814ab04c/summary_maritime-opportunities_the-governments-maritime-strategy.pdf. Acesso em 7 nov. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF TRADE, INDUSTRY AND FISHERIES. Meld. St. 27 (2013–2014). Report to the Storting. **Diverse and value-creating ownership**. Oslo, junho de 2014. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-27-2013-2014/id763968/sec4>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF TRADE, INDUSTRY AND FISHERIES. Meld. St. 32 (2012–2013). Report to the Storting. **Between heaven and earth: Norwegian space policy for business and public benefit**. Oslo, abril de 2013. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-32-2012-2013/id723686/sec9>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN MINISTRY OF TRANSPORT AND COMMUNICATIONS. Meld. St. 33 (2016–2017). Report to the Storting (white paper). **National Transport Plan 2018–2029**. Oslo, abril de 2017. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/meld.-st.-33-20162017/id2546287/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NORWEGIAN PETROLEUM. **Exports of Oil and Gas**. 2020. Disponível em: <https://www.norskpetroleum.no/en/production-and-exports/exports-of-oil-and-gas/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

NORWEGIAN POLAR INSTITUTE. **Ny-Ålesund Research Station**. 2020. Disponível em: <https://www.npolar.no/en/sverdrup/>. Acesso em: 23 out. 2020.

ØSTHAGEN, A., & RASPOTNIK, A. Partners or Rivals?: Norway and the European Union in the High North. In: LIU, N., KIRK E., HENRIKSEN T. (eds.). **The European Union and the Arctic**, p. 97-118, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w8h3gv.10>. Acesso em: 24 out. 2020.

OFFICE OF THE PRIME MINISTER. **The Soria Moria declaration on international policy**. Oslo, 2005. Disponível em: www.regjeringen.no/en/dep/smk/Documents/Reports-and-action-plans/Rapporter/2005/The-Soria-Moria-Declaration-on-Internati.html?id=438515. Acesso em: 10 out. 2020.

ØSTERUD, Øyvind; HØNNELAND Geir. Geopolitics and International Governance in the Arctic. **Arctic Review on Law and Politics**, v. 5, [s.n.], p. 156–176, 2/2014. Disponível em: <https://site.uit.no/arcticreview/files/2015/01/Geopolitics-International-Governance.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

ØSTHAGEN, A., RASPOTNIK, A. Partners or Rivals?: Norway and the European Union in the High North. In: Liu N., Kirk E., & Henriksen T. (Eds.) **The European Union and the Arctic**. Leiden; Boston: Brill, 2017, p. 97-119.

ØSTHAGEN, A., SHARP, G., HILDE, P. At Opposite Poles: Canada's and Norway's approaches to security in the Arctic. **The Polar Journal**, v.8, n.1, p. 163-181, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2154896X.2018.1468625>. Acesso em: 17 out. 2020.

OVERLAND, Indra, KRIVOROTOV, Andrey. Norwegian-Russian political relations and Barents oil and gas developments. In: Bourmistrov et. al (eds). **International Arctic Petroleum Cooperation: Barents Sea scenarios**. Londres: Routledge, 2015, p. 97-110.

PAUL, T. The accommodation of rising powers in world politics. In: T. Paul (Ed.), **Accommodating Rising Powers: Past, Present, and Future**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

PAUL, T. V.; LARSON, Deborah Welch; WOHLFORTH, William C. (eds.) **Status in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 2014.

PENG Jingchao, WEGGE, Njord. China's bilateral diplomacy in the Arctic. **Polar Geography**, v. 38, n. 3, p. 233-249, 2015. Disponível em: <https://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/13240/article.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 25 out. 2020.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, setembro de 2015, p. 337-356. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816322015337>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

POULIOT, V. Setting Status in Stone: The Negotiation of International Institutional Privileges. In: PAUL, T., LARSON D., WOHLFORTH, W. (Eds.). **Status in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 192-216.

RASHEED, Athaulla. Role of Small Islands in UN Climate Negotiations: A Constructivist Viewpoint. **International Studies**, vol. 56. n. 4, 2019, p. 215-235. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/sae/intstu/v56y2019i4p215-235.html>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

RENSHON, Jonathan. **Fighting for Status: Hierarchy and Conflict in World Politics**. Princeton University Press, 2017.

ROWE, Elana Wilson. Arctic hierarchies? Norway, status and the high north. **Polar Record**, v. 50, n. 1, p. 72-79, janeiro de 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271621767_Arctic_hierarchies_Norway_status_and_the_high_north. Acesso em: 27 out. 2019.

ROWE, Elana Wilson. **Arctic governance: Power in cross-border cooperation**. Manchester University Press, Manchester, 2018.

RUSSIA EXPELS Norwegian Diplomat in Spy Affair. **The Moscow Times**. [S.l.], 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2020/08/28/russia-expels-norwegian-diplomat-in-spy-affair-a71270>. Acesso em: 7 nov. 2020.

RUSSIAN FEDERATION. Russia's New Arctic Strategy. **The Journal of International Security Affairs**. 18 de setembro de 2008, p. 97-105. Disponível em: http://www.arctic.or.kr/files/pdf/m4/rusia_eng.pdf. Acesso em: 7 nov. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

STAALESEN, Atle. Moscow Says It Is High Time That Norway Listens. **The Barents Observer**. [S.l.], 18 de junho de 2018. Disponível em: <https://thebarentsobserver.com/en/2018/06/moscow-says-it-high-time-norway-listens>. Acesso em: 7 nov. 2020

STAUFFER, Peter. **U.S. Geological Survey (USGS) Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle**. Project Report. U.S Geological Survey. 2009. Disponível em: <http://library.arcticportal.org/1554/1/usgs.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

TAJFEL, Henri; John C. TURNER. An integrative theory of intergroup conflict. The social psychology of intergroup relations. **Organizational identity: A reader**, p. 56-65, 1979.

TAJFEL, Henri. Individuals and groups in social psychology. **British Journal of Social and Clinical Psychology**, v. 18, n. 2, p. 183-190, 1979. Disponível em: <https://sci-hub.tw/https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.2044-8260.1979.tb00324.x>. Acesso em: 5 nov. 2019.

THE ARCTIC INSTITUTE. **China facts and figures**. 19 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.thearcticinstitute.org/countries/china/>. Acesso em: 23 out. 2020.

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Arctic Policy**. Janeiro de 2018. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

THE RESEARCH COUNCIL OF NORWAY. Polar Research Programme: work programme from 2018. Oslo, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.forskningradet.no/contentassets/f7a4355bbb7a4aaabab5ee7df1bd34bb/polarprog-work-programme.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2020.

THE RESEARCH COUNCIL OF NORWAY. **Research Strategy Applicable from 2019**. Oslo, 2019. Disponível em: <https://www.uio.no/forskning/tverrfak/nordomradene/ny-alesund-research-station-research-strategy.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

TIMSIT, Annabelle. China's diplomatic visit to Norway is a reminder of its Arctic ambitions. **Quartz**. [S.l.], 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://qz.com/1896095/>. Acesso em: 24 out. 2020

UNITED NATIONS. **Convention On The Law Of The Sea**. Montego Bay, Jamaica, 1982. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/index.htm>. Acesso em: 4 nov. 2019.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Norway must resolve climate change and human rights paradox**. Oslo, setembro de 2019. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25038&LangID=E>. Acesso em: 17 out. 2020.

VOLGY, T., CORBETTA, R., RHAMEY, J., BAIRD, R., GRANT, K. Status Considerations in International Politics and the Rise of Regional Powers. *In*: PAUL, T.V., LARSON, D. Welch, WOHLFORTH, William C. (eds.). **Status in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 58-84.

WANG, Ziyuan. **The political logic of status competition: cases from China, 1962-1979**. 2018. 229f. Tese de doutorado – Filosofia. The London School of Economics and Political Science, Londres, 2018. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/id/eprint/3859>. Acesso em: 27 out. 2019.

WARD, Steven M. **Status and the challenge of rising powers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

WARD, Steven M. Lost in Translation: Social Identity Theory and the Study of Status in World Politics. **International Studies Quarterly**, v. 61, n. 4, p. 821-834, dezembro de 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article-abstract/61/4/821/4658792>. Acesso em: 27 out. 2020.

WEBER, Max. **Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1978.

WEGGE, Njord. Small state, maritime great power? Norway's strategies for influencing the maritime policy of the European Union. **Marine Policy**, vol. 35, n. 3, p. 335-342. 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X10001818>. Acesso em: 7 nov. 2020.

WEGGE, Njord. The EU and the Arctic: European foreign policy in the making. **Arctic Review on Law and Politics**, v. 3, n. 1, p. 6–29, 2012.

WEIDACHER, Christopher H. China and Arctic energy: drivers and limitations. **The Polar Journal**, vol. 6, n. 2, p. 243-258, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2154896X.2016.1241486>. Acesso em: 2 nov. 2020.

WEIHUA, Chen. China seeks stronger ties, signing of FTA with Norway, Wang says. **China Daily**, 28 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/202008/28/WS5f48740aa310675eafc561dc.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 2002.

WILHELMSSEN, Julie, GJERDE, Kristian L. Norway and Russia in the Arctic: New Cold War Contamination?. **Arctic Review on Law and Politics**, v. 9, [s.n.], p. 382–407, 2018. Disponível em: <https://arcticreview.no/index.php/arctic/article/view/1334>. Acesso em: 7 nov. 2020.

WOHLFORTH, William, Benjamin; DE CARVALHO, Halvard LEIRA; Iver B. NEUMANN. Moral authority and status in International Relations: Good states and the social dimension of status seeking. **Review of International Studies**, v. 44, n. 3, p. 526-546, julho de 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/moral-authority-and-status-in-international-relations-good-states-and-the-social-dimension-of-status-seeking/FB10606021D9BF21C2157BB3ED66E5C1>. Acesso em: 27 out. 2020.

WRIGHT, James. New Restrictions on Norway Salmon Entering China Now Under Way. **SeafoodSource**. [S.l.], 24 de março de 2015. Disponível em: <https://www.seafoodsource.com/news/supply-trade/new-restrictions-on-norway-salmon-entering-china-now-under-way>. Acesso em: 5 nov. 2020.

YAROVOY, Gleb. Russia's Arctic – a call for the new Arctic thinking, 2011. **Baltic Rim Economies**, v. 4, [s.n.], 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/4348011/Russia_s_Arctic_a_call_for_the_new_Arctic_thinking. Acesso em 24 de outubro de 2020.

YOUNG, Oran R. “Governing the Arctic: From Cold War Theater to Mosaic of Cooperation.” **Global Governance**, v. 11, n. 1, p. 9–15, 2005. Disponível em: www.jstor.org/stable/27800550. Acesso em: 5 out. 2020.

ZILANOV, Vyacheslav. Delimitation between Russia and Norway in the Arctic: new challenges and cooperation. **Arctic and North**. v. 29, 2017 p. 28-56.

APÊNDICE A

Quadro 1 – Lista de documentos consultados

Relatórios ao Parlamento		
Órgão	Tipo de documento/Data	Assunto/título
Ministério de Relações Exteriores	Relatório n. 9 (dezembro/2007)	Política Norueguesa de prevenção a crises humanitárias
	Relatório n. 7 (novembro/2011)	O Alto Norte
	Relatório n. 33 (setembro/2012)	A Noruega e as Nações Unidas: future comum, soluções comuns
	Relatório n. 22 (março/2017)	O papel dos oceanos na política externa e de desenvolvimento da Noruega
	Relatório n. 27 (junho/2019)	O papel da Noruega na cooperação multilateral
Ministério do Clima e Meio Ambiente	Relatório n. 14 (dezembro/2006)	Trabalhando juntos para um ambiente não tóxico e um futuro mais seguro
	Relatório n. 37 (maio/2009)	Gestão Integrada do Ambiente Marinho do Mar da Noruega
	Relatório n. 33 (setembro/2012)	Mudança climática e adaptação na Noruega
	Relatório n. 37 (abril/2013)	Gestão integrada do ambiente marinho do mar do Norte e Skagerrak (plano de gestão)
	Relatório n. 14 (dezembro/2015)	Natureza para a vida
	Relatório n. 13 (fevereiro/2015)	Novo compromisso de redução de emissões para 2030 - rumo ao cumprimento das metas de Paris em conjunto com a UE
	Relatório n. 35 (abril/2017)	Atualização do plano de gestão integrado para o mar da Noruega
	Relatório n. 41 (junho/2017)	Estratégia climática da Noruega para 2030: uma abordagem transformacional em um quadro de cooperação europeia
Ministério da Justiça e da Segurança Pública	Relatório n. 22 (abril/2009)	Svalbard
	Relatório n. 32 (maio/2016)	Svalbard
Ministério do Petróleo e Energia	Relatório n. 28 (junho/2011)	Uma indústria para o futuro - as atividades petrolíferas da Noruega

Ministério da Indústria, Comércio e Pesca	Relatório n. 32 (abril/2013)	Entre o céu e a terra: política espacial norueguesa para negócios e benefícios públicos
	Relatório n. 27 (junho/2014)	Propriedade diversificada e geração de valor
Ministério da Educação e Pesquisa	Relatório n. 18 (abril/2013)	Perspectivas de longo prazo para o conhecimento
	Relatório n. 7 (outubro/2014)	Plano de longo prazo para pesquisa e ensino superior 2015-2024
	Relatório n. 4 (outubro/2018)	Plano de Longo Prazo para Pesquisa e Educação Superior (2019-2028)
Ministério da Defesa	Relatório n. 14 (março/2013)	Capacidades para uma nova era
Ministério dos Governos Locais e da Modernização	Relatório n. 23 (março/2013)	Uma agenda digital para a Noruega
Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais	Relatório n. 12 (abril/2018)	Relatório ao Parlamento
Ministério de Transportes e Comunicação	Relatório n. 33 (abril/2017)	Plano Nacional de Transportes 2018–2029
Ministério das Finanças	Relatório n. 12 (fevereiro/2013)	Perspectivas de longo prazo sobre a economia norueguesa 2013 - um resumo
Livros Brancos		
	Documento / ano	Assunto / Título
Ministério da Educação e Pesquisa	Relatório n. 25 (março/2017)	As ciências humanas na Noruega - Resumo
Ministério do Clima e Meio Ambiente	Relatório n. 35 (abril/2017)	Atualização do plano de gestão integrado para o mar da Noruega
	Relatório n. 20 (abril/2015)	Atualização do plano de gerenciamento integrado para a área de Mar de Barents-Lofoten, incluindo uma atualização da delimitação da zona marginal de gelo
	Relatório n. 10 (março/2011)	Primeira atualização do Plano de Gerenciamento Integrado para o Meio Marinho da Área Mar de Barents-Lofoten
Ministério de Relações Exteriores	Relatório n. 36. (abril/2017)	Definindo os rumos da política externa e de segurança norueguesa
	Relatório n. 32 (junho/2015)	Interesses noruegueses e

		política para a Antártida
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Relatório n. 32 (maio/2016)	Svalbard
Estratégias para o Ártico		
2006	Estratégia do Governo Norueguês para o Alto Norte	
2009	Novos blocos de construção no norte: o próximo passo na estratégia do Governo Norueguês para o Alto Norte	
2014	Criando valor, gerenciando recursos, enfrentando as mudanças climáticas e promovendo o conhecimento	
2017	A Estratégia da Noruega para o Ártico – entre geopolítica e desenvolvimento social	

APÊNDICE B

Estratégias Oficiais dos países árticos

	2007	2009	2010
Canadá	Canada's Northern Strategy	"Canada's Northern Strategy: Our North, Our Heritage, Our Future"	"Statement on Canada's Arctic Foreign Policy"

	2011
Dinamarca	"Kingdom of Denmark's Strategy for the Arctic 2011-2020" "Challenges and Opportunities in the Circumpolar North," (Faroe Islands, 2011)

	2009	2013
Estados Unidos	"National Security Presidential Directive/ NSPD – 66"; "Arctic Region Policy"	"National Strategy For The Arctic Region"

	2010	2013
Finlândia	"Finland's Strategy for the Arctic Region"	"Finland's Strategy for the Arctic Region 2013"

	2009	2011
Islândia	"Iceland in the High North".	"A Parliamentary Resolution on Iceland's Arctic Policy".

	2006	2009	2011	2017
--	------	------	------	------

Noruega	“The Norwegian Government's High North Strategy”.	“New Building Blocks in the North”.	"Norway's arctic policy: Creating value, managing resources, confronting climate change and fostering knowledge.	"Norway's Arctic Strategy: between geopolitics and social development”.
---------	---	-------------------------------------	--	---

	2011
Suécia	“Sweden’s strategy for the Arctic region”

	2009
Rússia	“Fundamentals of State Policy of the Russian Federation in the Arctic in the Period up to 2020”.